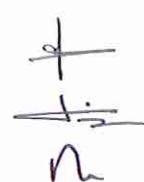


2014

Relatório de Gestão e Contas do Exercício

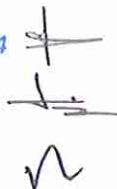




Índice

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO	9
0. Indicadores	10
1. Introdução	11
2. Enquadramento estratégico	13
3. Ano 2014: principais acontecimentos	17
4. Áreas de negócio	19
4.1. Enquadramento	19
4.2. Atividade portuária	22
4.2.1. Movimento de navios e embarcações	22
4.2.2. Movimento de mercadorias	30
4.2.3. Movimento de contentores	35
4.2.4. Movimento de passageiros e viaturas em navios ferry	41
4.2.4.1. Passageiros em navios de cruzeiro	43
4.2.4.2. Passageiros e viaturas em operações interilhas	46
4.2.5. Extração de inertes	49
4.3. Atividade não portuária	51
4.3.1. Enquadramento	51
4.3.2. Náutica de recreio	51
4.3.3. Dominial e piscinas	54
5. Recursos humanos	56
5.1. Enquadramento	56
5.2. Estrutura do efetivo	57
5.3. Gastos com o pessoal	59
5.4. Níveis etário, de antiguidade e de habilitação	61
5.5. Sinistralidade	63
5.6. Formação	65
5.7. Cooperação externa e interna	66
6. Qualidade	67
7. Estrutura transversal	68
8. Investimento	70

8.1.	Ilha de Santa Maria	71
8.2.	Ilha de São Miguel.....	71
8.3.	Ilha Terceira	72
8.4.	Ilha Graciosa	72
8.5.	Ilha de São Jorge	72
8.6.	Ilha do Pico.....	73
8.7.	Ilha do Faial.....	73
8.8.	Ilha das Flores	73
8.9.	Ilha do Corvo.....	73
9.	Análise Económica e Financeira.....	74
9.1.	Resultados.....	74
9.1.1.	Resultado operacional	75
9.1.2.	Resultado financeiro	78
9.2.	Fundos libertos	79
9.3.	Situação financeira e patrimonial.....	80
9.4.	Fundo de maneo	81
9.5.	Indicadores económicos e financeiros	81
10.	Participações financeiras	84
11.	Perspetivas futuras	91
12.	Proposta de aplicação de resultados.....	93
CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS		94
CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS		99
1.	Introdução	100
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	100
3.	Principais políticas contabilísticas.....	101
4.	Fluxos de caixa	108
5.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros	108
6.	Partes relacionadas	108
7.	Ativos fixos tangíveis.....	110
8.	Ativos intangíveis.....	112
9.	Participações financeiras	113
10.	Ativos por impostos diferidos.....	114
11.	Inventários.....	115
12.	Cientes e Outras contas a receber	115



13.	Estado e outros entes públicos	117
14.	Diferimentos	120
15.	Capital realizado	121
16.	Reservas e resultados acumulados.....	121
17.	Provisões.....	122
18.	Financiamentos obtidos.....	123
19.	Fornecedores e outras contas a pagar.....	125
20.	Serviços prestados	125
21.	Subsídios à exploração	126
22.	Fornecimentos e serviços externos.....	126
23.	Gastos com o pessoal	126
24.	Outros rendimentos e ganhos	127
25.	Outros gastos e perdas.....	128
26.	Juros e outros rendimentos e gastos similares.....	128
27.	Compromissos contratuais	129
28.	Garantias prestadas	129
29.	Ativos e passivos contingentes.....	129
CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS.....		130
CAPÍTULO V – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS		135
1.	Introdução	136
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	137
3.	Políticas contabilísticas.....	138
4.	Fluxos de caixa	146
5.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros	146
6.	Partes relacionadas	146
7.	Ativos fixos tangíveis.....	148
8.	Ativos intangíveis.....	150
9.	Participações financeiras	150
10.	Ativos e passivos por impostos diferidos	152
11.	Inventários.....	153
12.	Clientes e Outras contas a receber.....	153
13.	Estado e outros entes públicos	155
14.	Diferimentos	158

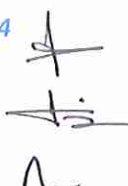
15.	Ativos não correntes detidos para venda	159
16.	Capital realizado	159
17.	Reservas e resultados acumulados.....	159
18.	Interesses minoritários	161
19.	Provisões.....	161
20.	Financiamentos obtidos.....	162
21.	Fornecedores e outras contas a pagar.....	163
22.	Serviços prestados	164
23.	Subsídios à exploração	164
24.	Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas.....	165
25.	Fornecimentos e serviços externos.....	165
26.	Gastos com o pessoal	166
27.	Outros rendimentos e ganhos	166
28.	Outros gastos e perdas.....	167
29.	Juros e outros rendimentos e gastos similares.....	168
30.	Compromissos contratuais	169
31.	Garantias prestadas	169
32.	Ativos e passivos contingentes.....	169
CAPÍTULO VI - GOVERNO DA SOCIEDADE.....		170
1.	Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa.....	171
2.	Regulamentos	173
3.	Modelo de governo	174
CAPÍTULO VII – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS INDIVIDUAIS		185
CAPÍTULO VIII – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – CONTAS INDIVIDUAIS		188
CAPÍTULO IX – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS CONSOLIDADAS.....		192
CAPÍTULO X – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – CONTAS CONSOLIDADAS.....		195



Índice das Tabelas

Tabela 1: Taxas de variação anual (%) de indicadores	20
Tabela 2: Taxas de variação homólogas de alguns indicadores	20
Tabela 3: Taxas de variação homólogas de indicadores da Região Autónoma dos Açores	21
Tabela 4: Navios e embarcações entrados	23
Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados	23
Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados	24
Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados	25
Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio	26
Tabela 9: Movimento total de mercadorias	30
Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento	31
Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento	32
Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento	33
Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada	34
Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados	34
Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados	35
Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada	35
Tabela 17: Movimento de contentores cheios (TEU)	36
Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados	38
Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'	39
Tabela 20: Movimento de contentores vazios (TEU)	40
Tabela 21: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados	40
Tabela 22: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'	41
Tabela 23: Movimento total de passageiros	42
Tabela 24: Movimento de passageiros por tipo de atividade	42
Tabela 25: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro	43
Tabela 26: Escalas e passageiros por tipo de operação de navios de cruzeiro	45
Tabela 27: Escalas e passageiros por categoria de navios de cruzeiro	45
Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro	46
Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas	47
Tabela 30: Descarga de inertes (areia)	49
Tabela 31: Movimento de embarcações de recreio não locais	52
Tabela 32: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais	53
Tabela 33: Principais nacionalidades das embarcações de recreio não locais	54
Tabela 34: Indicadores de atividade – Piscinas	55
Tabela 35: Efetivo médio em 31 de dezembro	57
Tabela 36: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro	57
Tabela 37: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2014	58
Tabela 38: Divisão dos Recursos humanos por género	58
Tabela 39: Regimes de trabalho	58
Tabela 40: Gastos com o pessoal	59
Tabela 41: Remunerações do pessoal	60

Tabela 42: Remunerações do pessoal	60
Tabela 43: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro	61
Tabela 44: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro	62
Tabela 45: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro	63
Tabela 46: Indicadores de sinistralidade	64
Tabela 47: Acidentes por Direção-geral	64
Tabela 48: Indicadores de formação	65
Tabela 49: Formação do Resultado Líquido	74
Tabela 50: Rendimentos Operacionais	75
Tabela 51: Gastos operacionais	76
Tabela 52: Fornecimentos e serviços externos	77
Tabela 53: Gastos de depreciação e amortização	77
Tabela 54: Resultado operacional	78
Tabela 55: Resultado financeiro	78
Tabela 56: Fundos libertos.....	79
Tabela 57: Balanços	80
Tabela 58: Fundo de maneo	81
Tabela 59: Indicadores económicos	82
Tabela 60: Indicadores financeiros.....	82
Tabela 61: Empresas subsidiárias	84
Tabela 62: Empresas e entidades associadas	84
Tabela 63: Balanços - Atlânticoline.....	89
Tabela 64: Demonstrações de resultados - Atlânticoline	90





Índice das Figuras

Figura 1: Mapa Estratégico	15
Figura 2: Navios e embarcações entrados em 2014.....	24
Figura 3: Evolução mensal do número de escalas em 2014.....	25
Figura 4: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2014.....	26
Figura 5: GT de navios e embarcações entrados em 2014, por tipo	27
Figura 6: GT de navios e embarcações entrados em 2014, por porto	28
Figura 7: Evolução mensal da tonelagem de arqueação dos navios, em 2014	28
Figura 8: Estadia de navios e embarcações em 2014	29
Figura 9: Estadia dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio	29
Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2014, por porto.....	31
Figura 11: Mercadorias movimentadas em 2014, por modo de acondicionamento	32
Figura 12: Total de mercadorias carregadas e descarregadas em 2014 (tons.).....	33
Figura 13: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2014.....	36
Figura 14: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios em 2013 e 2014	37
Figura 15: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios descarregados em 2014.....	37
Figura 16: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios carregados em 2014	38
Figura 17: Movimento de TEUs carregados em 2014.....	39
Figura 18: Movimento de TEUs descarregados em 2014.....	39
Figura 19: Movimento total de passageiros em 2014.....	42
Figura 20: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2014	43
Figura 21: Passageiros em navios de cruzeiro por meses	44
Figura 22: Escalas de cruzeiros por tipo de operação	44
Figura 23: Principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro	45
Figura 24: Movimento de passageiros interilhas em 2014.....	47
Figura 25: Movimento mensal de passageiros entre Horta e Madalena	48
Figura 26: Movimento de passageiros interilhas - Transmaçor	48
Figura 27: Movimento de passageiros interilhas - Atlânticoline	49
Figura 28: Descarga de inertes (areia) nos últimos três anos.....	50
Figura 29: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2014.....	52
Figura 30: Movimento de embarcações de recreio não locais.....	53
Figura 31: Nacionalidade das embarcações de recreio não locais em 2014.....	54
Figura 32: Recursos humanos por tipo de horário	59
Figura 33: Escalões etários do efetivo entre 2011 e 2014.....	61
Figura 34: Antiguidade do efetivo entre 2011 e 2014.....	62
Figura 35: Escolaridade do efetivo em 2014	63
Figura 36: Causas dos acidentes registados em 2014	65
Figura 37: Investimento por ilhas em 2014	70
Figura 38: Investimento por Direções-gerais em 2014.....	71
Figura 39: Movimento de passageiros em 2014.....	87
Figura 40: Distribuição de vendas por tipo de canal em 2014	87
Figura 41: Distribuição de passageiros por tipo de tarifa.....	88
Figura 42: Mapa dos Países participantes no projeto GAINN4MoS	92

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO



0. Indicadores

Indicadores	Unidade	2014	2013	2012	2011
Movimento portuário					
Escalas de navios	N.º	2.589	2.743	3.052	3.508
GT de navios	GT/1000	15.389	15.154	15.820	17.782
Estadia dos navios	N.º	5.305	5.730	6.707	7.330
Movimento de contentores cheios	N.º	64.336	69.181	67.833	80.420
Movimento de contentores cheios	TEU	95.969	102.172	100.293	116.936
Total de mercadorias	'000 Tons.	2.089	2.184	2.333	2.696
Total de passageiros	Milhares	1.064	1.014	1.020	1.059
Passageiros em cruzeiros	N.º	95.765	87.437	102.881	87.009
Náutica de recreio					
Escalas de embarcações	N.º	3.250	3.327	3.233	3.010
Tripulantes	N.º	11.995	11.503	12.375	11.870
Pessoal					
Efetivo médio	N.º	262	272	280	278
Volume de formação	N.º horas	2.131	4.920	2.282	2.609
Sinistralidade					
Índice de frequência	-	30,45	39,89	25,9	14,44
Índice de gravidade	-	1,20	1,75	0,83	0,41
Finanças					
Volume de negócios	'000 €	17.479	18.267	17.746	20.224
EBITDA	'000 €	5.716	7.017	5.244	7.128
Resultados operacionais	'000 €	(1.573)	(274)	(1.777)	508
Resultado líquido	'000 €	(4.333)	(2.912)	(4.247)	(1.043)
Fundos libertos (cash-flow)	'000 €	2.763	4.197	2.713	5.568
Autonomia financeira ⁽¹⁾	-	0,68	0,68	0,68	0,69
Rentabilidade das vendas ⁽²⁾	%	-9,00%	-1,50%	-10,01%	2,51%
Rentabilidade dos capitais próprios ⁽³⁾	%	-1,99%	-1,31%	-1,92%	-0,50%

⁽¹⁾ Capital próprio/Ativo total líquido

⁽²⁾ Resultados operacionais/Volume de negócios

⁽³⁾ Resultados líquidos/Capital próprio



1. Introdução

Após ligeira melhoria em 2013, a Portos dos Açores, S.A. (PA), entidade responsável pela gestão dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores, enfrentou nova redução da actividade em 2014.

O volume de negócios da empresa evidenciou uma redução de 4,31 por cento, ficando nos 17,5 milhões de euros, resultado que se ficou a dever em grande parte à redução de mais um navio de mercadorias na linha regular de transporte marítimo de carga.

O Resultado líquido do período, no valor de -4.332.574,19 euros, apresenta uma variação homóloga absoluta de 48,78 por cento face ao ano anterior.

Passados três anos desde o início do processo de fusão por incorporação das várias administrações portuárias na PA, constata-se ainda a prevalência das condicionantes do contexto da crise financeira e do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cujo reflexo na actividade da empresa é notório.

Assim, numa análise com uma perspetiva mais longa, ou seja, desde o início do processo de fusão, constata-se uma deterioração das circunstâncias com que a empresa se confronta, nomeadamente em termos de volume de cargas movimentadas (-22,5 por cento entre 2011 e 2014), número de contentores cheios (-17,9 por cento entre 2011 e 2014) e movimento de navios (-26,2 por cento entre 2011 e 2014), com reflexos inevitáveis no que respeita aos indicadores económicos e financeiros da empresa.

Contudo, e independentemente deste cenário, a PA manteve um esforço de investimento muito considerável, que ultrapassou os 68 milhões de euros no período 2011/2014. Este volume de investimento coloca em evidência a dimensão patrimonial da empresa, com um número substancial de infraestruturas sob a sua jurisdição (14 portos, incluindo dois terminais de cruzeiro, e sete infraestruturas de recreio náutico espalhados pelas nove ilhas).

Em termos de investimento, no ano de 2014, manteve-se o destaque no porto da Madalena, inaugurado em outubro p.p. e que complementa o investimento no Terminal de Passageiros da Horta, o qual havia iniciado a sua actividade no verão de 2012. O objetivo subjacente à realização destes dois investimentos está diretamente associado à melhoria das condições para a principal rota em termos de fluxo de passageiros interilhas, complementada ainda com a substituição dos meios marítimos durante o ano de 2014, através da entrada em funcionamento das duas novas embarcações de maior capacidade e possibilidade de transporte de viaturas. Para além disto, o Terminal de Passageiros da Horta veio permitir o reforço da posição deste porto em termos de escalas de cruzeiros, em complemento ao porto de Ponta Delgada.



O valor patrimonial do imobilizado da empresa atingiu, no final de 2014, um total de 302,6 milhões de euros. De salientar que este valor é, no contexto das empresas de capitais públicos da Região, extremamente significativo. Adicionalmente, também no contexto dos portos portugueses, apresenta uma dimensão patrimonial não significativamente inferior à apresentada pelos maiores portos nacionais, o que releva de forma inequívoca a importância da empresa tanto no contexto regional como nacional.

Em termos de ativos, será de referir ainda os investimentos financeiros da PA, com particular destaque para a empresa Atlânticoline, S.A., em que a PA possui uma participação de 83,97 por cento. Trata-se da única entidade objeto de consolidação integral, e cujo desempenho será alvo, em capítulo próprio do presente relatório, de apresentação mais detalhado.

Em termos de acontecimentos relevantes durante o exercício de 2014, além dos que são referidos no capítulo 3 deste relatório, será de mencionar a realização do *workshop* de encerramento do Projeto COSTA em abril de 2014, na Praia da Vitória, Ilha Terceira, projecto no qual a empresa participou entre 2012 e 2014 através do Departamento de Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos e do Administrador com o respetivo Pelouro.



2. Enquadramento estratégico

Nos termos legais, a PA tem por objeto a administração de um vasto conjunto de infraestruturas portuárias e de náutica de recreio, espalhadas pelas várias ilhas do arquipélago dos Açores, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Neste contexto, a existência de um Plano Estratégico, documento orientador de diversas políticas e responsabilidades da empresa, de modo a que, em ambos os casos, possuam um carácter consistente e possam ser assumidas e desenvolvidas através de ações que concretizem da melhor forma possível o próprio objeto social da empresa, apresenta-se como documento fundamental. Constitui uma referência orientadora determinante para a evolução futura da empresa, proporcionando também o acompanhamento da trajetória definida.

Durante o exercício de 2014 foram dados passos extremamente importantes para a concretização do referido Plano Estratégico, sendo expectável que o mesmo esteja concluído no 1º semestre de 2015.

As linhas de orientação estabelecidas, conducentes ao tratamento simultâneo das oportunidades que urge aproveitar e das ameaças que convirá mitigar, mantêm-se resumidas nos seguintes tópicos:

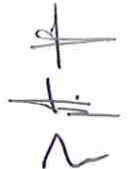
- ☒ Capital humano:
 - ☒ Reenfoque no Colaborador como principal agente;
 - ☒ Horizontalização dos processos de decisão;
 - ☒ Responsabilização dos colaboradores.

- ☒ Processos:
 - ☒ Definição e certificação de processos;
 - ☒ Desmaterialização dos processos – empresa eletrónica.

- ☒ Recursos materiais:
 - ☒ Consolidação de infraestruturas e equipamentos portuários;
 - ☒ Investimento nas novas tecnologias.

- ☒ Turismo e lazer
 - ☒ Novas rotas, novas oportunidades;
 - ☒ Cruzeiros temáticos.

Não obstante a inexistência, ainda, de um Plano Estratégico formalmente em vigor, poder-se-ão considerar como aspetos relevantes, na sequência dos trabalhos desenvolvidos nesta área, os seguintes aspetos metodológicos já suficientemente consolidados:



Visão

Fazer da PA uma referência em termos de organização, potenciando a localização dos seus portos e marinas.







Missão

Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.

Valores





Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na PA., de modo a cumprir com a Missão acima estabelecida.

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

-  Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expectativas;
-  Transparência e ética;
-  Busca da excelência no desempenho das funções;
-  Valorização das pessoas e do conhecimento;
-  Responsabilidade social e ambiental;
-  Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

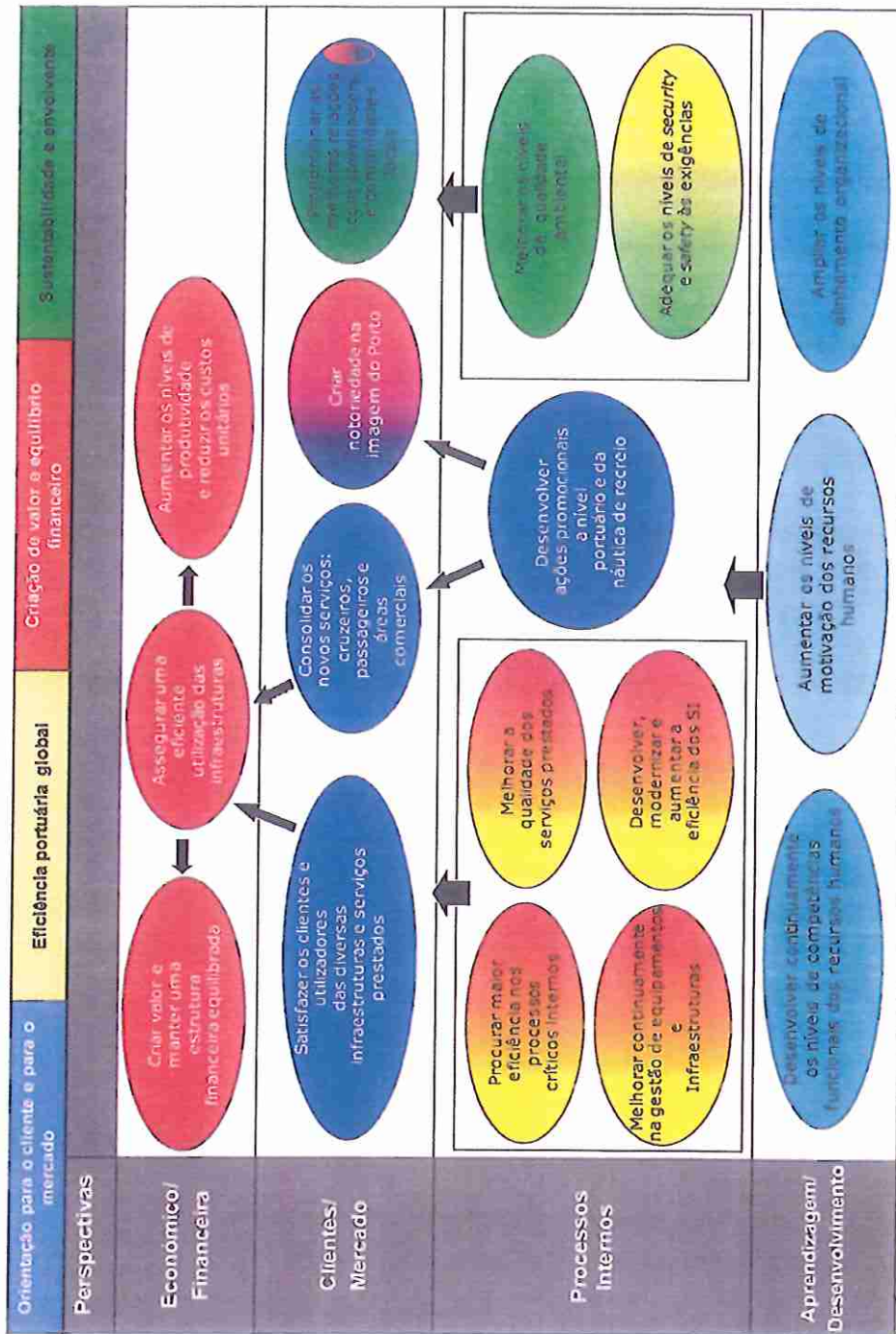
Eixos e objetivos estratégicos

O perfil estratégico da PA assenta num conjunto de eixos fundamentais, decorrente da própria estrutura da empresa, que abarca uma multiplicidade de realidades insulares relativamente distintas. Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia para o período 2013-2015, em fase final de elaboração, e que constam do Mapa Estratégico, serão os seguintes:

-  Orientação para o cliente e para o mercado;
-  Eficiência;
-  Criação de valor e equilíbrio financeiro;
-  Sustentabilidade e meio envolvente.

Para além disto, tendo em conta os aspetos já debatidos na atual versão do Plano Estratégico, que se mantém em discussão interna, é possível a apresentação dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico que se apresenta a seguir:

Figura 1: Mapa Estratégico



Handwritten signature or initials.






Objetivos estratégicos

O Mapa Estratégico apresentado na página anterior contempla um conjunto de objetivos estratégicos, correspondentes ao conteúdo de cada um dos balões.





Os objetivos, num total de 17, integram-se nas quatro perspetivas do *Balanced Scorecard*, para além de se enquadrarem nos quatro eixos estratégicos definidos acima.

Apresentam-se a seguir os diversos objetivos estratégicos, sendo os mesmos detalhados por perspetiva:








Perspetiva económica e financeira:

-  Criar valor e manter uma estrutura financeira equilibrada;
-  Assegurar uma eficiente utilização das infraestruturas;
-  Aumentar os níveis de produtividade e reduzir os custos unitários.




Perspetiva clientes/mercados:

-  Satisfazer os clientes e utilizadores das diversas infraestruturas e serviços prestados;
-  Consolidar os novos serviços: cruzeiros, passageiros e áreas comerciais;
-  Criar notoriedade na imagem da PA;
-  Proporcionar as melhores relações com *stakeholders* e comunidades locais.

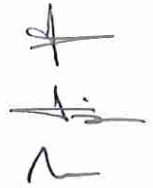
Perspetiva processos internos:

-  Procurar maior eficiência nos processos críticos internos;
-  Melhorar continuamente na gestão de equipamentos e infraestruturas;
-  Melhorar a qualidade dos serviços prestados;
-  Desenvolver, modernizar e aumentar a eficiência dos sistemas de informação;
-  Desenvolver ações promocionais a nível portuário e da náutica de recreio;
-  Melhorar os níveis de qualidade ambiental;
-  Adequar os níveis de *security* e *safety* às exigências.

Perspetiva aprendizagem/desenvolvimento:

-  Desenvolver continuamente os níveis de competências funcionais dos Recursos humanos;
-  Aumentar os níveis de motivação dos Recursos humanos;
-  Ampliar os níveis de alinhamento organizacional.

Por fim, referência ao facto dos objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico se consubstanciarem em ações a desenvolver dentro do horizonte temporal do Plano Estratégico.



3. Ano 2014: principais acontecimentos

Em termos de principais acontecimentos no ano de 2014, será de destacar a inauguração do novo Terminal Marítimo de Passageiros do Porto da Madalena, na ilha do Pico, denominado “JOÃO QUARESMA”, a 21 de outubro de 2014.

Outro facto a destacar, infelizmente com uma vítima mortal a lamentar, foi o acidente no porto de São Roque do Pico, ocorrido com a embarcação “Gilberto Mariano”, em 14 de novembro de 2014. O Relatório do Processo de Inquérito Interno do acidente foi preparado naquele ano, embora tenha sido concluído já em 2015.

Tal como havia acontecido em 2013, a PA teve de resolver novo processo relativo a um navio que foi abandonado no Porto de Ponta Delgada em virtude de avaria grossa. Desta feita, foi um navio turco denominado “Hacinin Ahmet”. Na sequência deste abandono, a Portos dos Açores, S.A., na qualidade de fiel depositário nomeado pelo Tribunal Judicial de Ponta Delgada, iniciou, nos termos legais, o processo de venda da embarcação abandonada, na sequência da qual aquele navio veio a ser comprado pela empresa Batistas, S.A. pelo preço de € 336.000,00, valor que foi depositado à ordem do Tribunal Judicial de Ponta Delgada e que está em fase de reclamação por parte da Portos dos Açores, S.A. com vista ao ressarcimento dos custos de estadia da embarcação no porto e intervenções efetuadas junto da mesma de modo a garantir sua segurança intrínseca, bem como a operacionalidade do porto.

Outros acontecimentos relevantes que ocorreram em 2014, principalmente pela sua visibilidade, são os que a seguir se referem:

- ❖ Representação da Portos dos Açores, S.A., como sucessora da Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental (APTO), S.A., no Processo nº 193/06.3TBSRQ, movido por Fernando Vieira da Silva (indenização por acidente ocorrido no Porto de São Roque), que se encontra em fase de recurso no Tribunal da Relação de Lisboa;
- ❖ Implementação do programa de gestão documental «EdoLink» na generalidade dos serviços da Portos dos Açores, S.A. e adoção de um novo “Plano de Classificação Documental”;
- ❖ Participação na “BOOT”, Trade Fair de Dusseldorf, que decorreu de 18 a 26 de janeiro de 2014 (evento para promoção, nos mercados alemão, holandês e belga, das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA naquela que é a maior feira náutica a nível mundial, com mais de 1.500 expositores e 250.000 visitantes), no âmbito do stand “Açores” existente naquela feira/pavilhão dedicado à vela, sob coordenação da ATA/Associação Turismo Açores [e presença, igualmente, com material de promoção próprio, no stand da Associação Portuguesa de Portos de Recreio - APPR];
- ❖ Participação no “Cruise Shipping Miami”, que decorreu de 10 a 13 de março de 2014 (evento para promoção, no mercado americano, dos portos e terminais de cruzeiros do arquipélago), no âmbito do stand “Portugal” existente naquela feira, sob coordenação da APP/Associação de Portos de Portugal;

- ❖ Cerimónia de bênção e apresentação, no Terminal Marítimo de Passageiros do Porto da Madalena, ilha do Pico, do segundo navio para transporte de passageiros e viaturas “GILBERTO MARIANO”, a 21 de março de 2014;
- ❖ Organização, a 7 de junho de 2014, conjuntamente com o Clube Naval da Horta, da Regata do 28.º Aniversário da Marina da Horta, destinada a veleiros de cruzeiro;
- ❖ Cerimónia de apresentação do projeto para construção da nova Gare Marítima de Passageiros do Porto das Velas, na ilha de São Jorge;
- ❖ Receção na ilha do Faial e produção de informação e de conteúdos de imprensa (OCS regionais e nacionais) e de rádio (Rádio “Antena Nove”, da Horta) sobre a 5ª edição da Regata Les Sables/Açores/Les Sables, para embarcações de 6,5 metros e velejadores solitários, prova organizada pela municipalidade francesa de Sables d’Olonne, com a colaboração estreita do Sports Nautique Sablais, da Associação Classe Mini 6.50 e do Conselho Geral do Departamento de Vendée – esta competição integrou, em 2014, o calendário oficial da Federação Francesa de Vela, e fez parte, pela primeira vez, do Campeonato de França para Regatas de Alto Mar em Solitário, na Classe Mini;
- ❖ Receção na ilha do Faial e produção de informação e de conteúdos de imprensa (OCS regionais e nacionais) e de rádio (Rádio “Antena Nove”, da Horta, Rádio Voz dos Açores, da ilha Terceira, e RDP – Antena 1 Açores) sobre a 1ª edição da Regata Lorient Horta Solo, para embarcações da classe Figaro Bénéteau e velejadores solitários, prova organizada pela municipalidade francesa de Lorient, com a colaboração estreita da Associação Lorient Grand Large e da Associação da Classe Figaro Bénéteau – esta competição integrou, em 2014, o calendário oficial da Federação Francesa de Vela e fez parte do Campeonato de França de ‘Elite’ para Regatas de Alto Mar em Solitário;
- ❖ Participação no “SeaTrade Med”, de Barcelona, que decorreu de 16 a 20 de setembro de 2014 (evento para promoção, no mercado europeu, dos portos e terminais de cruzeiros do arquipélago), no âmbito do stand “Portugal” existente naquela feira, sob coordenação da APP/Associação de Portos de Portugal;
- ❖ Participação no “Salon Nautique International de Paris”, que decorreu de 5 a 14 de dezembro de 2014 (evento para promoção, no mercado francês, das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA), no âmbito do stand “Açores” existente naquela feira, sob coordenação da ATA / Associação Turismo Açores;



4. Áreas de negócio

4.1. Enquadramento

Embora marcado ainda pelo final da intervenção da *Troika*, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira celebrado em abril de 2011 entre Portugal e o Fundo Monetário Internacional (FMI), União Europeia e Banco Central Europeu (BCE), o ano de 2014 deixou algumas indicações de recuperação da economia a nível nacional, com o aumento do consumo privado e a redução da taxa de desemprego. O BCE mostrou-se relativamente ativo ao longo do ano, decidindo reduzir as taxas de referência, em junho e setembro, tendo fixado, pela primeira vez, uma taxa de depósito negativa. Adicionalmente, com o objetivo de facilitar a disponibilização de crédito às empresas e famílias, o BCE anunciou novas operações de refinanciamento e dois programas de compra de dívida.

Em termos internacionais, o crescimento da economia mundial foi idêntico ao do ano anterior (3,3 por cento)¹. De acordo com os últimos dados do FMI, a taxa de crescimento dos países em vias de desenvolvimento manteve-se forte (4,4 por cento), ainda que longe da média da década passada², contra 1,8 por cento para as economias avançadas (1,3 por cento em 2013). No bloco asiático, a China continuou a dominar o crescimento (7,4 por cento), ainda que com o valor mais baixo dos últimos 24 anos, e na América Latina o Brasil registou uma recessão técnica no primeiro semestre do ano, terminando 2014 com um crescimento anémico do PIB de 0,3 por cento. A pressão sobre o crescimento dos salários manteve-se contida, o que em conjunto com a diminuição do preço das matérias-primas, sobretudo do petróleo, levou a uma descida generalizada dos preços nas economias avançadas.

A nível europeu, e em particular na zona euro, assistiu-se a uma economia estagnada, embora tenha voltado a crescer após dois anos de contração, verificando-se uma taxa de crescimento de 0,9 por cento (1,3 por cento ao nível da União Europeia). Este cenário menos animador, com relação às restantes economias, deveu-se à contínua instabilidade dos processos de ajustamento de vários estados, muito embora com melhorias significativas ao longo do ano, e pelo nível baixo de investimento. O mercado de trabalho manteve altas taxas de desemprego (embora em tendência de descida) e as tensões geopolíticas entre a Ucrânia e a Rússia também contribuíram para este sentimento geral de incerteza e precaução. Por outro lado, algumas economias destacaram-se a nível europeu, caso do Reino Unido onde a atividade se intensificou ao longo dos meses, assente sobretudo na procura interna, registando um aumento de 2,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Alemanha, França e Espanha registaram taxas de crescimento lentas do PIB de 1,5 por cento, 0,4 por cento e 1,4 por cento, respetivamente.

As perspetivas de crescimento da economia mundial em 2015 e 2016 são de fortalecimento moderado (3,6 por cento), em grande medida decorrente do aumento da oferta de petróleo e pelo

¹ Taxa de crescimento real

² Taxa média de 6,5% entre 2000 e 2008

grande desempenho esperado para a economia norte americana. As expectativas são de apreciação do dólar face ao euro e ao yen e de alguma perceção de risco nos mercados financeiros dos países emergentes quer de natureza cíclica quer estrutural.

Relativamente à economia nacional, e de acordo com a atualização de abril aos indicadores económicos do Banco de Portugal, o PIB português aumentou 0,9 por cento em volume (-1,6 por cento no ano anterior), único valor positivo dos últimos quatro anos. Esta melhoria foi, em grande medida, originada pela procura interna e principalmente pelo consumo privado que registou um aumento de 2,1 por cento. O investimento reverteu a sua tendência negativa, com o indicador Formação Bruta de Capital Fixo a registar um aumento de 2,5 por cento, com a consequente diminuição da taxa de desemprego média em 2,3 pontos percentuais (p.p) face a 2013.

As Exportações nacionais revelaram uma descida preocupante de 3,0 p.p. face a 2013, com a interrupção da sua tendência de aumento de quota, e as Importações retomaram ao crescimento superior às Exportações, sendo o contributo do comércio externo para o PIB, em 2014, negativo. Nota ainda para a taxa de desemprego que, apesar da sua tendência decrescente, mantém-se ainda em níveis elevados, continuando acima da média dos países da zona euro.

Tabela 1: Taxas de variação anual (%) de indicadores

	2012	2013	2014
Procura interna	-6,6	-2,6	2,0
Exportações	3,2	6,1	3,4
Importações	-6,6	2,8	6,2
PIB	-3,2	-1,6	0,9

Fonte: INE

Tabela 2: Taxas de variação homólogas de alguns indicadores

		2013	2014	2014 (1º T)	2014 (2º T)	2014 (3º T)	2014 (4º T)
PIB	Portugal	-1,6	0,9	0,9	0,9	1,2	0,7
	Zona euro	-0,4	0,9	1,1	0,8	0,8	0,9
Taxa de desemprego	Portugal	16,2	13,9	15,1	13,9	13,1	13,5
	Zona euro	12,0	11,6	11,8	11,6	11,6	11,5
Balanças corrente e de capital	Portugal	3,0	2,1	-0,4	1,6	4,3	2,7
	Zona euro	2,4	2,5	1,7	1,9	3,0	3,5
Índice de preços no consumidor	Portugal	0,4	-0,2	-0,1	-0,2	-0,3	0,0
	Zona euro	1,4	0,4	0,7	0,6	0,4	0,2

Fonte: INE e BdP

Analisada a atividade dos portos do continente português, e segundo os dados estatísticos do Instituto de Mobilidade e de Transportes para os sete principais portos, o ano de 2014 bateu o recorde de carga movimentada, registando um crescimento de 4,2 por cento face a 2013, ano que detinha o recorde até então. A marca de valor anual mais alto de sempre verificou-se em todos os portos com exceção de Lisboa e Viana do Castelo. Nos últimos quatro anos, o crescimento acumulado deste grupo de portos foi de 27,3%. O movimento de contentores foi superior em 14,8% em relação ao valor de 2013. Os portos que mais cresceram em embarque de carga foram Setúbal (23,4%) e Aveiro (16,4%).

A nível regional, e segundo o último Boletim Trimestral do Serviço Regional de Estatística (SREA), o ano de 2014 caracterizou-se por uma evolução favorável, embora muito ténue. A contribuir para este resultado estão os indicadores de consumo de energia no sector industrial e do comércio e serviços; do leite entregue nas fábricas; do leite para consumo; do aumento das dormidas em estabelecimentos hoteleiros e da venda de ligeiros de passageiros. Não obstante, no ano de 2014 a região atingiu o nível mais alto de desemprego do país, apesar de uma melhoria de 0,7 p.p. face a 2013.

Numa análise sectorial, o sector secundário continua com uma evolução negativa na venda de cimento e licenciamento de novas construções e o sector primário registou uma melhoria do indicador de leite entrega nas fábricas (8% contra -5,5% em 2013) e um contínuo agravamento da atividade piscatória (-34,8%). A atividade de exportação de gado também demonstra estagnação (0,7% contra 13,3% em 2013). A taxa média de inflação fixou-se nos 0,3% não seguindo a média nacional que registou um valor de -0,2%.

Tabela 3: Taxas de variação homólogas de indicadores da Região Autónoma dos Açores

Indicadores	2011	2012	2013	2014
<i>Indicadores globais</i>				
Desemprego				
Taxa de desemprego	11,5	16,2	17,0	16,3
Inflação				
Taxa média	3,4	2,9	2,2	0,3
Taxa homóloga	3,6	2,5	2,5	1,9
Energia eléctrica				
Consumo total	-1,0	-4,7	-1,6	-0,2
<i>Indicadores globais</i>				
Leite entregue nas fábricas				
Total	2,3	-1,9	-5,5	8,0
Gado abatido (peso)				
Bovino	7,6	-2,3	4,4	-6,6
Gado exportado (peso)				
Total	-2,4	5,3	13,3	0,7
Pesca (quantidade)				
Total	-15,1	-1,6	-3,3	-34,8
Turismo				
Dormidas em estab. Hoteleiros	-0,1	-14,8	9,8	0,9
Licenças de construção				
Total de edifícios licenciados	-13,5	-40,6	-7,7	-12,8
Cimento				
Venda	-14,2	-12,3	-22,0	-15,2
Automóveis				
Venda de ligeiros de passageiros	-26,8	-41,9	9,3	13,3

Fonte: SREA



Neste contexto, a atividade da Portos dos Açores, muito embora tenha registado um menor número de escalas de navios e embarcações face a 2013, verificou um aumento da dimensão de navios recebidos em todos os seus portos, com um *Gross Tonnage* médio por escala de 5.944GT. As escalas de navios de cruzeiro mantiveram-se praticamente inalteradas, num valor elevado, ou seja, 90 em 2014 face a 92 em 2013, registando-se um aumento de 9 por cento no número de passageiros e tripulantes, 141 mil passageiros e tripulantes em 2014 contra 129 mil em 2013. Ao nível das mercadorias, e tendo em consideração o fraco desempenho da economia regional, a evolução foi de quebra geral de 4,3% nas mercadorias movimentadas. Na náutica de recreio também se registou um aumento do número de tripulantes no conjunto das marinas da Portos dos Açores, mais 4% que em 2013, com uma taxa de ocupação média de 45%.

O potencial de crescimento da Região Autónoma dos Açores pode ser reforçado em 2015 e 2016 com o novo modelo de transporte aéreo e a execução do Programa Operacional dos Açores 2014-2020. Na última publicação mensal do SREA sobre o Indicador de Atividade Económica dos Açores, este registou, em fevereiro de 2015, o valor mais elevado dos últimos 26 meses.

4.2. Atividade portuária

4.2.1. Movimento de navios e embarcações

O ano de 2014 registou um total de 2.589 escalas de navios e embarcações, uma diminuição de 5,61 por cento face às 2.743 escalas observadas no ano anterior.

Esta diminuição observada no conjunto dos portos comerciais do arquipélago foi relativamente generalizada, com exceção apenas dos portos de Angra do Heroísmo, Calheta e Lajes do Pico, em que ocorreram aumentos face ao número de entradas ocorridas em 2013. No primeiro caso, ou seja, no porto de Angra do Heroísmo, predominaram as escalas dos novos navios de passageiros afetos à operação da Transmaçor. No que respeita ao porto da Calheta, na ilha de São Jorge, as escalas dizem respeito a operações de embarcações de tráfego local. No último caso, isto é, no porto das Lajes do Pico, as escalas registadas corresponderam à ancoragem de navios de cruzeiro, situações relativamente anómalas no contexto do arquipélago.



Tabela 4: Navios e embarcações entrados

Portos	2014	2013	Var. %
Ponta Delgada	821	886	-7,34%
Praia da Vitória	565	602	-6,15%
Horta	271	295	-8,14%
Velas	228	239	-4,60%
São Roque	215	220	-2,27%
Vila do Porto	187	205	-8,78%
Praia da Graciosa	182	198	-8,08%
Lajes das Flores	43	47	-8,51%
Calheta	43	39	10,26%
Angra do Heroísmo	28	1	2700,00%
Lajes do Pico	3	0	-%
Madalena	3	9	-66,67%
Corvo	0	2	-100,00%
Total	2.589	2.743	-5,61%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à arqueação dos navios e embarcações, medida em unidades de GT (*Gross Tonnage*), constata-se um ligeiro acréscimo de 1,55 por cento. Atendendo à diminuição observada no número de escalas, tal significa um aumento da dimensão média dos navios, que se situou nos 7,59 por cento.

Neste caso, ao contrário do número de entradas, em que havia ocorrido uma diminuição na generalidade dos portos, ocorreram algumas situações de variações relevantes em termos de GT. É o caso do porto da Horta (mais 5,75 por cento) e São Roque do Pico (mais 4,03 por cento). Também o porto de Angra do Heroísmo, em que já se havia registado um aumento muito substancial no número de escalas, obteve um acréscimo no volume de arqueação, neste caso de mais de 500 por cento.

Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados

Unidade: '000Gross tonnage (GT)

Portos	2014	2013	Var. %
Ponta Delgada	8.308	8.193	1,40%
Praia da Vitória	2.255	2.263	-0,36%
Horta	1.541	1.457	5,75%
Velas	1.032	1.052	-1,93%
São Roque	952	916	4,03%
Praia da Graciosa	620	604	2,64%
Vila do Porto	399	416	-4,02%
Lajes das Flores	180	195	-7,81%
Lajes do Pico	44	0	-%
Calheta	28	31	-7,39%
Angra do Heroísmo	27	4	554,69%
Madalena	2	12	-83,87%
Corvo	0	11	-100,00%
Total	15.389	15.154	1,55%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Já no que respeita à estadia dos navios e embarcações com escala nos portos dos Açores, a variação registada é de -7,42 por cento, de 5.730 dias de estacionamento em áreas portuárias em 2013 para 5.305 dias em 2014.

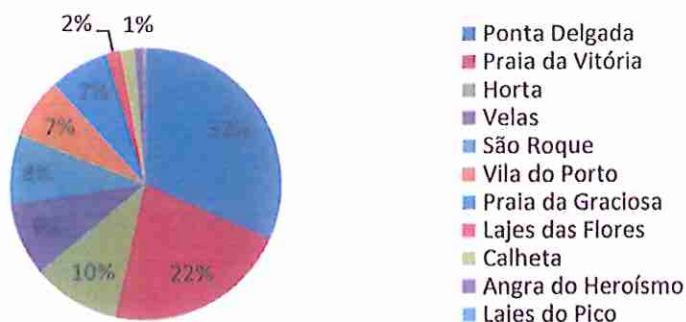
Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados

Portos	Unidade: dias		
	2014	2013	Var.%
Ponta Delgada	2.270	2.620	-13,36%
Praia da Vitória	1.601	1.441	11,10%
Horta	467	622	-24,92%
Velas	234	259	-9,65%
São Roque	220	237	-7,17%
Vila do Porto	203	238	-14,71%
Praia da Graciosa	182	198	-8,08%
Lajes das Flores	51	61	-16,39%
Calheta	43	42	2,38%
Angra do Heroísmo	28	1	-%
Madalena	3	9	-66,67%
Lajes do Pico	3	0	-%
Corvo	0	2	-100,00%
Total	5.305	5.730	-7,42%

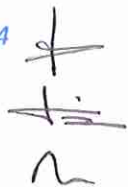
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tal como em 2013, procedeu-se no presente ano à contabilização dos dados relativos aos portos de Calheta e Madalena, não obstante os mesmos registarem quase exclusivamente operações associadas a embarcações de tráfego local. Os navios de cruzeiro com escalas nesses portos, normalmente navios associados a cruzeiros temáticos, estacionam ao largo ou nos respetivos ancoradouros, o que sucedeu este ano de 2014, pela primeira vez, também no porto das Lajes do Pico, com três navios de cruzeiro.

Figura 2: Navios e embarcações entrados em 2014



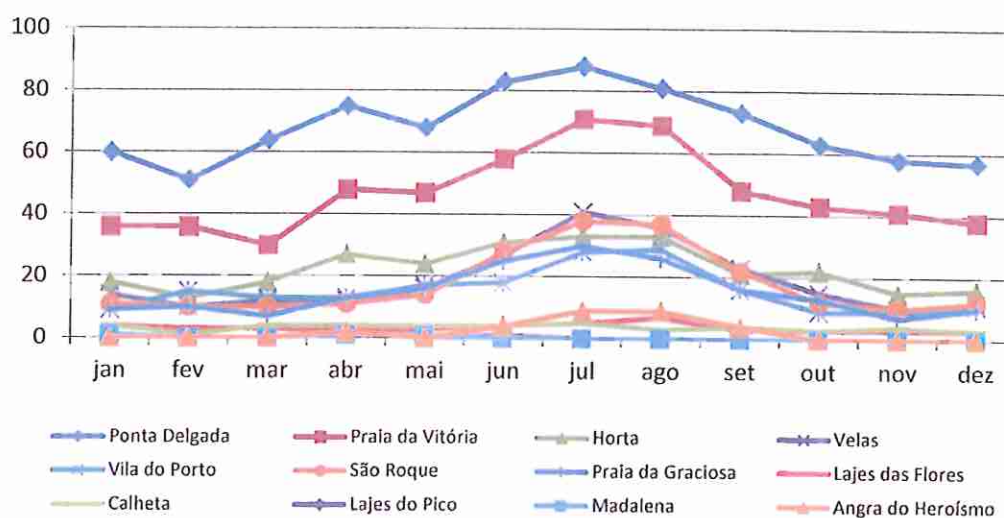
O porto de Ponta Delgada, com 821 navios e embarcações registados, é o porto com o maior número de entradas, correspondente a 32 por cento do total de navios e embarcações entrados nos portos do arquipélago dos Açores.



Segue-se o porto da Praia da Vitória, com 565 entradas (22 por cento) e o porto da Horta, com 271 (10 por cento). Os portos das Velas, São Roque, Vila do Porto e Praia da Graciosa apresentam percentagens entre os 9 e 7 por cento. Os restantes portos apresentam um número de escalas praticamente residual, igual ou inferior a dois por cento do total de entradas.

Relativamente à evolução mensal do número de escalas, é perfeitamente notória a preponderância dos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória para a totalidade dos meses. Sobressai ainda, embora marginalmente, o número de escalas do porto da Horta, particularmente nos meses de abril e outubro, devido a escalas de navios de cruzeiro.

Figura 3: Evolução mensal do número de escalas em 2014



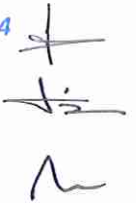
Em termos de tipologia, destaque para os navios e embarcações de carga geral, seguidos muito de perto pelos navios porta-contentores. Estes dois tipos de embarcações representam mais de metade das escalas registadas nos portos do arquipélago em 2013 e 2014.

Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados

Tipo de navios	2014	2013	Var.%
Carga Geral	735	796	-7,66%
Porta Contentores	703	729	-3,57%
Passageiros	496	491	1,02%
Tanque	278	288	-3,47%
Outros	240	283	-15,19%
Cruzeiros	90	92	-2,17%
Graneleiros	47	64	-26,56%
Total	2.589	2.743	-5,61%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No caso concreto dos navios e embarcações de carga geral, associados sobretudo a operações de tráfego local, constata-se a sua prevalência em alguns portos, como é o caso de Calheta e Madalena, ambos com a totalidade das escalas de 2014, bem como Vila do Porto (48,7 por cento) e Praia da Graciosa (39,6 por cento). Nestes últimos dois portos, o peso relativo deste tipo de tráfego é relativamente significativo devido à preponderância, respetivamente, das ligações com os portos de

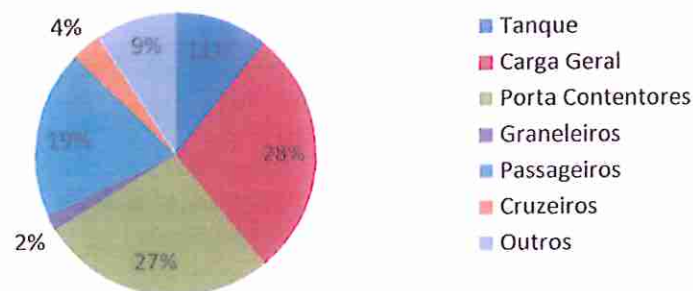


Ponta Delgada e Praia da Vitória, portos centrais nas respetivas operações de tráfego local. Tais portos são escalados quinzenalmente por navios porta-contentores, situação que decorre do disposto na legislação referente à cabotagem insular, estabelecida no Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro.

Seguem-se os portos da Praia da Vitória (39,5 por cento), Velas (26,8 por cento) e São Roque do Pico (24,7 por cento), em que as operações de embarcações de tráfego local registam um peso ainda superior a 25 por cento do total das escalas. Nestes casos, as escalas de navios porta-contentores são relativamente mais frequentes, correspondendo a uma periodicidade semanal, ao abrigo também da legislação relativa à cabotagem insular.

Relativamente a este último tipo de navios, ocorreu uma diminuição de 3,57 por cento, em resultado da alteração na afetação de escalas dos operadores de cabotagem. O porto em que ocorreu a maior parte de tais reduções foi o de Ponta Delgada (menos 21 escalas), seguido dos portos da Praia da Vitória e de São Roque do Pico (menos cinco escalas cada).

Figura 4: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2014

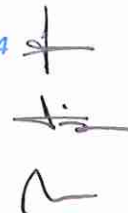


Relativamente à dimensão dos navios, medida em unidade GT, a principal tipologia corresponde aos navios de cruzeiros, com um aumento muito de 7,21 por cento, seguindo-se os navios porta-contentores que, com 3.725 escalas em 2014 e 3.866 em 2013, registaram uma diminuição de 3,66 por cento na respectiva dimensão. Esta quebra registada na dimensão dos navios porta-contentores está em linha com a redução do respetivo número de escalas, que se cifrou em 3,57 por cento.

Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio

Tipo de navios	Unidade: '000Gross tonnage (GT)		
	2014	2013	Var. %
Cruzeiros	4.162	3.882	7,21%
Porta Contentores	3.725	3.866	-3,66%
Passageiros	3.216	3.580	-10,16%
Tanque	1.921	1.897	1,27%
Graneleiros	885	767	15,33%
Outros	835	565	47,85%
Carga Geral	646	598	8,04%
Total	15.389	15.154	1,55%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

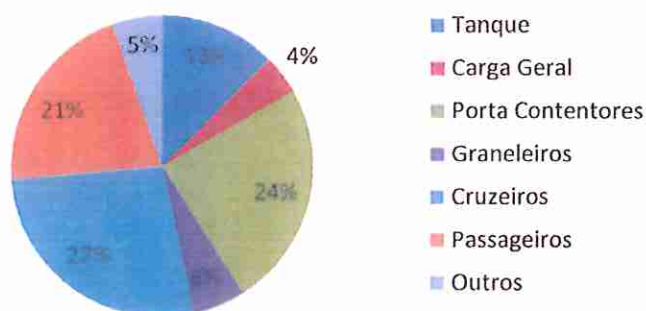


O porto de Ponta Delgada representa, no que respeita a navios de cruzeiro, 80 por cento da totalidade da arqueação dos navios de cruzeiro com escala nos portos do arquipélago, seguindo-se o porto da Horta com cerca de 12 por cento. Os restantes portos apresentam pesos marginais neste segmento de escalas de navios.

No que respeita a navios porta-contentores, a desagregação é relativamente mais homogénea, representando o porto de Ponta Delgada 45 por cento da arqueação total deste tipo de navios, o porto da Praia da Vitória 22 por cento e o porto da Horta 10 por cento.

Destaque ainda para a diminuição observada ao nível da arqueação dos navios de passageiros, o que, tendo em conta a variação residual ao nível do número de escalas, permite concluir acerca da diminuição da respetiva dimensão média, de 42.192 GT para 35.732 GT, ou seja, -15,31 por cento. De qualquer modo, a dimensão média observada em 2013 encontra-se particularmente afetada por algumas escalas de navios de cruzeiro que não chegaram a realizar operações no porto da Horta devido ao mau tempo, tendo-se classificado tais escalas de sendo de passageiros.

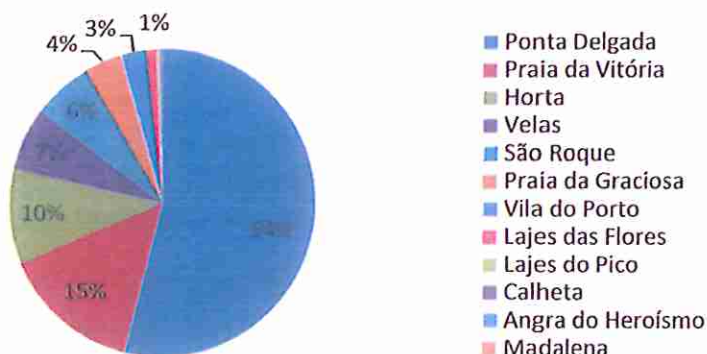
Figura 5: GT de navios e embarcações entrados em 2014, por tipo



O porto de Ponta Delgada representa 54 por cento da arqueação total dos navios com escalas nos portos dos Açores e cerca de 32 por cento das escalas. Dessa percentagem de arqueação, 40 por cento diz apenas respeito a navios de cruzeiro, os maiores navios com escala nos portos açorianos. Nos restantes portos sobressaem escalas de navios com dimensões relativamente mais reduzidas.

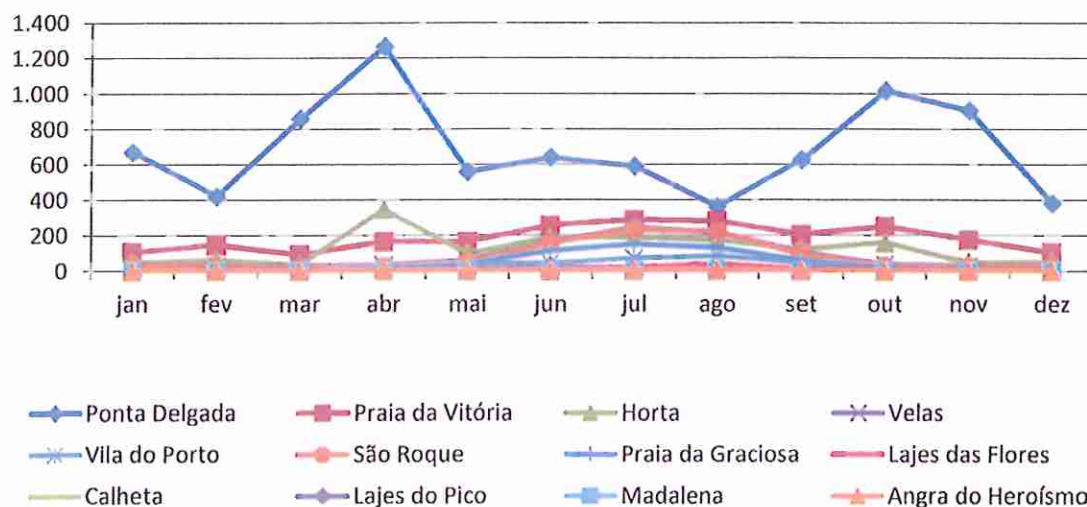
Assim, o porto da Horta, por exemplo, apresenta um peso relativo, em termos de escalas, de 10 por cento, peso esse que é também o relativo à arqueação. Os navios de cruzeiro representam 31 por cento da arqueação dos navios com escala no porto da Horta. Já o porto da Praia da Vitória, com 22 por cento das escalas, apresenta 15 por cento da arqueação dos navios com escala nos portos dos Açores.

Figura 6: GT de navios e embarcações entrados em 2014, por porto



O peso relativo dos navios de cruzeiro no conjunto da arqueação dos navios é facilmente detetável na evolução mensal da arqueação dos navios, por porto. De facto, a linha correspondente ao porto de Ponta Delgada apresenta para os meses de abril e maio, na Primavera, e outubro e novembro, no Outono, uma arqueação significativamente elevada. Do mesmo modo, para o porto da Horta, é perceptível um incremento extraordinário nos meses de abril e outubro, embora neste último caso significativamente menos relevante.

Figura 7: Evolução mensal da tonelagem de arqueação dos navios, em 2014



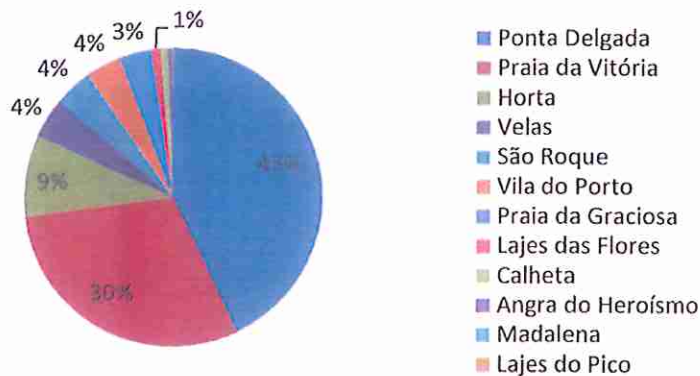
A estadia dos navios e embarcações com entrada nos portos dos Açores registou, em 2014, um total de 5.305 dias, uma diminuição de 7,42 por cento face à estadia registada em 2013. Tendo em conta a redução de 5,61 por cento ao nível das escalas, observou-se uma diminuição na estadia média, embora relativamente diminuta, de 2,09 dias em 2013 para 2,05 dias em 2014.

As razões para esta evolução são as mais diversas, destacando-se, naturalmente, as observadas nos portos de maior dimensão e com maior volume de movimentação. No caso do porto da Horta, por exemplo, em que a redução atingiu praticamente 25 por cento, observa-se uma redução no número de embarcações pesqueiras e respectivas estadias (de 62 embarcações e 201 dias de estadia em 2013 para 40 embarcações e 106 dias de estadia em 2014). Também no caso de navios frigoríficos

ocorreu uma significativa redução nesse porto, particularmente em termos de estadia (-67 dias de estadia).

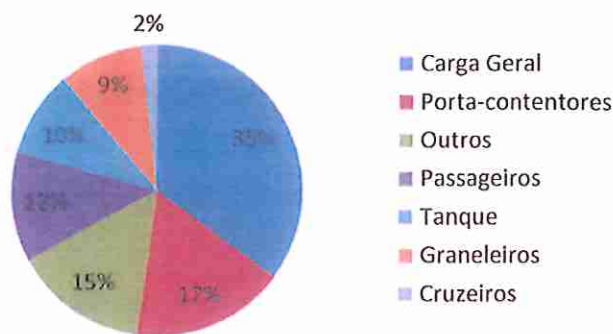
No porto de Ponta Delgada, a redução observada no volume de estadia de navios prende-se com a venda do navio de bandeira turca "Hacinin Ahmet", estacionado no porto desde dezembro de 2012 e entretanto alvo de um processo de arresto. Para além disto, será de referir a redução de mais um navio afeto à cabotagem insular a partir de agosto de 2013, com ligeira repercussão no volume de estadia registado em diversos portos.

Figura 8: Estadia de navios e embarcações em 2014



Em sentido contrário, registou-se um aumento na estadia dos navios no porto da Praia da Vitória, decorrente da contabilização das estadias de embarcações de tráfego local e auxiliares de tráfego local, não obstante tal aumento ser relativamente inferior às diminuições observadas nas estadias de navios nos portos de Ponta Delgada e Horta.

Figura 9: Estadia dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio



No que respeita à categoria dos navios e embarcações, 35 por cento das estadias correspondem a navios ou embarcações de carga geral, e em que predominam de forma muito notória as embarcações de tráfego local, com 91,14 por cento das estadias dos navios e embarcações de carga geral.

Os navios porta-contentores registam 17 por cento das estadias, enquanto os navios de passageiros representam 12 por cento, associados na quase totalidade a estadias de navios de passageiros

interilhas, que representam 97,69 por cento do total das estadias deste tipo de navios. Estas três categorias representam, no conjunto, cerca de 65 por cento das estadias.



4.2.2. Movimento de mercadorias

O volume de mercadorias movimentadas nos portos do arquipélago dos Açores em 2014 atingiu os 2.088 milhões de toneladas, o que corresponde a uma diminuição de 4,34 por cento face ao volume movimentado no ano de 2013.

O porto de Ponta Delgada, com 1.267 mil toneladas, apresenta-se como o principal porto em termos de movimentação de mercadorias, seguido do porto da Praia da Vitória, com 504 mil toneladas. Todos os restantes portos apresentam volumes de movimentação inferiores a 90 mil toneladas, destacando-se os portos de São Roque do Pico e Horta, com 88 e 82 milhares de toneladas, respetivamente.

Tabela 9: Movimento total de mercadorias

Portos	Unidade: tons.		
	2014	2013	Var.%
Ponta Delgada	1.266.985	1.305.282	-2,93%
Praia da Vitória	504.107	514.121	-1,95%
São Roque	88.262	105.890	-16,65%
Horta	81.401	95.471	-14,74%
Velas	56.814	63.425	-10,42%
Vila do Porto	35.714	41.282	-13,49%
Praia da Graciosa	26.334	27.546	-4,40%
Lajes das Flores	24.397	25.241	-3,34%
Calheta	3.985	3.923	1,59%
Madalena	669	1.337	-49,98%
Total	2.088.668	2.193.517	-4,34%

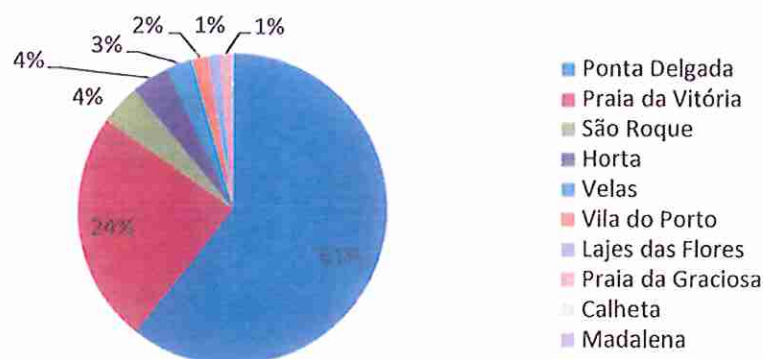
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

As principais variações são as registadas nos portos de São Roque, Horta, Velas e Vila do Porto, todas com diminuições superiores a 10 por cento.

Quanto ao porto da Madalena, a redução registada foi de praticamente 50 por cento. Contudo, devido à fraca expressão em termos de volume, tal variação não é representativa.



Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2014, por porto



Em termos de desagregação das mercadorias por modo de acondicionamento, observa-se uma quebra na generalidade dos modos, com exceção apenas dos granéis sólidos, que registou um crescimento de 6,44 por cento. Este tipo de operação está sobretudo associada à importação de cereais para alimentação animal ou incorporação em rações e, numa percentagem relativamente inferior, a cimento (exclusivamente no porto da Praia da Vitória) ou clínquer e gesso para fabrico de cimento, neste último caso no porto de Ponta Delgada.

De qualquer modo, estas operações de movimentação de granéis sólidos estão concentradas nos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, no primeiro caso com 316 milhares de toneladas e, no segundo, com 125 milhares de toneladas.

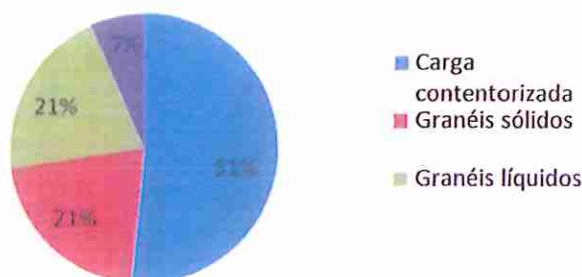
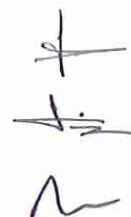
Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2014	2013	Var. %
Carga contentorizada	1.075.981	1.166.952	-7,80%
Granéis sólidos	441.360	414.661	6,44%
Granéis líquidos	432.365	457.819	-5,56%
Carga geral	138.962	144.085	-3,56%
Total	2.088.668	2.183.517	-4,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De destacar também a diminuição registada na carga contentorizada, que atingiu os 7,8 por cento. Esta quebra foi relativamente mais acentuada no embarque (10,04 por cento), enquanto no desembarque a redução cifrou-se nos 6,35 por cento. De qualquer modo, em termos gerais, observa-se uma diminuição muito acentuada no conjunto das cargas carregadas, que registam uma quebra de 17,78 por cento, de cerca de 608,5 milhares de toneladas em 2013 para 500,3 milhares de toneladas em 2014.

Figura 11: Mercadorias movimentadas em 2014, por modo de acondicionamento

Os granéis líquidos, compostos por produtos petrolíferos, nomeadamente gás butano, gasolina, gasóleo, fuelóleo e jet fuel, para venda a retalho ou ainda utilização na produção de energia eléctrica e abastecimento à aviação e à navegação marítima, registaram também uma diminuição, mais acentuada na carga (menos 12,4 por cento) do que na descarga (menos 4,2 por cento). De referir que, no que respeita a este tipo de operação, apenas o porto de Ponta Delgada efetua operações de carga, abastecendo as restantes ilhas, com exclusão da ilha Terceira, abastecida diretamente do exterior. Entretanto, em 2014, ocorreram algumas situações de embarque, decorrentes de situações de contaminação de tanques, nomeadamente no porto de São Roque do Pico.

Ao nível da carga geral observou-se em 2014 a uma diminuição extremamente significativa ao nível das operações de embarque, passando de 68,2 mil toneladas para ligeiramente menos do que 23,4 mil toneladas, o equivalente a uma diminuição de 65,73 por cento.

Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2014	2013	Var. %
Carga contentorizada	410.510	456.323	-10,04%
Granéis líquidos	66.406	75.801	-12,40%
Granéis sólidos	0	8.175	-100,00%
Carga geral	23.370	68.200	-65,73%
Total	500.285	608.499	-17,78%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Já no que respeita a operações de desembarque, as mercadorias em carga geral registaram um aumento muito significativo (mais 52,32 por cento), passando de 75,9 milhares de toneladas para 115,6 mil toneladas. Também ao nível dos granéis sólidos registou-se um acréscimo de cerca de 35 mil toneladas, correspondente a 8,58 por cento.

Em termos globais, as mercadorias descarregadas registaram um acréscimo, embora diminuto, de 0,85 por cento, em oposição à quebra observada nas mercadorias carregadas, que se cifrou nos 17,78 por cento.

Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento

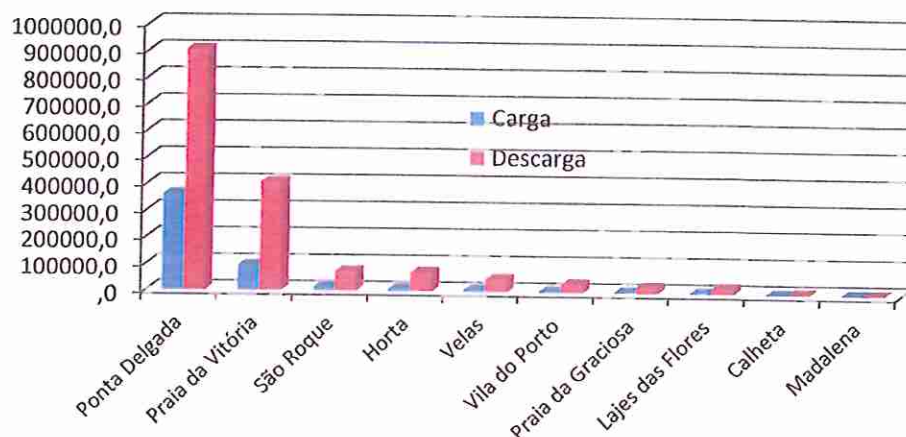
Portos	Unidade: tons.		
	2014	2013	Var. %
Carga contentorizada	665.471	710.629	-6,35%
Granéis sólidos	441.360	406.485	8,58%
Granéis líquidos	365.960	382.018	-4,20%
Carga geral	115.592	75.886	52,32%
Total	1.588.383	1.575.018	0,85%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Neste contexto, o ano de 2014 viu acentuar-se a discrepância entre mercadorias carregadas e descarregadas, situando-se agora em 3,17, quando, em 2013, a relação havia sido igual a 2,59. Significa isto que, em 2014, por cada tonelada carregada, foi descarregado um volume equivalente a 3,17 toneladas de mercadorias.

Em termos individuais, esta relação entre mercadorias carregadas e descarregadas é muito díspar, registando-se, nos portos com maior volume de mercadorias, um mínimo no porto de Ponta Delgada (2,50) e o máximo no porto da Horta (7,55).

Figura 12: Total de mercadorias carregadas e descarregadas em 2014 (tons.)



Este tipo de relação é relativamente menos acentuada no que respeita às mercadorias contentorizadas, observando-se, para a totalidade dos portos, uma relação de 1,62. A menor relação ocorre no porto de Ponta Delgada (1,28), seguindo-se a do porto da Praia da Vitória (1,75), e a maior no porto das Lajes das Flores (6,03).

Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada

Unidade: tons.

Portos	2014			2013			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	282.985	363.441	646.426	304.141	382.432	686.573	-6,96%	-4,97%	-5,85%
Praia da Vitória	90.724	158.641	249.365	111.974	156.346	268.320	-18,98%	1,47%	-7,06%
São Roque	12.095	41.660	53.755	13.542	53.747	67.289	-10,68%	-22,49%	-20,11%
Horta	9.101	34.238	43.339	10.327	41.926	52.253	-11,87%	-18,34%	-17,06%
Velas	6.641	32.315	38.956	5.958	37.286	43.244	11,46%	-13,33%	-9,92%
Lajes das Flores	2.745	16.547	19.291	2.606	16.622	19.228	5,32%	-0,45%	0,33%
Vila do Porto	2.871	10.595	13.466	3.748	14.026	17.774	-23,40%	-24,46%	-24,24%
Praia da Graciosa	3.348	8.035	11.383	4.027	8.244	12.271	-16,86%	-2,54%	-7,24%
Total	410.510	665.471	1.075.981	456.323	710.629	1.166.952	-10,04%	6,35%	-7,80%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita a granéis líquidos este tipo de análise não é possível. De facto, conforme referido acima, apenas o porto de Ponta Delgada regista um volume significativo de embarque de granéis líquidos, com quase 66 milhares de toneladas de combustíveis carregados. A generalidade dos restantes portos recebe granéis líquidos a partir do porto de Ponta Delgada, com exceção do porto da Horta e Praia da Vitória, no que respeita a gás liquefeito, e o porto da Praia da Vitória em relação aos restantes combustíveis movimentados como granéis líquidos.

Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	2014			2013			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	65.991	207.719	273.711	75.801	224.557	300.359	-12,94%	-7,50%	-8,87%
Praia da Vitória	335	80.835	81.170	0	77.424	77.424	-%	4,41%	4,84%
Horta	0	27.496	27.496	0	29.482	29.482	-%	-6,74%	-6,74%
São Roque	79	17.290	17.369	0	19.233	19.233	-%	-10,10%	-9,69%
Velas	0	10.159	10.159	0	11.459	11.459	-%	-11,34%	-11,34%
Vila do Porto	0	12.773	12.773	0	10.060	10.060	-%	26,96%	26,96%
Lajes das Flores	0	4.603	4.603	0	4.996	4.996	-%	-7,86%	-7,86%
Praia da Graciosa	0	5.084	5.084	0	4.806	4.806	-%	5,78%	5,78%
Total	65.405	365.960	432.365	75.801	382.018	457.819	-12,40%	-4,20%	-5,56%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O movimento de granéis sólidos ocorre apenas em alguns dos portos dos Açores, tendo-se cingindo, em 2014, apenas aos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória e em operações de descarga.

Conforme já referido, há a considerar sobretudo dois tipos de mercadorias neste tipo de granel: cereais e cimento ou clínquer e gesso. No primeiro caso, trata-se de produtos alimentares para rações e, no segundo, de produtos para a construção civil. No caso do porto da Praia da Vitória, há lugar à descarga de cimento e, no porto de Ponta Delgada, clínquer e gesso para fabrico de cimento.

Relativamente a cereais, o porto da Praia da Vitória movimentou 77 milhares de toneladas, enquanto no porto de Ponta Delgada foram movimentadas 234 milhares de toneladas de cereais.

De referir, no que respeita à movimentação de cimento a granel e clínquer e gesso, que o porto da Praia da Vitória movimentou em 2014 um total de 46 mil toneladas de cimento. No caso do porto de Ponta Delgada, ocorreram descargas de clínquer e gesso que atingiram, em 2014, um total de 68 mil toneladas.



Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados

Portos	2014			2013			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	0	316.124	316.124	2.110	288.943	291.053	-100,00%	9,41%	8,61%
Praia da Vitória	0	125.236	125.236	5.747	112.709	118.456	-100,00%	11,11%	5,72%
Horta	0	0	0	318	2.723	3.041	-100,00%	-100,00%	-100,00%
Vila do Porto	0	0	0	0	2.110	2.110	-%	-100,00%	-100,00%
Total	0	441.360	441.360	8.175	406.485	414.661	-100,00%	8,58%	6,44%

 Unidade: tons.
 Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência à carga geral, que inclui os mais diversos tipos, desde viaturas e maquinaria, peças avulsas, carga paletizada, entre outras. Em 2014, os portos dos Açores movimentaram praticamente 139 milhares de toneladas deste tipo de cargas, correspondendo a maioria a carga descarregada (55,4 por cento). O porto da Praia da Vitória, com 48,3 milhares de toneladas é o principal porto do arquipélago no que respeita a este tipo de cargas, devido às operações associadas ao tráfego local, através do operador de transporte Transportes Marítimos Graciosenses, com atividade no Grupo Central do arquipélago dos Açores.

Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada

Portos	2014			2013			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	12.642	18.082	30.724	14.663	12.634	27.297	-13,78%	43,12%	12,56%
Praia da Vitória	43.457	4.880	48.336	46.496	3.425	49.921	-6,54%	42,48%	-3,17%
São Roque	1.462	15.674	17.137	1.889	17.479	19.368	-22,58%	-10,32%	-11,52%
Vila do Porto	1.376	8.100	9.476	1.148	10.188	11.337	19,80%	-20,50%	-16,42%
Horta	425	10.141	10.566	698	9.997	10.695	-39,15%	1,44%	-1,21%
Praia da Graciosa	979	8.888	9.867	874	9.595	10.469	11,99%	-7,37%	-5,75%
Velas	1.131	6.568	7.699	1.480	7.242	8.722	-23,55%	-9,31%	-11,73%
Calheta	235	3.750	3.985	382	3.540	3.923	-38,54%	5,92%	1,59%
Madalena	20	649	669	25	1.312	1.337	-18,95%	-50,56%	-49,98%
Lajes das Flores	219	283	503	544	473	1.017	-59,66%	-40,16%	-50,59%
Total	61.946	77.015	138.962	68.200	75.886	144.085	-9,17%	1,49%	-3,56%

 Unidade: tons.
 Fonte: Portos dos Açores, S.A.

4.2.3. Movimento de contentores

A movimentação de contentores constitui um das principais atividades nos portos do arquipélago, conforme demonstrado pelo número de navios desse tipo com escala nos portos dos Açores. Em 2014 movimentaram-se 95.969 unidades cheias medidas em TEU (Unidades equivalentes de 20 pés), sendo que apenas os portos de Ponta Delgada e o porto da Praia da Vitória movimentaram 82,54 por cento do total. Os restantes portos movimentam anualmente um número bastante mais reduzido, que não atinge, em nenhum dos casos, os 6.000 TEU.



Tabela 17: Movimento de contentores cheios (TEU)

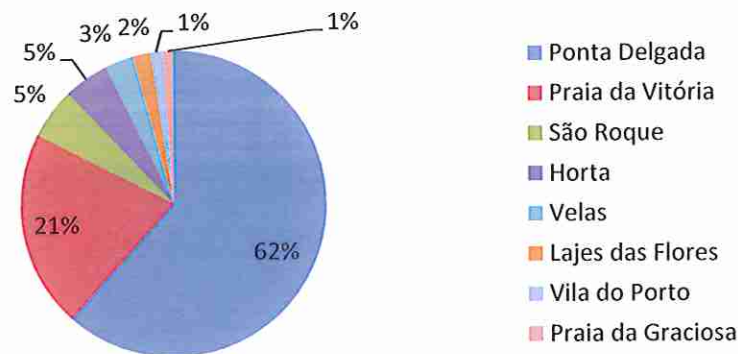
Portos	2014	2013	Var.%
Ponta Delgada	59.143	61.763	-4,24%
Praia da Vitória	20.068	21.726	-7,63%
São Roque	5.241	5.994	-12,56%
Horta	4.518	4.938	-8,51%
Velas	2.985	3.276	-8,88%
Lajes das Flores	1.681	1.687	-0,36%
Vila do Porto	1.268	1.614	-21,44%
Praia da Graciosa	1.065	1.174	-9,28%
Total	95.969	102.172	-6,07%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos de variações, observa-se um fenómeno generalizado de decréscimo, mais ou menos acentuado num ou outro porto, sendo a menor variação a registada no porto das Lajes das Flores, que manteve praticamente o mesmo número de contentores, seguindo-se a registada no porto de Ponta Delgada, inferior a cinco por cento. Neste contexto, o peso relativo do porto de Ponta Delgada subiu em 2014 para 61,63, enquanto em 2013 se situava nos 60,45 por cento, um aumento de 1,18 pontos percentuais.

O porto de Vila do Porto, com uma variação superior a 20 por cento, registou a maior diminuição no que respeita ao número de unidades TEU movimentadas em 2014 nos portos dos Açores.

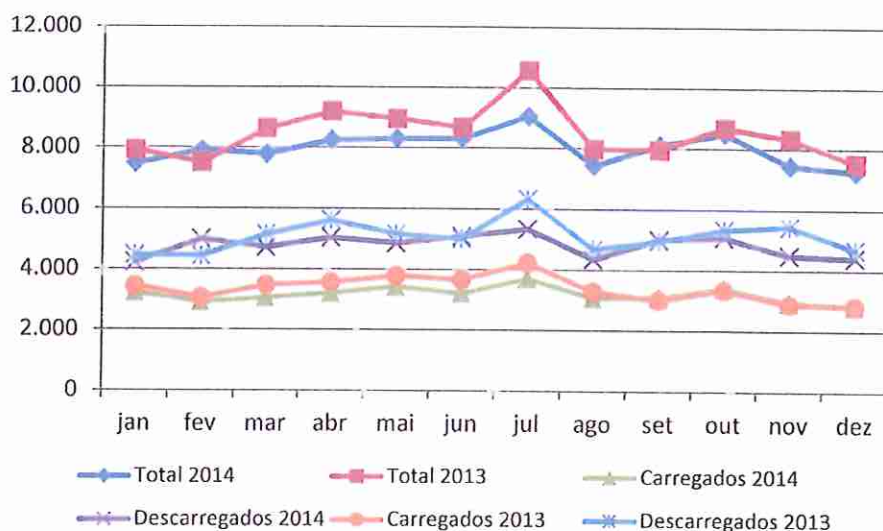
Figura 13: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2014



Em termos de movimentação mensal de contentores, observa-se em 2014 uma menor variabilidade do que a registada em 2013. Para além disto, apenas no mês de fevereiro de 2014 registou-se um número de movimentos superior ao do mês homólogo de 2013, e apenas no que respeita a unidades descarregadas. Na grande maioria dos meses verificou-se um volume de movimentos ligeiramente inferior ao de 2013, sendo ainda de destacar o volume relativamente similar de contentores carregados em 2013 e 2014 nos meses de setembro a dezembro.

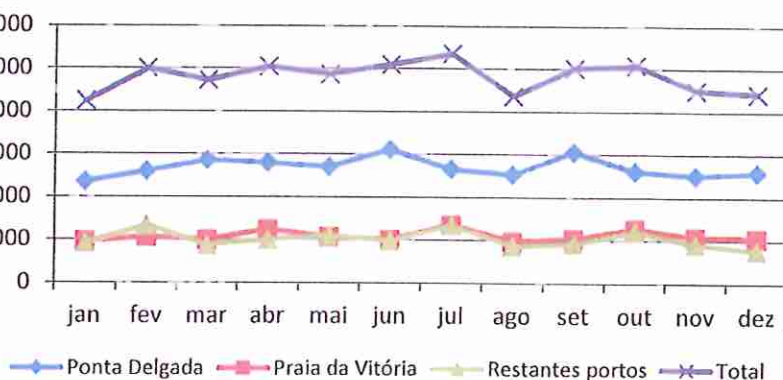
[Handwritten signature]

Figura 14: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios em 2013 e 2014



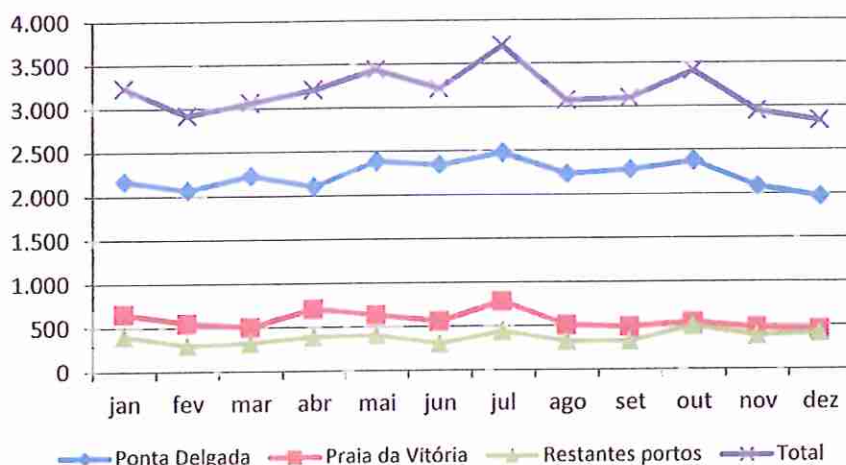
Numa análise por porto, constata-se que os portos de Ponta Delgada e da Praia da Vitória apresentam os volumes mensais mais elevados, sendo que, no caso do porto da Praia da Vitória, o número de unidades descarregadas é praticamente idêntico ao da totalidade dos restantes portos.

Figura 15: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios descarregados em 2014



O mesmo já não acontece no que diz respeito a contentores embarcados, em que o porto da Praia da Vitória regista praticamente em todos os meses um volume superior ao dos restantes portos. Tal decorre da maior capacidade industrial da ilha Terceira relativamente às restantes. Para além disto, constata-se também, no que respeita a contentores carregados, um maior predomínio do porto de Ponta Delgada.

Figura 16: Movimento mensal de contentores (TEU) cheios carregados em 2014



O volume de movimentos ao embarque realizados no porto de Ponta Delgada encontra-se influenciado de modo muito particular pelos movimentos designados de baldeação.

Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados

Unidade: TEU

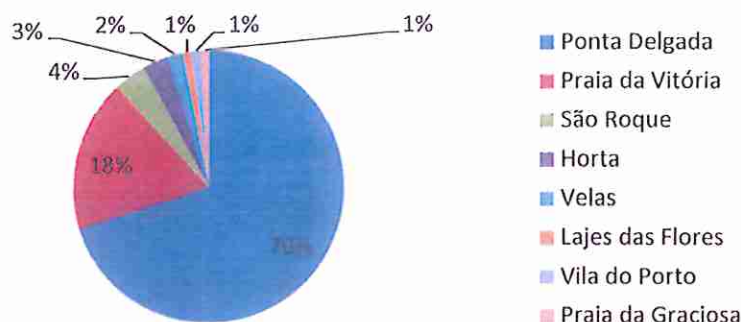
Portos	2014			2013			Var. %		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	26.771	32.372	59.143	27.952	33.811	61.763	-4,23%	-4,26%	-4,24%
Praia da Vitória	6.892	13.176	20.068	7.807	13.919	21.726	-11,72%	-5,34%	-7,63%
São Roque	1.484	3.757	5.241	1.733	4.261	5.994	-14,37%	-11,83%	-12,56%
Horta	1.138	3.380	4.518	1.264	3.674	4.938	-9,97%	-8,00%	-8,51%
Velas	726	2.259	2.985	700	2.576	3.276	3,71%	-12,31%	-8,88%
Lajes das Flores	378	1.303	1.681	381	1.306	1.687	-0,79%	-0,23%	-0,36%
Vila do Porto	388	880	1.268	456	1.158	1.614	-14,91%	-24,01%	-21,44%
Praia da Graciosa	415	650	1.065	512	662	1.174	-18,95%	-1,81%	-9,28%
Total	38.192	57.777	95.969	40.805	61.367	102.172	-6,40%	-5,85%	-6,07%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tais movimentos significam que as mercadorias utilizam esse porto na movimentação entre o porto de origem e destino final, recorrendo a dois ou mais navios. Por essa via, no porto de baldeação ocorrem dois movimentos: um de desembarque, a partir do navio que opera desde o porto de origem da mercadoria; e outro de embarque, para o navio que opera para o porto de destino final da mercadoria.

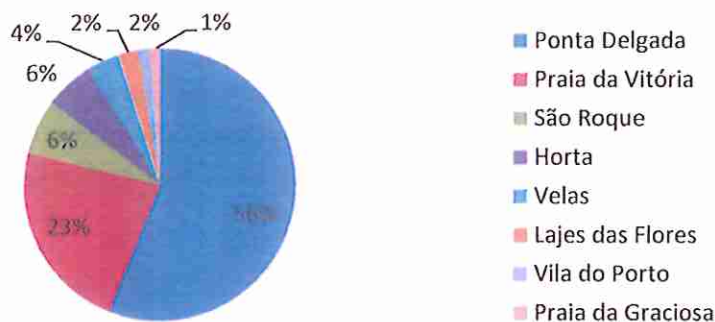


Figura 17: Movimento de TEUs carregados em 2014



É neste âmbito e sob efeito das operações de baldeação que se constata um maior predomínio do porto de Ponta Delgada no contexto regional e no que respeita a contentores carregados, face ao volume dos contentores descarregados (70 por cento no primeiro caso e 56 por cento no segundo).

Figura 18: Movimento de TEUs descarregados em 2014



A divisão por tipo de unidades utilizadas, ou seja, 20 ou 40 pés, permite um diferente tipo de análise. Neste caso, constata-se uma diminuição do peso relativo dos contentores de 20 pés, processo que vem ocorrendo de forma continuada ao longo do tempo. De qualquer forma, este tipo de fenómeno não é transversal a todos os portos, ocorrendo com maior prevalência no porto de Ponta Delgada, por exemplo, com impacto direto no total do conjunto dos portos.

Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'

Portos	2014			2013			Var. %		
	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	16.891	21.126	59.143	19.073	21.345	61.763	-11,44%	-1,03%	-4,24%
Praia da Vitória	7.636	6.216	20.068	8.170	6.778	21.726	-6,54%	-8,29%	-7,63%
São Roque	2.003	1.619	5.241	2.374	1.810	5.994	-15,63%	-10,55%	-12,56%
Horta	1.960	1.279	4.518	2.162	1.388	4.938	-9,34%	-7,85%	-8,51%
Velas	1.561	712	2.985	1.724	776	3.276	-9,45%	-8,25%	-8,88%
Lajes das Flores	1.215	233	1.681	1.279	204	1.687	-5,00%	14,22%	-0,36%
Vila do Porto	796	236	1.268	940	337	1.614	-15,32%	-29,97%	-21,44%
Praia da Graciosa	641	212	1.065	630	272	1.174	1,75%	-22,06%	-9,28%
Total	32.703	31.633	95.969	36.352	32.910	102.172	-10,04%	-3,88%	-6,07%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que concerne ao movimento de contentores vazios, processo indispensável e que decorre dos desequilíbrios nas trocas, observa-se também uma diminuição no volume de unidades TEU, relativamente mais homogénea no que respeita aos diferentes portos do que a observada com contentores cheios.

Tabela 20: Movimento de contentores vazios (TEU)

Portos	2014	2013	Var.%
Ponta Delgada	16.050	18.032	-10,99%
Praia da Vitória	9.599	10.675	-10,08%
São Roque	3.178	3.700	-14,11%
Horta	2.951	3.445	-14,34%
Velas	2.428	2.820	-13,90%
Vila do Porto	1.121	1.416	-20,83%
Lajes das Flores	1.218	1.309	-6,95%
Praia da Graciosa	667	784	-14,92%
Total	37.212	42.181	-11,78%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A divisão dos movimentos de contentores vazios entre carga e descarga permite perceber o processo decorrente do desequilíbrio das trocas na generalidade dos portos dos Açores. De facto, atendendo ao maior volume de mercadorias descarregadas, há uma consequência natural em termos de gestão do stock de contentores dos vários operadores de transporte marítimo, que se reflete num número mais elevado de movimentos à carga de unidades vazias.

Tabela 21: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados

Portos	2014			2013			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	10.749	5.301	16.050	11.964	6.068	18.032	-10,16%	-12,64%	-10,99%
Praia da Vitória	7.925	1.674	9.599	8.244	2.431	10.675	-3,87%	-31,14%	-10,08%
São Roque	2.690	488	3.178	3.031	669	3.700	-11,25%	-27,06%	-14,11%
Horta	2.523	428	2.951	2.964	481	3.445	-14,88%	-11,02%	-14,34%
Velas	1.984	444	2.428	2.371	449	2.820	-16,32%	-1,11%	-13,90%
Vila do Porto	746	375	1.121	958	458	1.416	-22,13%	-18,12%	-20,83%
Lajes das Flores	1.077	141	1.218	1.107	202	1.309	-2,71%	-30,20%	-6,95%
Praia da Graciosa	448	219	667	526	258	784	-14,83%	-15,12%	-14,92%
Total	28.142	9.070	37.212	31.165	11.016	42.181	-9,70%	-17,67%	-11,78%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tal como sucede com os contentores cheios, os contentores vazios de 20 pés registaram uma maior diminuição do que os contentores vazios de 40 pés, muito embora em termos individuais, por porto, se notem algumas situações em que esta relação não é propriamente direta.

Tabela 22: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'

Portos	2014			2013			Var. %		
	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	6.368	4.841	16.050	6.888	5.572	18.032	-7,55%	-13,12%	-10,99%
Praia da Vitória	3.153	3.223	9.599	3.861	3.407	10.675	-18,34%	-5,40%	-10,08%
São Roque	1.356	911	3.178	1.608	1.046	3.700	-15,67%	-12,91%	-14,11%
Horta	1.273	839	2.951	1.593	926	3.445	-20,09%	-9,40%	-14,34%
Velas	1.198	615	2.428	1.428	696	2.820	-16,11%	-11,64%	-13,90%
Lajes das Flores	746	236	1.218	909	200	1.309	-17,93%	18,00%	-6,95%
Vila do Porto	639	241	1.121	740	338	1.416	-13,65%	-28,70%	-20,83%
Praia da Graciosa	345	161	667	398	193	784	-13,32%	-16,58%	-14,92%
Total	15.078	11.067	37.212	17.425	12.378	42.181	-13,47%	-10,59%	-11,78%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

4.2.4. Movimento de passageiros e viaturas em navios ferry

O movimento total de passageiros nos portos dos Açores regista dois tipos distintos de atividade: o movimento de passageiros em navios de cruzeiros e o movimento de passageiros interilhas. Neste último caso, haverá a considerar, por um lado, as ligações entre algumas ilhas do operador Transmaçor e, por outro, as ligações interilhas da Atlânticoline, empresa com uma importante participação da PA e alvo de detalhe no capítulo 10 do presente Relatório.

No que respeita às ligações efetuadas pela Transmaçor, compreendem um conjunto de ilhas no Grupo Central do arquipélago, designadamente as ilhas do Faial (porto da Horta), Pico (portos de Madalena e São Roque), São Jorge (portos de Velas e Calheta) e Terceira (porto de Angra do Heroísmo), sendo as ligações entre os portos de Horta, Madalena, São Roque e Velas efetuadas durante a totalidade do ano.

Relativamente às ligações efetuadas pela Atlânticoline, incluem dois tipos: as ligações entre os meses de maio e setembro entre todas as ilhas com exceção da ilha do Corvo, com os navios "Express Santorini" e "Hellenic Wind"; e as ligações entre as ilhas das Flores e Corvo, através da lancha "Ariel", realizadas durante todo o ano.

O principal porto do arquipélago em termos de movimento de passageiros é o porto da Horta, dotado a partir do verão de 2012 de um Terminal Marítimo dedicado a este tipo de operações. Em 2014 registou o volume mais elevado de passageiros, muito próximo dos 400 mil passageiros. Segue-se o porto da Madalena, com cerca de 353 mil passageiros, dotado também de um Terminal Marítimo, inaugurado a 21 de outubro de 2014, ao qual foi atribuído o nome "João Quaresma", importante personalidade da ilha do Pico, cuja longa vida foi dedicada à gestão da empresa Lanchas do Pico.

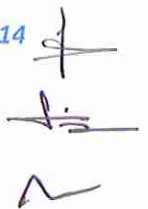


Tabela 23: Movimento total de passageiros

Portos	2014	2013	Var.%
Horta	396.147	373.316	6,12%
Madalena	353.322	344.000	2,71%
Ponta Delgada	113.571	109.372	3,84%
Velas	67.216	66.267	1,43%
São Roque	53.139	42.803	24,15%
Praia da Vitória	37.513	41.383	-9,35%
Vila do Porto	17.591	18.115	-2,89%
Praia da Graciosa	9.036	9.389	-3,76%
Lajes das Flores	5.554	5.183	7,16%
Angra do Heroísmo	4.732	113	4087,61%
Corvo	3.403	3.573	-4,76%
Calheta	2.122	791	168,27%
Lajes do Pico	535	0	-%
Total	1.063.881	1.014.305	4,89%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

O conjunto de ambos os portos corresponde a uma percentagem muito significativa do total de passageiros movimentados nos portos dos Açores, atingindo, em 2014, 70,4 por cento. Além do aumento no movimento de passageiros nestes dois portos, de registar o aumento verificado no porto de S. Roque do Pico (24,2 por cento), a recuperação no porto de Ponta Delgada (3,8 por cento), bem como o aumento exponencial no porto de Angra do Heroísmo.

Figura 19: Movimento total de passageiros em 2014

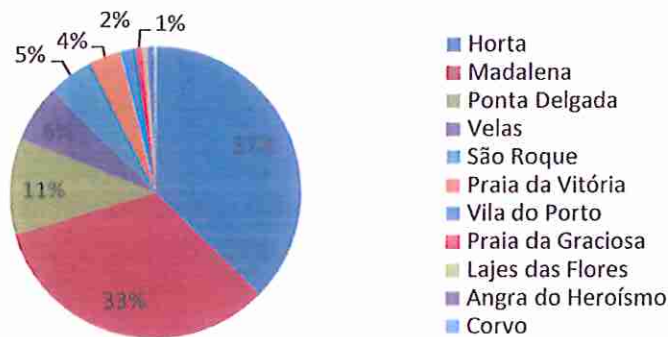
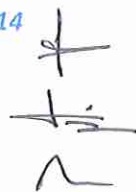


Tabela 24: Movimento de passageiros por tipo de atividade

	2014	2013	Var.%
Operações interilhas	968.192	926.868	4,46%
Operações em cruzeiros	95.765	87.437	9,52%
Total	1.063.957	1.014.305	4,90%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

Detalham-se nos pontos seguintes os dois segmentos acima referidos.



4.2.4.1. Passageiros em navios de cruzeiro

As escalas de navios de cruzeiro, depois de um ano de 2013 que podemos considerar de atípico e contrário à tendência que se vinha verificando neste segmento, registaram um crescimento substancial e aproximando-se novamente dos 100 mil passageiros atingidos em 2012.

Tabela 25: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro

Portos	2014	2013	Var.%
Ponta Delgada	78.802	73.102	7,80%
Horta	10.868	7.149	52,02%
Praia da Vitória	4.764	5.048	-5,63%
Lajes do Pico	535	0	-%
Vila do Porto	332	342	-2,92%
Angra do Heroísmo	170	113	50,44%
Velas	98	631	-84,47%
Praia da Graciosa	98	233	-57,94%
São Roque	98	113	-13,27%
Lajes das Flores	0	233	-100,00%
Corvo	0	233	-100,00%
Madalena	0	120	-100,00%
Calheta	0	120	-100,00%
Total	95.765	87.437	9,52%

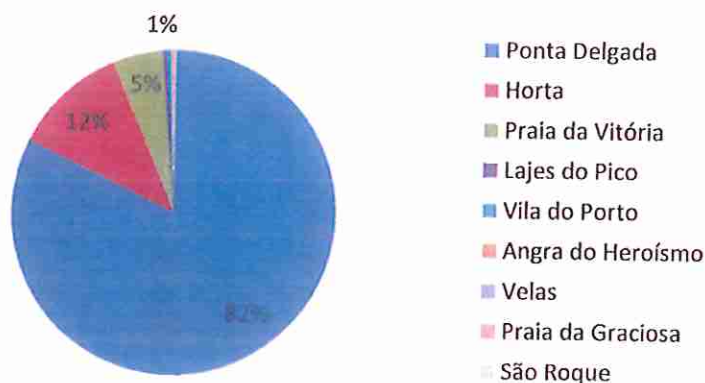
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em relação aos dados de 2014, é de destacar o crescimento superior a 50 por cento verificado no novo Terminal Marítimo da Horta, o qual veio potenciar este segmento. Este porto representou 11,3 por cento do total de passageiros em navios de cruzeiro.

O porto de Ponta Delgada mantém-se como o principal porto no movimento de passageiros em navios de cruzeiro, registando 82,3 por cento do total.

No que concerne ao porto da Praia da Vitória, registou-se uma quebra de 5,63 por cento, certamente relacionada com o aumento significativo que ocorreu no porto de Angra do Heroísmo.

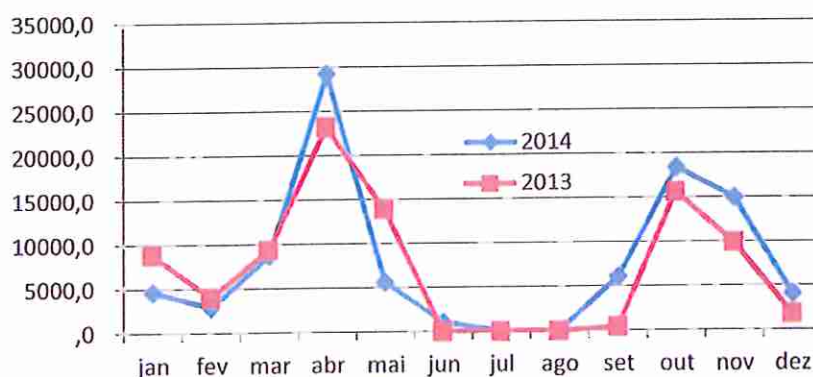
Figura 20: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2014



[Handwritten signature]

Em termos de sazonalidade das operações de navios de cruzeiros, não foram registadas alterações significativas, mantendo-se o mês de abril na liderança com 30 por cento do total de passageiros, seguido pelos meses de outubro e novembro.

Figura 21: Passageiros em navios de cruzeiro por meses

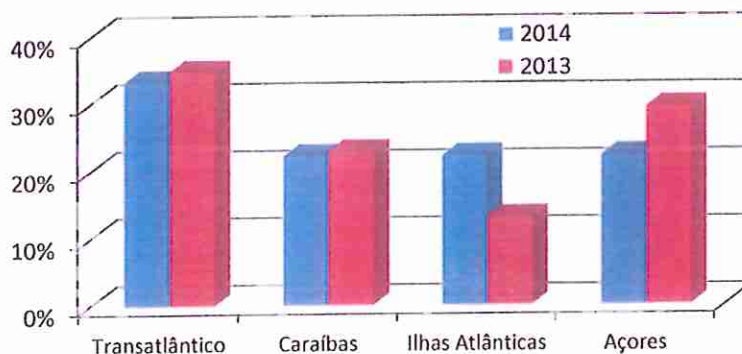


Neste segmento será ainda de destacar a ocorrência de diversos tipos de operações:

- ⌘ Escalas de reposicionamento ou transatlânticas;
- ⌘ Ligações entre Inglaterra e Caraíbas;
- ⌘ Circuito das ilhas atlânticas;
- ⌘ Circuito Açores.

No primeiro caso, trata-se de escalas integradas em ligações entre os continentes europeu e americano ou em viagens que envolvem vários continentes. No segundo caso, temos escalas associadas a cruzeiros com início nas ilhas britânicas, com destino às Caraíbas. No que diz respeito aos circuitos das ilhas atlânticas, as escalas nos portos açorianos fazem parte de circuitos com destino às Canárias. Finalmente, no caso dos circuitos Açores, temos um conjunto de escalas em diversos portos do arquipélago, associadas a cruzeiros em âmbito temático e em que os Açores são o próprio destino.

Figura 22: Escalas de cruzeiros por tipo de operação



Da análise dos diversos tipos de operações, destaca-se o crescimento das escalas associadas a cruzeiros com início nas ilhas britânicas, que se encontra cada vez mais consolidado, bem como o crescimento dos circuitos Açores, os quais já representam 22,2 por cento do total de escalas e 15,1 por cento do total de passageiros deste segmento.

Tabela 26: Escalas e passageiros por tipo de operação de navios de cruzeiro

Tipo de escalas	2014		2013		Var. %	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Transatlântico	30	48.886	32	37.620	-6,25%	29,95%
Açores	20	3.418	27	3.348	-25,93%	2,09%
Caraíbas	20	28.968	21	34.729	-4,76%	-16,59%
Ilhas atlânticas	20	14.449	12	11.740	66,67%	23,07%
Total	90	95.721	92	87.437	-2,17%	9,47%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Para além do tipo de operações, também é possível a apresentação de dados tendo por base as diferentes categorias consideradas neste tipo de navios. Neste campo, os navios da categoria "Standard" continuam a dominar, correspondendo a 46,6 por cento das escalas de navios de cruzeiros, embora seja de salientar o crescimento significativo dos navios da categoria "Luxo", passando a representar 21,1 por cento do total (representavam apenas 3,2 por cento em 2013) e dos navios da categoria "Premium" que representam 18,8 por cento (representavam apenas 6,5 por cento em 2013).

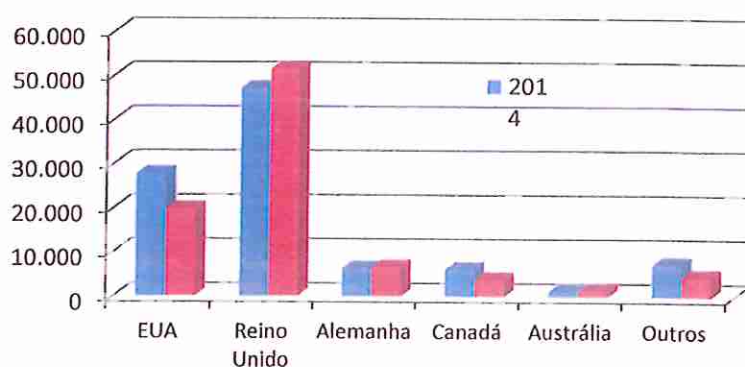
Tabela 27: Escalas e passageiros por categoria de navios de cruzeiro

Tipo de navios	2014		2013		Var. %	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Standard	42	54.158	60	78.736	-30,00%	-31,22%
Expedição	12	1.557	23	3.129	-47,83%	-50,24%
Premium	17	36.704	6	5.076	183,33%	623,09%
Luxo	19	3.302	3	496	533,33%	565,73%
Total	90	95.721	92	87.437	-2,17%	9,47%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Quanto à nacionalidade dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro, a britânica destaca-se das restantes, representando praticamente 50 por cento do total de passageiros em 2014 (49,2 por cento).

Figura 23: Principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro





É ainda de destacar o crescimento verificado nos passageiros de nacionalidade norte-americana, com um peso relativo de 29,0 por cento (em 2013 representava apenas 22,6 por cento) e dos passageiros de nacionalidade Canadiana com 6,3 por cento (em 2013 representavam apenas 4,4 por cento).

Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro

Portos	2014	2013	Var.%
Ponta Delgada	35.383	33.807	4,66%
Horta	5.533	3.728	48,42%
Praia da Vitória	2.817	2.703	4,22%
Lajes do Pico	422	0	-%
Vila do Porto	246	368	-33,15%
Angra do Heroísmo	150	81	85,19%
Velas	85	372	-77,15%
Praia da Graciosa	85	182	-53,30%
São Roque	85	81	4,94%
Lajes das Flores	0	182	-100,00%
Corvo	0	182	-100,00%
Madalena	0	101	-100,00%
Calheta	0	101	-100,00%
Total	44 805	41 888	6,97%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De referir, por último, os dados relativos a tripulantes de navios de cruzeiros, por porto de escala, constantes da tabela acima apresentada. Embora sejam alvo de pouco destaque, os tripulantes dos navios de cruzeiro constituem uma parcela muito importante do número de desembarques nos portos de escala de tais navios, sendo também responsáveis pelo volume de gastos em terra. Acresce ainda que a relação entre número de tripulantes e número de passageiros é bastante relevante, rondando os 50 por cento.

4.2.4.2. Passageiros e viaturas em operações interilhas

O movimento de passageiros em deslocações marítimas interilhas atingiu em 2014 um total de 968.192 passageiros, o que representa um acréscimo de 4,46 por cento face aos 926.868 passageiros registados em 2013.

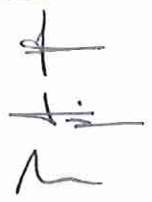


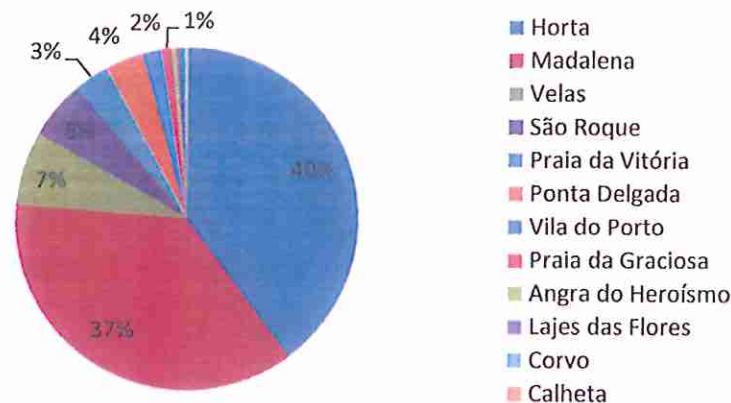
Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas

Portos	2014	2013	Var. %
Horta	385.279	366.167	5,22%
Madalena	353.322	343.880	2,75%
Velas	67.118	65.636	2,26%
São Roque	53.041	42.690	24,25%
Praia da Vitória	32.749	36.335	-9,87%
Ponta Delgada	34.769	36.270	-4,14%
Vila do Porto	17.259	17.773	-2,89%
Praia da Graciosa	8.938	9.156	-2,38%
Angra do Heroísmo	4.562	0	-%
Lajes das Flores	5.554	4.950	12,20%
Corvo	3.403	3.340	1,89%
Calheta	2.122	671	216,24%
Total	968.116	926.868	4,45%

Fonte: Direção Regional de Transportes

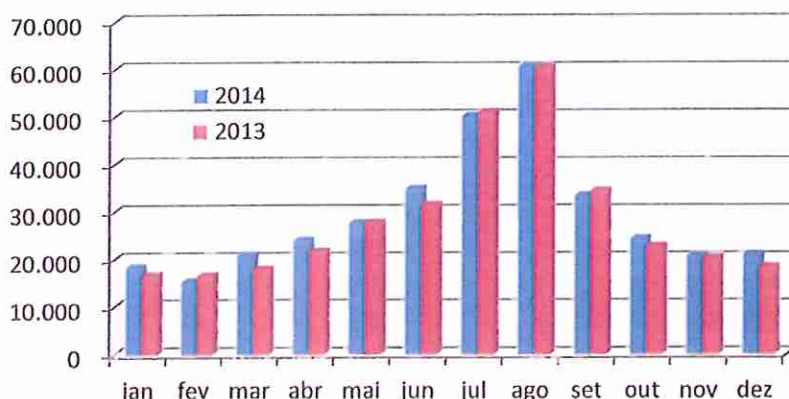
As empresas em operação no mercado de transporte marítimo de passageiros na Região Autónoma dos Açores são a Atlânticoline e a Transmaçor, alvo de um processo de fusão já durante o ano de 2015. No primeiro caso, a empresa executa o transporte marítimo de passageiros entre as ilhas das Flores e do Corvo durante a totalidade do ano e sazonalmente, ou seja, entre os meses de maio e setembro, para a totalidade das ilhas, com exceção do Corvo.

Figura 24: Movimento de passageiros interilhas em 2014



Os portos da Horta e da Madalena, situados respetivamente nas ilhas de Faial e Pico, apresentam um volume assinalável no contexto deste segmento, representando 76,3 por cento do total de passageiros interilhas. Esta operação encontra-se a cargo da empresa Transmaçor que, em 2014, passou a integrar na sua frota duas novas embarcações (“Mestre Simão” e “Gilberto Mariano”), com capacidade para transporte de passageiros e viaturas (as anteriores embarcações apenas transportavam passageiros).

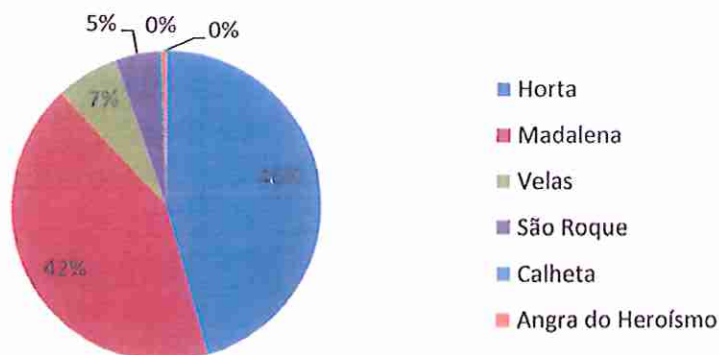
Figura 25: Movimento mensal de passageiros entre Horta e Madalena



Adicionalmente, a Transmaçor opera nos portos das Velas, Calheta e Angra do Heroísmo. A operação da empresa encontra-se distribuída por três linhas distintas:

- Linha Azul, compreendendo a ligação entre os portos da Horta e Madalena;
- Linha Verde, compreendendo as ligações entre os portos da Horta, São Roque e Velas;
- Linha Lilás, compreendendo as ligações entre os portos da Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo. Trata-se de uma linha em operação apenas nos meses de junho a setembro.

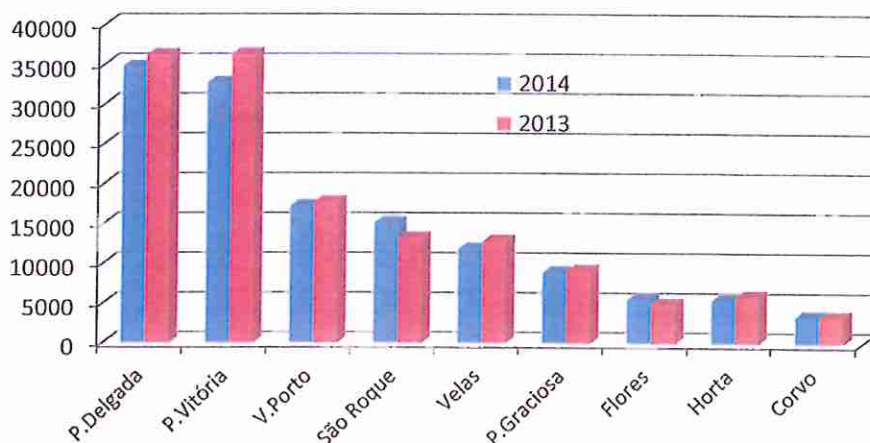
Figura 26: Movimento de passageiros interilhas - Transmaçor



No que respeita às operações da empresa Atlânticoline, conforme referido no início deste capítulo, estas são realizadas pela embarcação "Ariel", responsável pelas ligações entre as ilhas de Flores e Corvo, e pelos navios *ferry* "Express Santorini" e "Hellenic Wind", que efetuam as ligações interilhas, com transporte de passageiros e viaturas. No primeiro caso, ou seja, nas ligações entre as ilhas de Flores e Corvo, a operação decorre ao longo de todo o ano, enquanto que no segundo caso trata-se de uma operação sazonal, que compreende os meses de abril ou maio a setembro, ao abrigo do já citado contrato de gestão de serviço de interesse económico geral, celebrado com o Governo Regional dos Açores e com o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.

Neste ano de 2014, verificou-se novo decréscimo no número de passageiros movimentados (-2,8 por cento), sendo as causas apontadas a crise económica, o início tardio da operação e o cancelamento de algumas escalas por motivos de condições meteorológicas.

Figura 27: Movimento de passageiros interilhas - Atlânticoline



4.2.5. Extração de inertes

A descarga de inertes extraídos no leito marinho é uma atividade regulamentada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março, sendo sujeita à obtenção de licença prévia para o efeito. Para além disto, a determinação das zonas onde é autorizada a extração comercial de areia é feita mediante resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores, estabelecendo anualmente as quantidades máximas permitidas de extração.

No ano de 2014, o volume de inertes descarregados nos portos do arquipélago dos Açores atingiu as 46,5 milhares de toneladas, representando uma diminuição de 6,4 por cento face às 49,7 milhares de toneladas descarregadas em 2013.

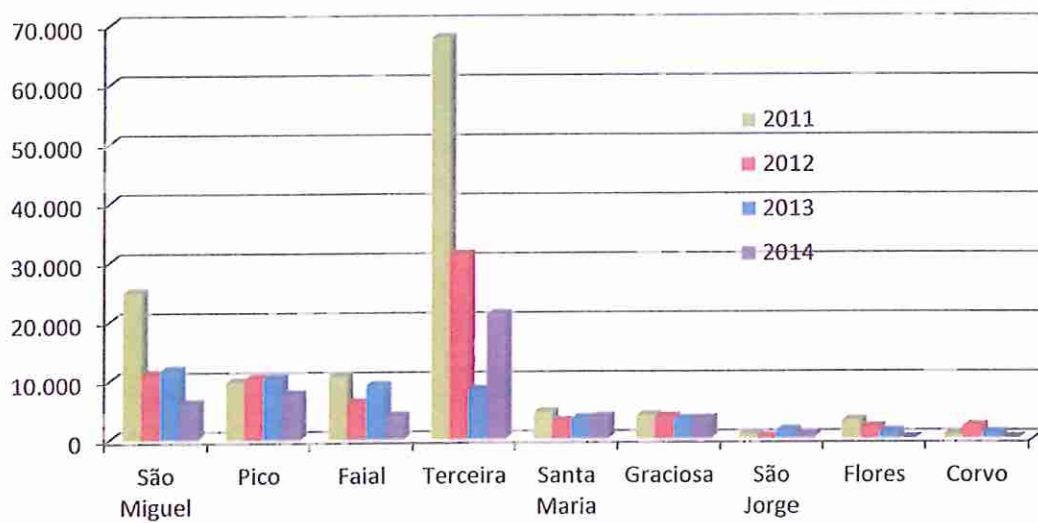
Tabela 30: Descarga de inertes (areia)

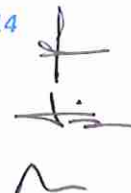
Ilhas	Unidade: tons.		
	2014	2013	Var. %
São Miguel	6.099	11.738	-48,04%
Pico	7.720	10.340	-25,34%
Faial	3.950	9.180	-56,97%
Terceira	21.128	8.340	153,33%
Santa Maria	3.685	3.467	6,27%
Graciosa	3.336	3.268	2,08%
São Jorge	556	1.384	-59,83%
Flores	0	1.080	-100,00%
Corvo	0	864	-100,00%
Total	46.474	49.661	-6,42%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Esta atividade encontra-se particularmente dependente do ritmo de atividade no sector da construção civil, que tem sido duramente atingido pelo contexto de crise que se vive nos últimos anos. De facto, é perfeitamente notório o decréscimo observado no último quadriénio, com uma redução de 42 por cento de 2011 para 2014. À exceção do aumento significativo na Ilha Terceira e de aumentos residuais nas Ilhas de Santa Maria e Graciosa, todas as restantes ilhas apresentam reduções substanciais de 2013 para 2014, não se registando inclusive qualquer descarga de areia nas ilhas de Flores e Corvo.

Figura 28: Descarga de inertes (areia) nos últimos três anos





4.3. Atividade não portuária

4.3.1. Enquadramento

Esta atividade inclui a gestão de infraestruturas não portuárias criadas pela empresa, nomeadamente náutica de recreio (com três marinas e quatro núcleos de recreio náutico), espaços comerciais (onde se destacam o complexo “Portas do Mar” em Ponta Delgada e o “Porto e Pipas” em Angra do Heroísmo), bem como as piscinas de São Pedro em Ponta Delgada.

A gestão da actividade não portuária, além do impacto que tem na situação económico-financeira da empresa, tem igualmente um impacto significativo no desenvolvimento do turismo nos Açores, principalmente no que concerne à principal atividade (náutica de recreio), ficando muito ligada às empresas marítimo-turísticas e criando condições para que estas sejam responsáveis por um volume de faturação que diversos estudos consideram como significativo e com capacidade para continuar a crescer.

4.3.2. Náutica de recreio

A posição estratégica dos Açores, situando-se entre o continente europeu e o americano, implica que as embarcações que atravessam o atlântico utilizem um dos portos de recreio existentes em sete das nove ilhas. Sendo a marina da Horta o mais importante porto de recreio dos Açores, chegando a atingir ocupações superiores a 100% em alguns meses, é interessante observar a ótima aceitação que o porto de recreio náutico da Ilha das Flores teve, como porto de recreio mais ocidental dos Açores, vindo a apresentar resultados interessantes desde a sua inauguração.

A PA é responsável pela gestão de sete infraestruturas nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores. Além destas, existem outras duas nas ilhas de São Miguel e Terceira, ambas exploradas pelo poder autárquico, em Vila Franca do Campo e Praia da Vitória, respetivamente.

Durante o ano de 2014 escalaram os portos de recreio geridos pela PA um total de 3.250 embarcações não locais, registando-se uma ligeira redução face ao ano anterior, na ordem dos -2,3 por cento.

Da análise individual de cada um dos portos de recreio, apenas a marina da Horta registou um aumento face ao ano de 2013, na ordem dos 7,3 por cento, reforçando a sua posição de liderança nos Açores. Esta marina registou 1.140 entradas, o que representa mais do dobro da marina de Ponta Delgada, a qual se situa como a segunda com mais embarcações visitantes.

Todas as restantes marinas apresentam uma redução do número de embarcações visitantes, sendo a maior redução na de Lajes das Flores, após um ano de 2013 que havia sido excelente e no qual havia registado um aumento de praticamente 35 por cento.



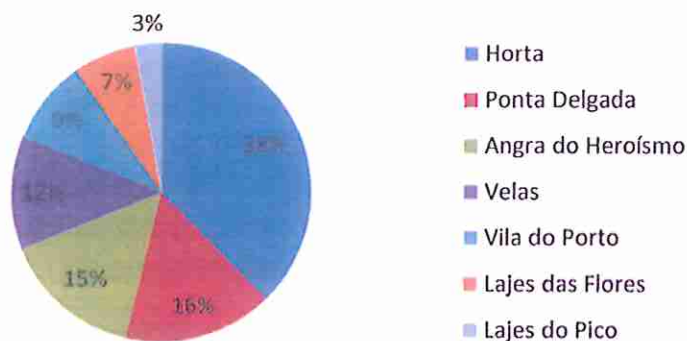
Tabela 31: Movimento de embarcações de recreio não locais

Portos	2014	2013	Var. %
Horta	1.223	1.140	7,28%
Ponta Delgada	524	553	-5,24%
Angra do Heroísmo	490	515	-4,85%
Velas	401	435	-7,82%
Vila do Porto	294	304	-3,29%
Lajes das Flores	220	278	-20,86%
Lajes do Pico	98	102	-3,92%
Total	3.250	3.327	-2,31%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A marina da Horta, conforme já referido, mantém-se como a principal infraestrutura neste segmento, ultrapassando novamente em 2014 as 1.200 embarcações (que tinha atingido em 2012), correspondendo a 38 por cento do total de embarcações não locais nos diversos portos de recreio.

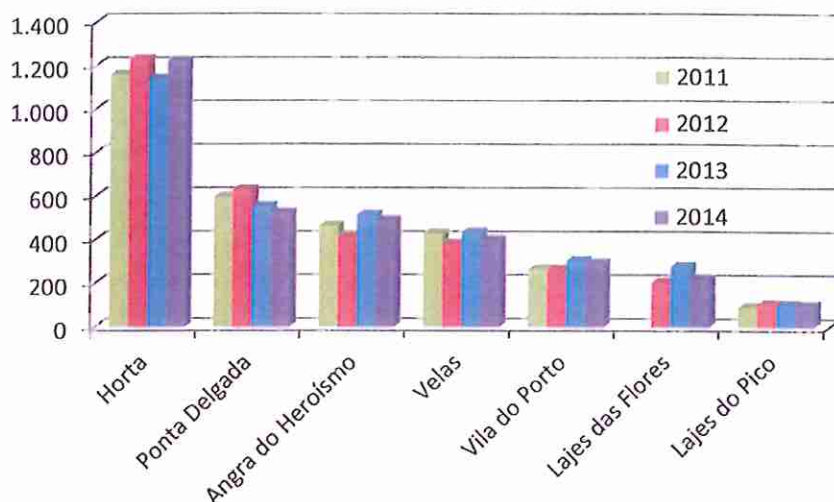
Figura 29: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2014



Segue-se a marina de Ponta Delgada com 524 entradas de embarcações não locais, apresentando um decréscimo de 5,2 por cento em relação ao ano de 2013, logo seguida pela marina de Angra do Heroísmo com 490 embarcações e que registou igualmente um decréscimo de 4,9 por cento.

Como é perceptível na figura infra, o número de embarcações visitantes em cada porto de recreio é relativamente estável, bem como o seu peso relativo no total das embarcações de recreio que visitam os Açores.

Figura 30: Movimento de embarcações de recreio não locais



No que concerne ao número de tripulantes de embarcações de recreio não locais, estes totalizaram praticamente 12.000 em 2014, correspondendo a um aumento de 4,3 por cento. Assim, apesar do decréscimo verificado nas embarcações, os tripulantes médios por cada embarcação foi superior ao verificado no ano de 2013.

Tabela 32: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais

Portos	2014	2013	Var.%
Horta	5.326	4.715	12,96%
Ponta Delgada	1.746	1.649	5,88%
Angra do Heroísmo	1.700	1.666	2,04%
Velas	1.413	1.540	-8,25%
Lajes das Flores	651	798	-18,42%
Vila do Porto	804	759	5,93%
Lajes do Pico	355	376	-5,59%
Total	11.995	11.503	4,28%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente aos tripulantes, merece realce o aumento verificado na marina da Horta, atingindo os 5.326 tripulantes, a que corresponde um aumento de 13,0 por cento, bem como nas marinas de Ponta Delgada (5,9 por cento), Angra do Heroísmo (2,0 por cento) e Vila do Porto (5,9 por cento). A maior variação negativa ocorreu no porto de recreio das Lajes das Flores, com um decréscimo de 18,4 por cento.

A nacionalidade de cada embarcação é igualmente um fator acompanhado pela PA, apresentando-se na tabela seguinte as principais nacionalidades das embarcações visitantes, permitindo aferir dessa forma a respetiva proveniência.

Tal como ocorre nos passageiros dos navios de cruzeiro, o Reino Unido mantém-se como um dos principais mercados de origem (representa 15 por cento), embora neste caso seja ultrapassado pela França, que representa 26,6 por cento do total de embarcações de recreio.

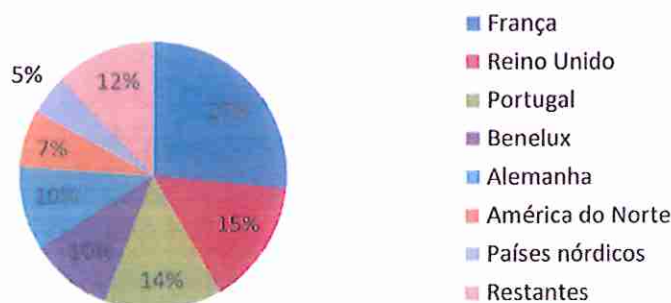
Tabela 33: Principais nacionalidades das embarcações de recreio não locais

Nacionalidades	2014	2013	Var. %
França	864	944	-8,47%
Reino Unido	486	440	10,45%
Portugal	468	462	1,30%
Benelux	328	389	-15,68%
Alemanha	331	306	8,17%
América do Norte	224	238	-5,88%
Países nórdicos	154	185	-16,76%
Restantes	395	363	8,82%
Total	3.250	3.327	-2,31%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

As nacionalidades europeias continuam a destacar-se, com 76,2 por cento do total. Tal como ocorreu em 2013, também em 2014 a França perdeu peso no total das embarcações, diminuindo 1 ponto percentual em termos relativos relativamente a 2013, o que já havia acontecido em 2013 em relação a 2012 (neste caso em três pontos percentuais). As embarcações do reino Unido, por outro lado, aumentaram em 2 pontos percentuais o seu peso relativo no total.

Figura 31: Nacionalidade das embarcações de recreio não locais em 2014



4.3.3. Dominial e piscinas

As áreas de negócio enquadradas neste ponto contemplam um conjunto de atividades complementares, com um destaque muito particular para a gestão de áreas comerciais integradas em empreendimentos portuários, como é o caso dos estabelecimentos localizados no complexo “Portas do Mar”, no porto de Pipas e ainda no Terminal de Passageiros da Horta, neste último caso a partir do verão de 2012.

As infraestruturas em apreço contemplam estabelecimentos comerciais no complexo “Portas do Mar” e no Porto de Pipas, na sua grande maioria dirigidos para a área da restauração e lazer. O



Terminal de Passageiros da Horta conta com um conjunto de estabelecimentos diretamente associados a atividades de apoio aos passageiros que utilizam aquele terminal.

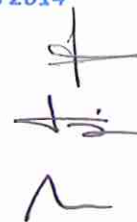
Cabe ainda no âmbito deste conjunto de atividades a gestão das piscinas de São Pedro, importante área de lazer da cidade de Ponta Delgada. As instalações em causa encontram-se abertas durante o período de verão, normalmente entre os meses de junho e setembro.

Apresentam-se a seguir alguns indicadores sobre esta última atividade, sendo de destacar o aumento significativo ao nível do aluguer de espreguiçadeiras, o que já tinha ocorrido no ano de 2013 em relação ao ano de 2012 (na altura em 46 por cento). Apesar do número de entradas manter-se igual ao ano anterior, num total de 38.272, é de registar um acréscimo de faturação em 2014 resultante do maior número de entradas de adultos (acrécimo de 2,9 por cento) em detrimento de crianças (decrécimo de 2,3 por cento), bem como o aumento do aluguer de espreguiçadeiras em 15 por cento.

Tabela 34: Indicadores de atividade – Piscinas

	2014	2013	Var. %
N.º entradas	38.272	38.272	0,00%
das quais Adultos	17.608	17.114	2,89%
das quais Crianças	20.664	21.158	-2,33%
Aluguer espreguiçadeiras	5.032	4.370	15,15%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



5. Recursos humanos


5.1. Enquadramento

O ano de 2014, a par do que sucedeu já em anos anteriores, foi marcado pela persistência do fenómeno de reduções das remunerações dos trabalhadores da PA, com potenciais reflexos diretos ao nível de uma maior conflitualidade laboral, suscitada pela pretensão por parte das várias estruturas sindicais representativas dos trabalhadores da PA, principalmente pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias – SNTAP, no sentido da aplicação de um regime de exceção aos cortes salariais, à semelhança do que sucedera já nas administrações portuárias do continente e arquipélago da Madeira. Esta conflitualidade foi evidente ao longo do ano através de avisos de formas de luta que acabaram por ser suspensos, com particular incidência ao longo do quarto trimestre.

De facto, as restrições impostas pela Lei de Orçamento de Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro) expressaram-se ao nível da redução parcial das remunerações totais ilíquidas dos trabalhadores do Estado e empresas públicas, bem como ainda no que se refere à impossibilidade de ocorrência de situações de alteração que implicassem valorizações remuneratórias. Entretanto, haverá a considerar que, por força da decisão do Tribunal Constitucional, foi declarada a inconstitucionalidade da medida do Orçamento de Estado para 2014 que previa a redução parcial das remunerações totais ilíquidas e que surtiu efeitos a partir do mês de junho. Entretanto, em setembro do mesmo ano foi publicada a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que veio a reintroduzir, com efeitos imediatos, a redução das remunerações totais ilíquidas nos mesmos moldes do que esteve em vigor em 2013.

Como medida complementar aos efeitos da Lei do Orçamento de Estado, o Governo Regional dos Açores alargou ao setor público empresarial, com adaptações, através de uma resolução do conselho de governo, a aplicação do Decreto Legislativo Regional N.º8/2002/A, de 10 de abril, relativo à remuneração complementar, medida esta que vigorou apenas até à referida declaração de inconstitucionalidade.

Antecipando os efeitos que a Lei do Orçamento de Estado 2014 teria nas relações laborais e consequentemente com reflexos na atividade da empresa, em finais de 2013 foi estabelecido um acordo com o sindicato já acima referido, acordo este que visava aumentos de produtividade e rentabilidade da operação portuária que potenciassem ganhos repartidos entre os trabalhadores e a empresa.



5.2. Estrutura do efetivo

O exercício de 2014 apresenta algumas alterações no que se refere à estrutura do efetivo, com a contratação de nove novos trabalhadores e a saída de 16, sendo que 10 corresponderam a saídas por aposentação, quatro por falecimento, um por cedência de interesse público e também um por demissão. Este conjunto de alterações na estrutura do efetivo, particularmente no que diz respeito ao número de saídas, é extremamente assinalável, porquanto, neste caso em concreto, ou seja, no número de saídas, representa praticamente seis por cento do efetivo do final de 2013.

Adicionalmente, será de referir o recurso ao trabalho temporário, sobretudo associado a atividades sazonais, como é o caso do reforço do efetivo das piscinas de São Pedro, em Ponta Delgada. Em 2014 recorreu-se a 13 trabalhadores temporários, sendo seis para as piscinas em apreço e sete para as operações portuárias nos portos da Praia da Vitória e Horta.

Relativamente a contratações, predominam as áreas operacionais, com cinco contratações, tendo ocorrido também quatro para as áreas de suporte.

Como consequência deste conjunto de processos de entrada e saída de trabalhadores, observa-se um decréscimo do efetivo médio de 3,5 por cento, em 2014, com 262 trabalhadores ao serviço no final do ano de 2014.

De referir que desde o ano de 2012 que o efetivo regista uma tendência de decréscimo. A empresa tem procurado equilibrar as saídas com novas contratações, tendo em perspetiva as necessidades de qualificação técnica e de rejuvenescimento do seu efetivo.

Tabela 35: Efetivo médio em 31 de dezembro

	2014	2013	Var.%
Efetivo médio	263,16	272,74	-3,51%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A estrutura dos Recursos humanos em funções é composta por vários tipos de vínculo, sendo particularmente relevante o volume de pessoal efetivo, com uma percentagem de 90,8 por cento. Apesar de se registar um aumento do número de trabalhadores contratados a termo e requisitados, poder-se-á considerar que a estrutura de Recursos humanos apresenta uma estabilidade considerável, ainda assim relativamente menor do que em anos anteriores, por via dos recentes processos de aposentação registados.

Tabela 36: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro

Vínculo do pessoal	2014	2013	Var.%
Pessoal efetivo	238	253	-5,93%
Pessoal requisitado	6	4	50,00%
Pessoal em comissão de serviço	1	1	0,00%
Pessoal contratado	17	11	54,55%
Total	262	269	-2,60%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente à divisão dos Recursos humanos por género e áreas de atividade, constata-se a preponderância do pessoal do sexo masculino, afeto sobretudo a áreas operacionais. Já nas áreas de suporte, é perfeitamente perceptível um maior equilíbrio entre géneros.

Tabela 37: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2014

Descrição	DGPTO	DGPTG	DGPSM	Áreas de Suporte	Total
Masculino	51	46	81	44	222
Feminino	4	1	3	32	40
	55	47	84	76	262

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De facto, a grande maioria do ativo é do sexo masculino e está concentrada nas três Direções-gerais, ou seja em funções predominantemente operacionais, com maior incidência na Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), que contém 32,06 por cento do efetivo da PA (31,97 por cento em 2013).

Em termos gerais, a evolução recente é de manutenção da estrutura em termos de género, observando-se, em 2014, uma diminuição de Recursos Humanos dos sexos masculino e feminino na mesma ordem de grandeza, ou seja, à volta dos 2,5 por cento.

Tabela 38: Divisão dos Recursos humanos por género

Descrição	2014	2013	Var. %
Masculino	222	228	-2,63%
Feminino	40	41	-2,44%
Total	262	269	-2,60%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente ao regime de trabalho praticado pelo efetivo, existem na PA apenas dois tipos de horários: o horário normal e a isenção de horário de trabalho, este último aplicável, sobretudo, nas áreas operacionais, bem como ainda nos cargos de chefia, em ambos os casos com percentagens variáveis, até um máximo de 35 por cento. Em 2014 ocorreu uma diminuição ao nível do número de colaboradores afetos ao regime de isenção de horário de trabalho, por via do número de aposentações em áreas operacionais. Em sentido inverso, ocorreu um acréscimo no número de elementos com horário normal fixo.

Tabela 39: Regimes de trabalho

Horário praticado	2014	2013	Var. %
Horário normal fixo	61	59	3,39%
Isenção de horário de trabalho	201	210	-4,29%
Total	262	269	-2,60%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De qualquer modo, é notória a prevalência do regime de isenção de horário de trabalho, que abrange, no final de 2014, um total de 201 trabalhadores, o correspondente a um peso relativo de 76,72 por cento. A opção por este regime decorre da necessidade dos portos funcionarem com um

horário necessariamente flexível, implicando tais circunstâncias a prevalência do regime em apreço, sobretudo nas áreas operacionais.

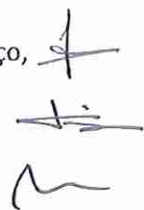
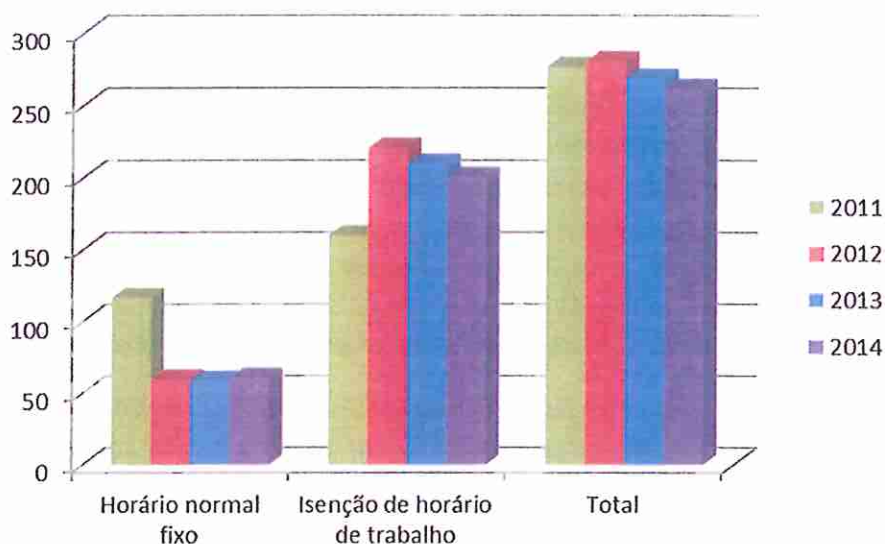


Figura 32: Recursos humanos por tipo de horário



5.3. Gastos com o pessoal

O peso relativo que os gastos com pessoal na PA assumem no total dos gastos da empresa, correspondendo a 38,3 por cento, implica uma análise minuciosa deste tipo de gastos, efetuando-se a comparação sempre com o ano anterior.

Em 2014, os gastos com o pessoal totalizaram 11.363 milhares de euros, representando um acréscimo de 204 milhares de euros face ao ano de 2013, equivalente a uma variação percentual de 1,8 por cento. Este aumento ficou a dever-se essencialmente aos últimos processos de aposentação incluídos no Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária, que decorreu nos anos de 2012 e 2013, bem como à reposição dos valores relativos à Lei de Orçamento de Estado.

Tabela 40: Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2014	2013	Var.%
Remunerações órgãos sociais	179.982	172.019	4,63%
Remunerações do pessoal	8.135.445	8.461.741	-3,86%
Encargos sobre remunerações	1.857.646	1.679.673	10,60%
Seguros acidentes trab./doença	101.465	151.035	-32,82%
Gastos ação social	32.800	14.852	120,84%
Outros gastos com o pessoal	1.055.791	679.653	55,34%
Total	11.363.129	11.158.973	1,83%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



As implicações do aumento, pelo segundo ano consecutivo, da taxa de contribuição da responsabilidade da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), que passou a equiparar esta taxa com a da Segurança Social (23,75 por cento), retirou efeito ao decréscimo verificado na rubrica “Remunerações do pessoal” neste ano de 2014.

De referir que o aumento na rubrica “Outros gastos com o pessoal”, numa variação de 55 por cento, é justificado pelos valores finais do já referido Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária, bem como à reposição dos valores relativos à Lei de Orçamento de Estado.

A principal componente dos “Gastos com o pessoal” corresponde à rubrica de “Remunerações com o pessoal”, que ascende a 8,1 milhões de euros no final de 2014, sofrendo um decréscimo 3,86 por cento, sendo já possível verificar o impacto da redução de pessoal verificada durante o ano. É de assinalar o facto do peso relativo desta rubrica voltar a baixar, situando-se agora nos 71,6 por cento (era de 81,7 por cento em 2012 e de 75,8 por cento em 2013), por via do crescimento noutras rubricas, como é o caso dos “Outros gastos com o pessoal”, particularmente as “Indemnizações” ou ainda nos “Encargos sobre as remunerações”, pelas razões já aludidas anteriormente.

Tendo em consideração a nova redução do efetivo médio de 272,4 trabalhadores em 2013 para 263,2 em 2014, conforme referido no ponto 5.2 (no ano de 2012 era de 280,4), e não existindo qualquer factor extraordinário a assinalar, verificou-se um aumento dos gastos médios com o pessoal de 5,5 por cento em 2014, bastante abaixo do aumento verificado em 2013, que havia sido de 11,6 por cento.

Tabela 41: Remunerações do pessoal

Remunerações do pessoal	2014	2013	Var. %
Remunerações normais	7.293.101	7.395.889	-1,39%
Remunerações adicionais	1.268.987	1.403.531	-9,59%
Reduções ao abrigo das LOE	-433.809	-472.894	-8,27%
Remunerações acessórias	7.167	135.216	-94,70%
Total	8.135.445	8.461.741	-3,86%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos da rubrica “Remunerações do pessoal”, o decréscimo registado em 2014 situa-se nos 3,86 por cento, influenciado pela redução em todas as rubricas, embora seja de destacar a variação negativa de 94,7 por cento na rubrica “Serviços Especiais de Reboque”, cujo ano de 2013 havia sido de exceção com a operação de salvamento do navio “Zealand Beatrix”.

Tabela 42: Remunerações do pessoal

Remunerações normais	2014	2013	Var. %
Vencimentos	4.586.079	4.647.285	-1,32%
Subsídios de férias e natal	846.762	809.268	4,63%
Isenção de horário de trabalho	1.505.406	1.352.587	11,30%
Diuturnidades	338.508	382.795	-11,57%
Restantes	215.342	203.953	5,58%
Total	7.492.098	7.395.889	1,30%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

5.4. Níveis etário, de antiguidade e de habilitação

A 31 de dezembro de 2014, registaram-se alterações de alguma forma significativas relativamente ao ano anterior em termos de distribuição por escalões etários do efetivo, decorrentes do volume relativamente assinalável de alterações ao nível do efetivo, com a saída de 16 colaboradores ao longo do ano de 2014. De qualquer forma, manteve-se o valor médio em termos etários registado em 2013, ou seja, à volta dos 45 anos.

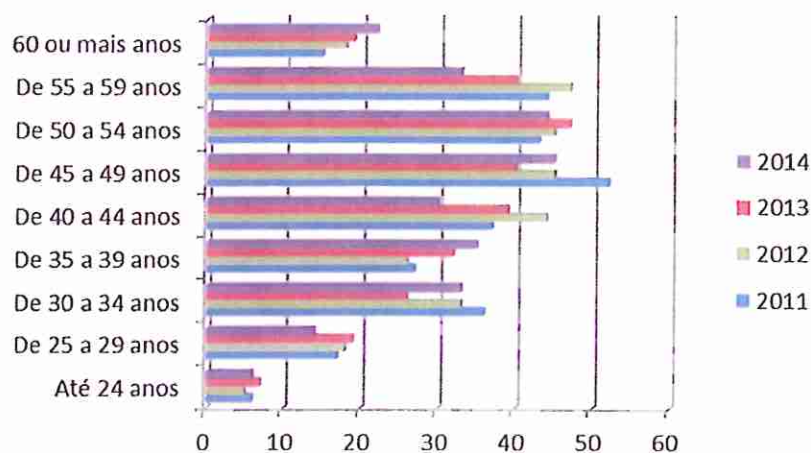
Tabela 43: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro

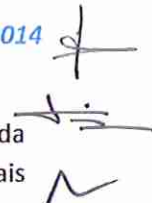
Escalões etários	2014	2013	Var. %
Até 24 anos	6	7	-14,29%
De 25 a 29 anos	14	19	-26,32%
De 30 a 34 anos	33	26	26,92%
De 35 a 39 anos	35	32	9,38%
De 40 a 44 anos	30	39	-23,08%
De 45 a 49 anos	45	40	12,50%
De 50 a 54 anos	44	47	-6,38%
De 55 a 59 anos	33	40	-17,50%
60 ou mais anos	22	19	15,79%
Total	262	269	-2,60%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O aumento observado no último escalão torna particularmente evidente a constatação de que o número de trabalhadores que preenchem os requisitos para a aposentação antecipada é crescente. Da análise da situação ocorrida em anos anteriores, poder-se-á concluir que, ao longo dos próximos anos, assistir-se-á a um número significativo de aposentação de trabalhadores, seja antecipadamente como por limite de idade. O Departamento de Recursos humanos da PA está particularmente atento a este fenómeno.

Figura 33: Escalões etários do efetivo entre 2011 e 2014





Esta questão do rejuvenescimento do quadro de pessoal é também notória no âmbito da análise da antiguidade dos Recursos Humanos, muito particularmente na análise do escalão com 15 ou mais anos de antiguidade.

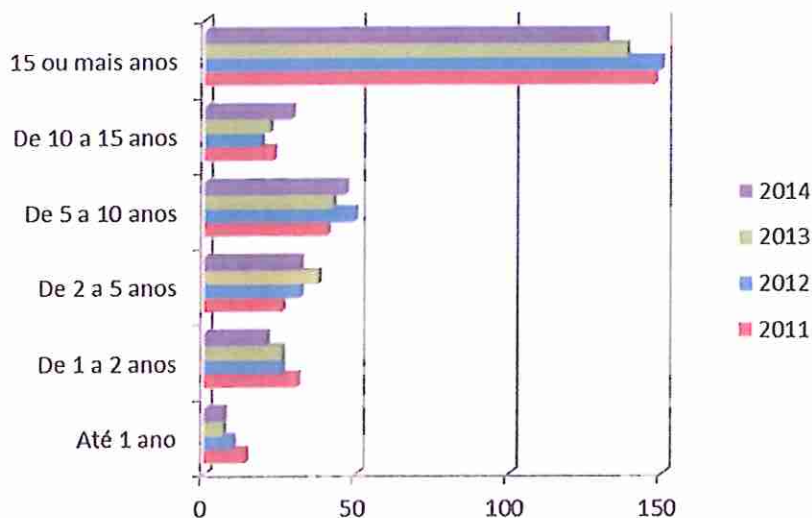
Tabela 44: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro

Antiguidade	2014	2013	Var.%
Até 1 ano	6	6	0,00%
De 1 a 2 anos	20	25	-20,00%
De 2 a 5 anos	31	37	-16,22%
De 5 a 10 anos	46	42	9,52%
De 10 a 15 anos	28	21	33,33%
15 ou mais anos	131	138	-5,07%
Total	262	269	-2,60%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A antiguidade média situa-se, em 2014, nos 17 anos, contra os 16 anos registados no final de 2013.

Figura 34: Antiguidade do efetivo entre 2011 e 2014



Ao nível das habilitações dos Recursos Humanos, subsiste ainda um padrão definido, com uma elevada prevalência de recursos com um nível de escolaridade relativamente reduzido, não obstante se tratar de um padrão que se vem mitigando ao longo dos últimos anos. De destacar o aumento verificado ao nível da formação universitária, com uma acréscimo de 11,5 por cento.

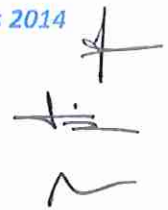


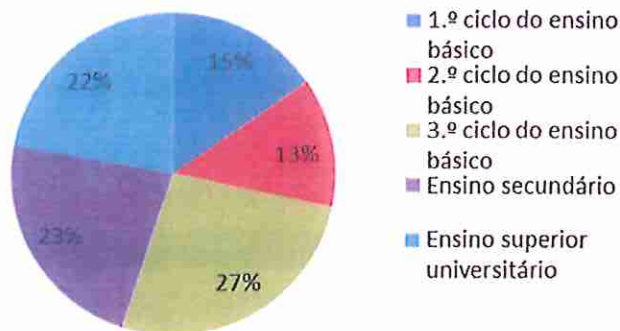
Tabela 45: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro

Escolaridade	2014	2013	Var. %
1.º ciclo do ensino básico	40	45	-11,11%
2.º ciclo do ensino básico	34	35	-2,86%
3.º ciclo do ensino básico	70	76	-7,89%
Ensino secundário	60	61	-1,64%
Ensino superior universitário	58	52	11,54%
Total	262	269	-2,60%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De facto, a generalidade destas variações não são particularmente notórias numa comparação exclusivamente entre dois anos contíguos. Contudo, tendo por referência o ano de 2010, em 2014 já se destaca uma proporção bastante menor nos níveis de habilitações mais reduzidos.

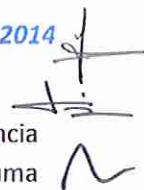
Figura 35: Escolaridade do efetivo em 2014



Em termos relativos, o maior agregado é constituído por Colaboradores com o 3º ciclo do ensino básico, representando 27 por cento do efetivo, logo seguido daqueles com o ensino secundário, com 23 por cento. De salientar o facto dos Colaboradores com um nível de escolaridade de ensino superior universitário já representar 22 por cento do total dos Recursos Humanos da PA.

5.5. Sinistralidade

O número de acidentes ocorrido em 2014 registou um decréscimo face a 2013, baixando de 21 para 15 acidentes registados. Deste número de acidentes, 60 por cento resultaram em situações de baixa médica, com um total de 172 dias de baixa, melhorando substancialmente face aos números do ano anterior (919 dias de baixa) e resultando numa variação negativa de 81,3 por cento.



De salientar ainda o facto de, em virtude dos decréscimos verificados, tanto o Índice de frequência como o de gravidade apresentam em 2014 reduções consideráveis face ao ano de 2013, com uma variação negativa de 23,7 e 31,4 por cento, respetivamente.

Tabela 46: Indicadores de sinistralidade

Descrição	2014	2013	Var.%
Total de acidentes	15	21	-28,57%
Acidentes com baixa	9	12	-25,00%
Dias de baixa	172	919	-81,28%
Índice de frequência	30,45	39,89	-23,67%
Índice de gravidade	1,20	1,75	-31,43%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos geográficos, os acidentes ocorreram em maior número na área da Direção-geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com 8 registos, embora reduzindo em 50 por cento relativamente ao ano de 2013. A Direção-geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG) registou 6 acidentes, mais dois do que em 2013, mas deve-se ter em atenção que a base de referência é significativamente reduzida.

A Direção-geral dos Portos do Triângulo e Ocidente (DGPTO) registou apenas um acidente, mas infelizmente mortal.

Tabela 47: Acidentes por Direção-geral

Direções	2014	2013	Var.%
DGPSM	8	16	77,78%
DGPTG	6	4	100,00%
DGPTO	1	1	-%
total	15	21	90,91%

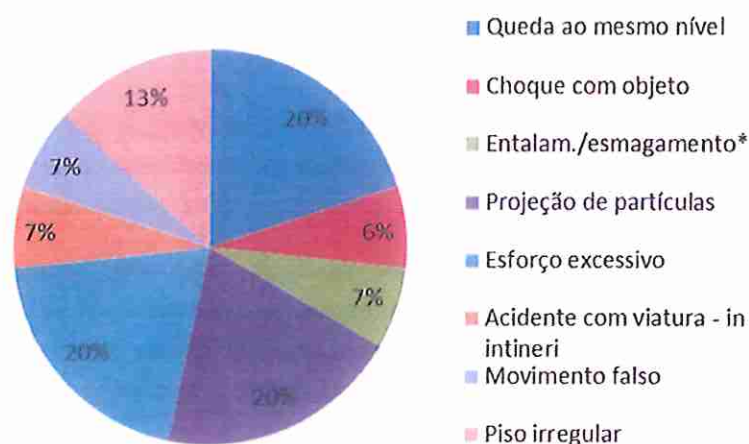
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A grande maioria dos acidentes ocorreu no Departamento de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos (11 acidentes em 2014, mantendo o número de 2013), representando 73 por cento do número de acidentes de 2014 (90 por cento em 2012). O acidente mortal a registar em 2014 ocorreu neste Departamento.

No Departamento de Operações Portuárias ocorreram 3 acidentes, com um peso relativo de 20 por cento do total. O outro acidente ocorreu no Gabinete de Operações Não Portuárias, que não havia registado qualquer acidente no ano de 2013.

No que respeita às causas dos acidentes, destacam-se (1) as quedas ao mesmo nível, (2) a projecção de partículas, (3) o esforço excessivo e (4) piso irregular. Estes quatro tipos de causas corresponderam a 73,3 por cento do total de acidentes.

Figura 36: Causas dos acidentes registados em 2014



5.6. Formação

Todos os planos de formação da PA iniciam-se com um levantamento prévio de necessidades formativas, e o plano de formação de 2014 não foi exceção, sendo que a execução, embora em menor número de ações, resultou da continuidade do plano de 2013. Isto refletiu-se em ações internas e externas ligadas às áreas de informática, higiene e segurança no trabalho e certificação de pessoal marítimo, entre outras. Destacam-se as ações de boas práticas de ambiente, higiene e segurança no trabalho cuja aposta manter-se-á para 2015.

Tabela 48: Indicadores de formação

Descrição	Unidade	2014	2013	Var.%
Cursos realizados	N.º	33	42	-21,43%
Ações internas	N.º	6	9	-33,33%
Ações externas	N.º	27	33	-18,18%
Formandos	N.º	218	388	-43,81%
Volume de formação	N.º horas	2.131	4.920	-56,69%
Formação por colaborador	N.º horas	9,8	14,0	-30,14%
Custo horário por formando	Euros	60,3	45,1	33,67%
Custo horário por formação	Euros	6,2	3,6	73,31%
Custo total formação*	Euros	13.146,00	17.503,99	-24,90%

* Custo pedagógico

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Apesar de se ter registado uma diminuição em termos do número de ações, de formandos e de volume de formação, tal não significa um desinvestimento no desenvolvimento de competências e dos conhecimentos dos Recursos humanos, antes pelo contrário. A aposta na formação encontra-se cada vez mais ajustada às reais necessidades da empresa, o que implica uma redução face aos volumes de formação observados noutros exercícios, em que houve mais necessidades a colmatar. Para além disto, a situação económica e financeira da empresa requer a definição de algumas restrições no investimento em formação.

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping strokes.

5.7. Cooperação externa e interna

A PA, no âmbito da assunção de um forte compromisso de colaboração com as comunidades locais, tem vindo a celebrar protocolos de cooperação com algumas entidades externas, destacando-se as entidades formadoras, no âmbito da realização de estágios curriculares em contexto de trabalho.

Nesse sentido, foram celebrados em 2012, mantendo-se ainda em vigor, protocolos de cooperação com algumas escolas profissionais da Região Autónoma dos Açores, com vista ao acolhimento de formandos de cursos que tais escolas ministram, para a realização de estágios em contexto de trabalho. Os cursos em apreço abrangem sobretudo os cursos profissionais de nível III.

Também em termos de uma vertente interna de responsabilidade social, têm vindo a ser desenvolvidas diversas parcerias de âmbito empresarial, com vista à oferta, a todos os colaboradores e respetivos familiares, de um conjunto de descontos e condições especiais na aquisição de produtos e serviços, nomeadamente em áreas como a saúde, educação, bem-estar e lazer ou cultura. Estas parcerias têm vindo a ser continuamente ampliadas, abrangendo cada vez mais um leque mais alargado de produtos e serviços, e cobrindo, sempre que possível, as diferentes áreas geográficas de intervenção da PA. De salientar o mais recente acordo que permitiu a adesão por parte dos Colaboradores da PA como sócios do Automóvel Clube de Portugal (ACP).



6. Qualidade

A Portos dos Açores assume explicitamente o princípio, de que a qualidade, a segurança e saúde dos seus trabalhadores e a prevenção da poluição constituem um vetor fundamental para o seu funcionamento e posicionamento estratégico, comprometendo-se, conseqüentemente, a desenvolver a sua atividade por uma cultura de satisfação dos interesses e expectativas dos seus clientes e restantes partes interessadas pela preservação da segurança e saúde dos seus trabalhadores e demais entidades e pela prevenção da poluição, fundada na responsabilidade, na eficácia de ação e na prevalência do interesse geral.

Para a prossecução desse propósito, a Portos dos Açores definiu uma estratégia institucional para a qualidade, ambiente e segurança, explicitamente expressa na sua Política consubstanciada num Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O Sistema Integrado de Gestão da Portos dos Açores tem por finalidade promover a Política, de forma consistente e sistemática em todas as vertentes da sua missão e em todos os locais onde desenvolve atividade.

Nos últimos dois anos foram desenvolvidas várias atividades conducentes a esta orientação estratégica, das quais se destacam a conceção e desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão. Foi decidido que a certificação do Sistema de Gestão se faria por fases correspondendo a primeira fase à certificação da componente Gestão da Qualidade, de acordo com a norma internacional NP EN ISO 9001:2008 e que a estrutura definida para o Sistema de Gestão da Qualidade integrasse o desenvolvimento do ambiente e da segurança, independentemente da certificação ser integrada ou independente para cada sistema.

No ano de 2014, atingiu-se uma das etapas deste processo. Após a realização das auditorias respeitantes à concessão da certificação, por uma Entidade Certificadora acreditada no Sistema Português da Qualidade (APCER), o Sistema de Gestão da Portos dos Açores foi certificado, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000 para o âmbito: "Gestão de Infraestruturas e Equipamentos Portuários nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico, Faial, S. Jorge, Flores e Corvo".

Está planeada para 2015 a realização da auditoria de concessão 1ª fase para o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.

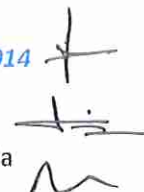


7. Estrutura transversal

Com a fusão por incorporação na Portos dos Açores, SGPS, S.A., e consequente extinção das três Administrações Portuárias em 2011, para além da renomeação da empresa para Portos dos Açores, S.A., revelou-se necessária a criação de uma estrutura transversal que respondesse de forma eficiente e eficaz às necessidades da nova empresa.

Nestes termos, foi criada uma estrutura organizativa com carácter transversal, vocacionada para a obtenção de uma abordagem uniforme em termos de procedimentos e uma resposta às necessidades da empresa de carácter mais abrangente. Esta estrutura contempla os seguintes departamentos, indicando-se ainda as principais tarefas associadas:

- ✎ Auditoria Interna e Qualidade, cuja principal tarefa contempla a coordenação e implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, processo este já em curso;
- ✎ Ambiente, Higiene e Segurança, com a tarefa primordial de coordenação da implementação de um Sistema Integrado de Gestão do Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho, com início no ano de 2012;
- ✎ Manutenção e Logística, com responsabilidade de definir e garantir a implementação de políticas e orientações da Gestão da Manutenção a nível da empresa, visando a uniformização de procedimentos nas três Direções-gerais, bem como planear e coordenar as atividades de gestão de compras e armazéns;
- ✎ Infraestruturas, vocacionado para o acompanhamento dos estudos, projetos e obras, em sintonia com a gestão de topo e as áreas de infraestruturas dos diferentes núcleos operacionais, assumindo um papel de coordenação e consultoria interna;
- ✎ Sistemas de Informação e Comunicações, encarregue de coordenar e executar as atividades associadas aos sistemas de informação e comunicações, garantindo a sua operacionalidade e desenvolvimento;
- ✎ Recursos Humanos, que se divide em dois gabinetes, a saber: Gestão de recursos humanos, responsável pelo processamento de salários e demais processos administrativos; e Gabinete de desenvolvimento organizacional e relações laborais, que tem a seu cargo a componente estratégica de recursos humanos, nomeadamente recrutamento, avaliação de desempenho e formação;
- ✎ Jurídico, Administrativo e Comunicação, com o objetivo de garantir o apoio aos processos jurídicos, nomeadamente no que respeita a contratação pública e de trabalho, coordenação e execução de atividades relacionadas com o secretariado-geral e expediente da empresa, bem como coordenação das ações de comunicação interna e externa da empresa;
- ✎ Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos, responsável pela elaboração e acompanhamento dos principais documentos da empresa, nomeadamente Plano Estratégico, Plano e Orçamento e Relatório e Contas, bem como elaborar informações e



relatórios económicos e financeiros de carácter regular para suporte às decisões da gestão de topo;

- II** Investimentos e Incentivos, responsável pela gestão dos processos de candidaturas a Fundos Comunitários e acompanhamento das respetivas participações recebidas;
- II** Contabilidade e Finanças, encarregue da componente económica e financeira da empresa.

Para além disto, e de acordo com os próprios estatutos da PA, as diferentes Direções-gerais são diretamente responsáveis pela operacionalidade das estruturas físicas propriamente ditas, tanto a nível portuário como não portuário. Nesse contexto, será de referir sumariamente as estruturas afetas às três Direções-gerais existentes e respetivas funções:

- II** Departamento de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos, encarregue do desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; execução das atividades e planos de manutenção dos equipamentos e das operações de manuseamento de carga, de modo a assegurar a integral operacionalidade das áreas; coordenação e execução das operações de manuseamento de carga através dos meios de movimentação horizontal e vertical, de acordo com as solicitações transmitidas via Janela Única Portuária (JUP) e definição de escalas de serviço; garantia da integral operacionalidade de todas as infraestruturas; apoio à execução de estudos e projetos, sobretudo na área de construção civil, e orientação e preparação de dados técnicos para a execução dos trabalhos; apoio na fiscalização da execução dos programas de trabalho estabelecidos, entre outras atividades;
- II** Departamento de Operações Portuárias, responsável pelo planeamento, controle e ainda por dirigir toda a operação de exploração portuária; coordenação das diferentes áreas operacionais dentro do departamento; garantia de implementação da política e procedimentos de gestão e exploração, com vista a uma gestão eficiente das operações e respetivos resultados;
- II** Gabinete de Operações Não Portuárias, encarregue do planeamento, controle e direção de todas as atividades de Náutica de Recreio, Gares Marítimas e Dominial; desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; apoio na elaboração e execução de campanhas de promoção para as marinas e gares marítimas, em articulação com a área de Comunicação.

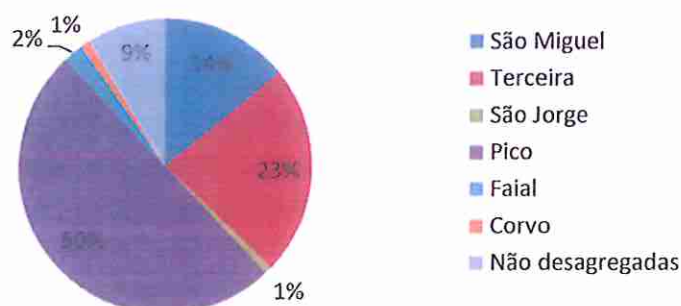


8. Investimento

No cumprimento do Plano de Investimentos da Portos dos Açores, SA, foram desenvolvidos ao longo do exercício de 2014 diversos projetos de investimento, cujo montante global ascendeu a praticamente 4,8 milhões de euros. Face ao volume global de investimento de 2013, que totalizara quase 8,4 milhões de euros, observa-se uma redução no volume global de investimento de 43,2 por cento. De referir que esta redução não é alheia ao facto de este ser um ano de encerramento de quadro comunitário, com a consequente finalização de candidaturas.

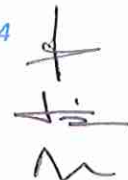
A ilha com maior volume de investimento em 2014 é a do Pico, que apresenta 50 por cento (2,4 milhões de euros) do investimento total da empresa. De salientar que este volume de investimento corresponde quase na sua totalidade à construção do **Novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena**, com 2,3 milhões de euros, o correspondente a 96 por cento do total investido na ilha do Pico. Este projeto foi cofinanciado pelo Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGÊNCIA).

Figura 37: Investimento por ilhas em 2014



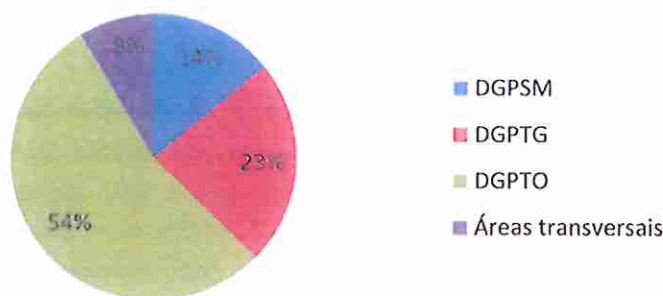
Em termos de análise por Direção-geral, concluímos que, tal como o registado no ano de 2013, e apesar de se notar um decréscimo de 63 por cento, a Direção-geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, é aquela que apresenta um maior agregado de despesa, correspondendo a praticamente 54 por cento do investimento total da Portos dos Açores, SA (em 2013 o investimento nessa Direção-geral correspondera a cerca de 83 por cento do investimento total).

Em relação aos projetos da Direção-geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria, o valor total de investimento em 2014 representa 14 por cento do investimento total da empresa, registando-se assim um aumento face ao valor do ano de 2013, que fora de apenas 0,22 por cento do investimento total da empresa. Dos projetos considerados será de salientar os referentes à **Empreitada de Reordenamento da Inserção da Avenida Kopke com o Cais Comercial de Ponta Delgada e Lado Sul do Forte de São Brás e Pavimentação da Rua Eng.º Abel Ferrin Coutinho** e à **Empreitada de Construção das Novas Oficinas Gerais de Ponta Delgada**, que representam o maior volume de investimento relativo à ilha de São Miguel, correspondendo a 658 mil euros dos 673 mil investidos.



Na área de jurisdição da Direção-geral dos Portos da Terceira e Graciosa, o investimento executado em 2014 no valor de 1,1 milhões de euros, representa 23 por cento do investimento total da empresa. O mesmo diz respeito, quase na sua totalidade, ao projeto Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo – Fase II. Este projeto foi cofinanciado pelo PROCONVERGÊNCIA em 85 por cento.

Figura 38: Investimento por Direções-gerais em 2014



Por último, referência a investimentos que englobam as várias Direções-gerais, totalizando em 2014 um montante de 413 mil euros, o equivalente a nove por cento do total de investimento da empresa. De evidenciar o aumento registado face ao valor observado no ano de 2013, em que se observava um volume total de despesa de 203 mil euros. Este aumento está relacionado com o facto de, em 2014, e de forma excecional, terem ido três rebocadores para docagem e não dois como ocorre normalmente.

Descriminam-se, de seguida, alguns dos projetos com despesa registada em 2014, por ilha, apresentando-se ainda alguma informação complementar, nomeadamente a componente relativa ao respetivo financiamento, atendendo sobretudo à publicitação exigida pelos Fundos Comunitários.

8.1. Ilha de Santa Maria

❧ No ano de 2014 não foram registados valores de investimentos na ilha de Santa Maria;

8.2. Ilha de São Miguel

❧ Consignada a conclusão da empreitada de Construção das Novas Oficinas Gerais a 2 de junho de 2014, na sequência da declaração de insolvência do anterior empreiteiro. O valor deste projeto é de 1,9 milhões de euros, sendo 228 mil euros relativos a 2014. Este projeto é cofinanciado pelo PROCONVERGÊNCIA, correspondendo a uma comparticipação de 85 por cento;

❧ Empreitada de Reordenamento da Inserção da Av. Kopke com o Cais Comercial de Ponta Delgada e Lado Sul do Forte de São Brás e Pavimentação da Rua Eng^o Abel Ferin Coutinho, com o Auto de Consignação de 6 de março de 2014, apresenta uma despesa de 430 mil euros



em 2014. Em 2015, a Portos dos Açores, SA conta englobar este investimento numa candidatura ao Compete 2020 no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor;

- ❧ **Reordenamento dos Edifícios e do Cais 6:00 ZH e Reforço do Manto de Proteção de Ponta Delgada**, com 15 mil euros executados em 2014, referentes ao levantamento tridimensional do molhe exterior.

8.3. Ilha Terceira

- ❧ **Intervenções no âmbito do Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo**, na fase respeitante ao **Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo - Fase II (1)**, consignada a 15 de março de 2013, com um investimento total de 3,1 milhões de euros, tendo sido executados 1,1 milhões de euros no corrente ano. Este projeto é participado em 85 por cento por Fundos Comunitários relativos ao PROCONVERGÊNCIA, e pela Secretaria Regional da Economia no âmbito da Resolução 32/2011, de 4 de março;

- ❧ **Rede de Incêndios do Porto da Praia da Vitória** foi lançado este ano concurso para a execução desta empreitada, que apresenta uma despesa de sete mil euros em 2014 relativa à revisão do projeto. Esta empreitada é financiada por Fundos Nacionais no âmbito da Resolução 90/2014 de 28 de maio. Em 2015, a PA, SA conta englobar este investimento numa candidatura ao Compete 2020, no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor;

8.4. Ilha Graciosa

- ❧ No ano de 2014 não foi registado qualquer valor de investimento para a ilha da Graciosa;

8.5. Ilha de São Jorge

- ❧ Com Contrato-Programa assinado a 18 de agosto de 2014 e previamente aprovado pela Resolução n.º 127/2014, de 4 de agosto, a **Ampliação do Cais Comercial de Velas** apresenta uma despesa executada em 2014 de 12 mil euros. Em 2015 será apresentada uma candidatura ao Fundo de Coesão no âmbito do Programa Operacional Açores 2014 - 2020 programa Compete 2020 no âmbito do novo Acordo de Parceria;

- ❧ **Construção das Oficinas e Garagem para Máquinas no Porto das Velas**, com quatro mil euros de despesa executada em 2014;

- ❧ **Reabilitação e Ampliação da Gare de Passageiros do Porto das Velas**, com um total de despesa executada em 2014 de 24 mil euros referentes à elaboração do projeto;



8.6. Ilha do Pico

- ❖ Consignada a 2 de janeiro de 2012, com o Auto de Receção Provisória Final datado de 30 de janeiro de 2014, a **Construção de Rampa RO-RO no Porto de São Roque do Pico**, apresenta seis mil euros de despesa executada em 2014 referentes a revisão de preços. Este projeto no âmbito da Resolução n.º 43/2011, de 1 de abril, foi participado pela Secretaria Regional da Economia, bem como por Fundos Comunitários, através do programa PROCONVERGÊNCIA, em 85 por cento.

- ❖ Consignada a 5 de janeiro de 2012 e com o Auto de Receção Provisória de 15 de setembro de 2014, a **Construção do Novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena**, com o custo total de 8,6 milhões de euros, dos quais 2,3 milhões de euros executados em 2014, foi cofinanciada por Fundos Comunitários em 85 por cento relativos à candidatura apresentada ao PROCONVERGÊNCIA, bem como no âmbito da Resolução n.º 43/2011, de 1 de Abril, da Secretaria Regional da Economia;

- ❖ **Reabilitação das Oficinas e Garagem de Máquinas do Porto de São Roque do Pico**, com 83 mil euros executados em 2014.

8.7. Ilha do Faial

- ❖ **Portões e Escadas de acesso aos Pontões da Marina da Horta, incluindo as infraestruturas e substituição de tampas de Pavimento**, com um total de despesa executada de 36 mil euros em 2014;

- ❖ **Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta – 2ª Fase**, com despesa executada em 2014 no valor de 68 mil euros relativa ao projeto;

8.8. Ilha das Flores

- ❖ No ano de 2014 não foi registado qualquer valor de investimento para a ilha das Flores.

8.9. Ilha do Corvo

- ❖ **Estudo de Viabilidade e Ampliação do Porto da Casa**, com 55 mil euros de despesa executada em 2014.



9. Análise Económica e Financeira

9.1. Resultados

A PA encerra o exercício de 2014 com um resultado líquido negativo em 4.332.574,19 euros. Trata-se de um agravamento do resultado líquido do período em 48,8 por cento em relação ao registado em 2013, regressando a um valor idêntico ao verificado no ano de 2012. As principais causas para este resultado prendem-se com a redução de praticamente 800 milhares de euros no volume de negócios (a redução é já superior a 5 milhões nos últimos quatro anos), a redução ocorrida na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” que apresentou em 2013 um valor extraordinário relativo ao salvamento de um navio, bem como pelo contínuo aumento dos encargos financeiros decorrentes dos processos de reestruturação financeira encetados em 2013 e 2014 e aumento do endividamento líquido.

De positivo será de destacar também a evolução positiva ao nível da rubrica “Ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, cujo valor é muito satisfatório, como reflexo do resultado da empresa participada Atlânticoline, S.A., cuja atividade é alvo de detalhe no capítulo 10 deste relatório.

No que respeita à estrutura de gastos da empresa, destaca-se nova redução dos “Fornecimentos e serviços externos”, fruto de uma política de contenção transversal a toda a empresa, registando um decréscimo de 3,1 por cento. Todas as restantes rubricas registam aumentos, sendo de registar novo aumento dos “Gastos com o pessoal”, com 1,8 por cento. Atendendo à relevância dos “Gastos com o pessoal” foi efetuada uma análise detalhada deste ponto no capítulo 5, relativo aos Recursos Humanos. De qualquer forma, face ao Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária que a empresa implementou nos últimos anos (2012/2014), estima-se que, de acordo com as orientações constante do referido programa que apontam para uma política muito vincada de contenção de admissões, os “Gastos com o pessoal” registem um decréscimo significativo nos próximos anos, a ter início já em 2015.

Tabela 49: Formação do Resultado Líquido

Descrição	Unidade: euro		
	2014	2013	Var.%
Resultado operacional	(1.572.691)	(273.971)	474,04%
Resultado financeiro	(2.726.903)	(2.605.908)	4,64%
Resultado antes de impostos	(4.299.595)	(2.879.879)	49,30%
Imposto sobre o rendimento	(32.980)	(32.219)	2,36%
Resultado líquido	(4.332.574)	(2.912.098)	48,78%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



9.1.1. Resultado operacional

Relativamente ao resultado operacional, apresenta-se de seguida as diversas rubricas que concorrem para o seu cálculo, especificando os rendimentos e os gastos operacionais.

Tabela 50: Rendimentos Operacionais

Designação	Unidade: euro		
	2014	2013	Var. %
Vendas	440.452	381.103	15,57%
Vendas	440.452	381.103	15,57%
Prestações de serviços	17.038.943	17.886.364	-4,74%
Serviços prestados a navios	4.845.721	4.882.944	-0,76%
Serviços prestados a mercadorias	3.157.577	3.291.842	-4,08%
Equipamento marítimo e terrestre	4.892.761	5.267.239	-7,11%
Fornecimentos	1.606.512	1.847.126	-13,03%
Alugueres e ocupações	1.394.552	1.463.920	-4,74%
Náutica de recreio e piscinas	807.943	818.612	-1,30%
Outras prestações de serviços	333.876	314.681	6,10%
Subsídios à exploração	81.190	0	-
Ganhos imputados a subsid./assoc/empr.conj.	1.421.268	764.562	85,89%
Outros rendimentos e ganhos	5.759.132	6.614.228	-12,93%
Total de rendimentos	24.740.985	25.646.257	-3,53%

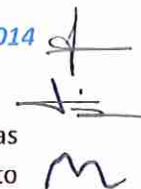
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que concerne aos rendimentos operacionais, uma primeira nota para o Volume de negócios, que regista uma variação negativa superior ao total dos rendimentos, com um decréscimo de 4,31 por cento. Neste particular, há que destacar o aumento das “Vendas” em 15,57 por cento, e que se referem exclusivamente a combustíveis vendidos nos Núcleos de Recreio. Em sentido contrário, e conforme já referido ao longo do relatório, as “Prestações de serviço”, principal rubrica de rendimentos da PA, registam um decréscimo na quase totalidade das respetivas rubricas (excetuam-se as “Outras prestações de serviços”).

A maior redução verifica-se na rubrica “Fornecimentos”, com uma variação negativa de 13 por cento, registando-se um decréscimo acentuado no fornecimento de água, electricidade e de pessoal, todas com reduções entre os 16 e os 19 por cento.

A rubrica “Outras prestações de serviços”, conforme referido, regista um aumento de 6,1 por cento, o que se ficou a dever ao aumento das entradas em recintos reservados e à recolha e limpeza de resíduos.

Pelo segundo ano consecutivo, a rubrica “Ganhos imputados a subsid./assoc/empr.conj.” regista valores muito positivos (1.421,3 milhares de euros em 2014) e praticamente duplica o seu peso relativo no total dos rendimentos operacionais da PA (de 3,0 por cento em 2013 para 5,7 por cento em 2014).



Relativamente aos Gastos operacionais, de salientar o aumento na rubrica “Custo das matérias vendidas e consumidas”, com uma variação positiva de 8,8 por cento, compensado com o aumento verificado na rubrica “Vendas” atrás referido, bem como da rubrica “Outros gastos e perdas” com um acréscimo de 231,8 por cento. As variações nas restantes rubricas já foram explanadas neste relatório.

Na rubrica “Outros gastos e perdas”, assume relevo o aumento superior a 321 milhares de euros relativo ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o qual a empresa foi coercivamente obrigada a liquidar e que justifica o aumento verificado.

Tabela 51: Gastos operacionais

Gastos operacionais	Unidade: euro		
	2014	2013	Var. (%)
Custo das matérias vendidas e consumidas	386.415	355.233	8,78%
Fornecimentos e serviços externos	6.563.958	6.776.869	-3,14%
Gastos com o pessoal	11.363.129	11.158.973	1,83%
Gastos de depreciação e amortização	7.288.417	7.290.882	-0,03%
Imparidades de dívidas a receber	192.963	191.196	0,92%
Provisões	371	-9.172	-104,05%
Outros gastos e perdas	518.423	156.246	231,80%
Total de gastos operacionais	26.313.676	25.920.228	1,52%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Atendendo ao seu peso na estrutura de gastos da PA, detalham-se de seguida as principais rubricas da Demonstração de resultados.

Relativamente aos “Fornecimentos e serviços externos”, em que a quase generalidade das rubricas apresentam um decréscimo em 2014 face ao ano de 2013, os “Serviços especializados” mantêm-se como a principal componente, com um peso relativo de 38,9 por cento do total e onde se incluem os gastos com conservação e reparação de edifícios e construções, bem como de equipamento marítimo e terrestre (982,7 milhares de euros). Nesta rubrica incluem-se igualmente os gastos com vigilância e segurança, no valor de 861 milhares de euros, sendo que em conjunto estas duas rubricas representam mais de 72 por cento dos “Serviços especializados”. De notar que existirá tendência para os gastos com vigilância e segurança aumentarem no futuro devido aos investimentos realizados em infraestruturas.

A componente de gastos associada a consumo de electricidade, combustíveis e água integram a rubrica “Energia e fluídos” que, em 2014, representava 22 por cento do total dos “Fornecimentos e serviços externos”. Dentro desta rubrica, a electricidade e os combustíveis representam 80,3 por cento do total.

Seguem-se os “Subcontratos”, com um peso relativo nos “Fornecimentos e serviços externos” de 24,5 por cento em 2014, mantendo-se estável em relação ao ano de 2013. Nestes gastos, a maior parcela refere-se aos serviços de gestão do complexo “Portas do Mar”, que representam acima de 50 por cento dos gastos dos “Subcontratos” (compara com 60% no ano anterior), sendo de salientar a redução de 15 por cento verificada neste ano de 2014 ao nível do valor dos respetivos serviços de gestão.

Tabela 52: Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013	Unidade: euro
			Var (%)
Subcontratos	1.605.532	1.655.132	-3,00%
Serviços Especializados	2.552.140	2.679.642	-4,76%
Materiais	88.850	63.371	40,21%
Energia e Fluidos	1.443.605	1.466.352	-1,55%
Deslocações, Estadas e Transportes	117.479	126.438	-7,09%
Serviços Diversos	756.351	785.934	-3,76%
Total dos Fornecimentos e serviços externos	6.563.958	6.776.869	-3,14%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Das restantes componentes da rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, de destacar apenas os “Serviços diversos”, maioritariamente constituídos por gastos de limpeza, higiene e conforto, seguros e comunicações, e que representam 95 por cento do total desta rubrica.

Tabela 53: Gastos de depreciação e amortização

Gastos de depreciação e amortização	2014	2013	Unidade: euro
			Var. (%)
Ativos fixos tangíveis	7.244.353	7.282.358	-0,52%
Edifícios e outras construções	5.451.445	5.210.027	4,63%
Equipamento básico	1.600.892	1.809.885	-11,55%
Equipamento de transporte	18.931	34.297	-44,80%
Equipamento administrativo	114.472	155.104	-26,20%
Outros ativos fixos tangíveis	58.613	73.045	-19,76%
Ativos intangíveis	44.064	8.524	416,96%
Despesas de investigação e desenvolvimento	44.064	5.626	683,25%
Propriedade industrial e direitos	0	2.898	-100,00%
Total de gastos de depr./amortização	7.288.417	7.290.882	-0,03%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A rubrica de “Gastos de depreciação e amortização” representa um peso relativo substancial no total dos gastos operacionais, atingindo 27,7 por cento do total, ultrapassados apenas pelos gastos com o pessoal e que foram objecto de análise detalhada em capítulo próprio. Pelo valor do investimento realizado, as depreciações de edifícios e outras construções (75 por cento) e equipamento básico (22 por cento) representam 97 por cento do total. De notar que os gastos de depreciação e amortização do equipamento básico perderam bastante peso relativo (eram de 26 por cento em 2013), o que é justificado pela idade avançada que os mesmos apresentam.

Apresenta-se na tabela seguinte a decomposição do resultado operacional de 2014 e 2013 e respetivas variações percentuais. Para além dos factos já sumariamente descritos acima, de referir ainda como facto pertinente a evolução do EBITDA, ou seja, o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, que registou um decréscimo de 18,5 por cento, traduzindo-se numa redução de valor de 1.300 milhares de euros, justificada pela diminuição verificada no Volume de negócios e em “Outros rendimentos e ganhos”.

Tabela 54: Resultado operacional

Descrição	Unidade: euro		
	2014	2013	Var. %
1. Rendimentos operacionais			
Vendas	440.452	381.103	15,57%
Prestações de serviços	17.038.943	17.886.364	-4,74%
Subsídios à exploração	81.190	0	-
Ganhos/perdas em subsidiárias e associadas	1.421.268	764.562	85,89%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Outros rendimentos e ganhos	5.759.132	6.614.228	-12,93%
Total 1.	24.740.985	25.646.257	-3,53%
2. Gastos operacionais			
Custo das existências vendidas	(386.415)	(355.233)	8,78%
Fornecimentos e serviços externos	(6.563.958)	(6.776.869)	-3,14%
Gastos com o pessoal	(11.363.129)	(11.158.973)	1,83%
Imparidade de dívidas a receber	(192.963)	(191.196)	0,92%
Provisões	(371)	9.172	-104,05%
Outros gastos e perdas	(518.423)	(156.246)	231,80%
Total 2.	(19.025.259)	(18.629.346)	2,13%
3. EBITDA (=1.+2.)	5.715.726	7.016.911	-18,54%
4. Gastos de depreciação	(7.288.417)	(7.290.882)	-0,03%
5. Resultado operacional (=3.+4.)	(1.572.691)	(273.971)	474,04%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

9.1.2. Resultado financeiro

O resultado de natureza financeira de 2014 apresenta um valor superior ao do ano de 2013, ultrapassando os 2,7 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 4,64 por cento.

Tabela 55: Resultado financeiro

Resultado financeiro	Unidade: euro		
	2014	2013	Var (%)
Juros e rendimentos similares obtidos	0	18.181	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	(2.726.903)	(2.624.089)	3,92%
Total	(2.726.903)	(2.605.908)	4,64%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De assinalar a inexistência de “Juros e rendimentos similares obtidos”, enquanto a rubrica “Juros e gastos similares suportados” sofreu um aumento de 3,92 por cento, o que reflete o aumento dos empréstimos obtidos por parte da PA e os encargos com as últimas reestruturações da dívida. Tendo em conta que a referida reestruturação, no valor de 6.000 milhares de euros ocorreu em dezembro de 2014, apenas no ano de 2015 serão reflectidos os ganhos da mesma, ao nível da baixa dos encargos.



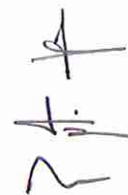
9.2. Fundos libertos

Em 2014 os Fundos libertos registam um decréscimo acentuado no montante de 1,4 milhões de euros, ou seja, uma variação negativa em 34,2 por cento. Dessa forma, como é visível na tabela seguinte, a variação verificada nos Fundos libertos decorre essencialmente da alteração do valor do Resultado líquido do período.

Tabela 56: Fundos libertos

Descrição	Unidade: euro		
	2014	2013	Var (%)
Resultado líquido	(4.332.574)	(2.912.098)	48,78%
Gastos de depreciação e amortização	7.288.417	7.290.882	-0,03%
Imparidades/Provisões do período	(193.334)	(182.024)	6,21%
Fundos libertos	2.762.509	4.196.760	-34,18%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



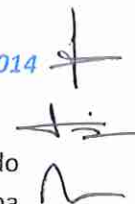
9.3. Situação financeira e patrimonial

A situação patrimonial da PA, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é apresentada no quadro seguinte.

Tabela 57: Balanços

Descrição	Unidade: euro			
	2014	%	2013	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	281.480.081	88,4%	283.521.993	86,7%
Ativos intangíveis	87.146	0,0%	125.975	0,0%
Participações financeiras	20.983.968	6,6%	19.828.622	6,1%
Outras contas a receber	2.845.881	0,9%	4.500.250	1,4%
Ativos por impostos diferidos	86.310	0,0%	100.018	0,0%
Ativo corrente				
Inventários	34.386	0,0%	23.260	0,0%
Clientes	6.723.860	2,1%	6.799.748	2,1%
Estado e outros entes públicos	240.296	0,1%	213.225	0,1%
Outras contas a receber	4.858.804	1,5%	9.021.587	2,8%
Diferimentos	645.514	0,2%	657.363	0,2%
Caixa e depósitos bancários	553.234	0,2%	2.296.269	0,7%
Total do ativo	318.539.482	100,0%	327.088.309	100,0%
Capital próprio				
Capital realizado	40.238.700	12,6%	40.238.700	12,3%
Reservas legais	204.200	0,1%	204.200	0,1%
Outras reservas	21.403	0,0%	21.403	0,0%
Resultados transitados	(8.255.484)	-2,6%	(4.530.577)	-1,4%
Ajustamentos em ativos financeiros	12.878.460	4,0%	12.270.962	3,8%
Outras variações do capital próprio	176.943.009	55,5%	177.080.244	54,1%
Resultado líquido do exercício	(4.332.574)	-1,4%	(2.912.098)	-0,9%
Total do capital próprio	217.697.714	68,3%	222.372.834	68,0%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	457.767	0,1%	488.729	0,1%
Estado e outros entes públicos	188.293	0,1%	84.431	0,0%
Financiamentos obtidos	38.151.333	12,0%	29.983.477	9,2%
Outras contas a pagar	39.633.501	12,4%	43.993.719	13,5%
Passivo corrente				
Fornecedores	2.462.068	0,8%	2.814.133	0,9%
Estado e outros entes públicos	817.045	0,3%	1.288.429	0,4%
Financiamentos obtidos	12.030.348	3,8%	15.725.435	4,8%
Outras contas a pagar	7.024.012	2,2%	10.041.028	3,1%
Diferimentos	77.402	0,0%	296.093	0,1%
Total do passivo	100.841.768	31,7%	104.715.475	32,0%
Total do capital próprio e do passivo	318.539.482	100,0%	327.088.309	100,0%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



Relativamente à situação patrimonial apresentada no balanço acima, no seguimento da nota 18 do Anexo às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas de 2013, e como pode ser observado na referida nota do anexo deste ano, foi entretanto apresentada uma proposta de reestruturação financeira, ainda não aprovada, para os quais foram solicitados novas maturidades que, conjuntamente, com a aplicação da carência suplementar prevista na Portaria 1020/2010 e do alargamento de prazo previsto no mesmo diploma, assegure a liquidação das prestações mais atrasadas e, deste modo, possa garantir a passagem destas operações a uma situação regular, abandonando-se assim a hipótese de utilizar as garantias bancárias que asseguram o reembolso dos valores vencidos.

9.4. Fundo de manei

Em 2014, o Fundo de manei da PA manteve um valor negativo de 9,3 milhões de euros. No final de 2013 o mesmo indicador situava-se próximo dos 11,2 milhões de euros negativos.

Tabela 58: Fundo de manei

Descrição	Unidade: euro		
	2014	2013	Var (%)
Ativo corrente	13.056.095	19.011.452	-31,33%
Passivo corrente	22.410.874	30.165.118	-25,71%
Fundo de manei	(9.354.779)	(11.153.666)	-16,13%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A redução do Ativo corrente prende-se essencialmente com a diminuição da rubrica “Outras contas a receber”, onde estão contabilizadas as verbas a receber dos fundos comunitários que financiam grande parte dos investimentos realizados.

Relativamente ao Passivo corrente, a redução verificada ocorreu na rubrica “Financiamentos obtidos”, resultante da reestruturação da dívida, que passou os empréstimos de curto para médio e longo prazo, bem como na rubrica “Outras contas a pagar” com a liquidação de diversos valores por parte da empresa.

9.5. Indicadores económicos e financeiros

Os indicadores permitem a obtenção de uma visão da situação económico-financeira da empresa, sendo apresentados em duas tabelas distintas, a saber, uma para os indicadores económicos e outra para os indicadores financeiros.

Os indicadores económicos refletem a situação económica da empresa que, como se pode constatar, atravessa um período de atividade algo delicado em termos de garantia da sua sustentabilidade futura.



Tabela 59: Indicadores económicos

Descrição	2014	2013	Var (%)
Gastos com o pessoal/VAB (Gastos com o pessoal/VAB)	108,55%	101,95%	6,47%
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de Serviços))	-9,00%	-1,50%	499,92%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	-0,49%	-0,08%	489,44%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado Líquido/Capitais próprios)	-1,99%	-1,31%	51,97%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Os "Gastos com o pessoal" acentuaram a tendência do ano anterior em ultrapassar o valor acrescentado bruto (VAB), o que deverá necessariamente merecer análise cuidada por parte da empresa para o futuro.

Face aos resultados deste ano de 2014, todos os indicadores de rentabilidade sofrem um agravamento, o que reflete a necessidade urgente de serem implementados os novos tarifários apresentados pela empresa à Tutela, os quais não sofrem qualquer atualização há cinco anos.

Relativamente aos indicadores financeiros, assiste-se a uma estabilização dos mesmos, depreendendo-se que o problema que a empresa atravessa é muito mais económico (resultante da diminuição do volume de negócios por um período já considerado prolongado) do que financeiro, independentemente de alguns desequilíbrios existentes, nomeadamente à rotura recorrente que se verifica ao nível da tesouraria que não permite à empresa solver todas as suas responsabilidades sem recurso contante a novas linhas de crédito.

Tabela 60: Indicadores financeiros

Descrição	2014	2013	Var (%)
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	0,56	0,61	-9,57%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,68	0,68	0,52%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	2,16	2,12	1,66%
Cobertura do imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	0,98	0,98	0,04%
Prazo médio de cobrança (n.º dias) (Saldo de Clientes c/cX365/(Vendas+Prestações de serviços))	140,41	135,86	3,34%
Prazo médio de pagamentos (n.º dias) (Saldo de Fornecedores c/cX365/FSE)	136,91	151,57	-9,67%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A liquidez geral continua a decrescer, resultante de uma redução no Ativo corrente não acompanhada ao mesmo ritmo pelo Passivo corrente, como foi salientado na análise do Fundo de Maneio.

Os restantes indicadores mantêm-se praticamente inalterados, destacando-se o aumento do Prazo médio de cobrança e a diminuição do Prazo médio de pagamentos, o que reflete a preocupação da

empresa em liquidar as suas dívidas e a dificuldade em cobrar os seus créditos sobre terceiros. De salientar que tal só foi possível pelo recurso ao crédito, uma vez que a empresa não gera recursos próprios para justificar o comportamento inverso nestes dois indicadores.





10. Participações financeiras

Este capítulo apresenta algumas notas relativas ao conjunto de participações financeiras em posse da PA no final de 2014, com um destaque muito particular para a Atlânticoline, S.A., única empresa alvo de consolidação integral.

Conforme referido na secção introdutória, a PA elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as regras legais e contabilísticas em vigor. Neste contexto, as empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as que constam da tabela a seguir.

Tabela 61: Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	% Capital detido
NAVAL CANAL - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
Atlânticoline, S.A.	Ponta Delgada	83,97%

Dever-se-á referir que a empresa Naval Canal, Lda. não foi incluída no processo de consolidação pelo método de integração global por ser imaterial para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo, ao contrário do que sucede com a Atlânticoline, S.A..

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a seguinte proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Tabela 62: Empresas e entidades associadas

Empresas	Sede	% Capital detido
AGESPI - Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTerceira - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nestas entidades associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme referido acima, detalharemos de seguida os principais aspetos do desempenho da subsidiária Atlânticoline, S.A., a única entidade objeto de consolidação integral.

A subsidiária Atlânticoline, tem como objeto social a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e de mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, possuindo um capital social 7.145.400 euros, detido pela PA em 83,97 por cento, ou seja, no montante de seis milhões de euros. O remanescente é detido diretamente pela Região Autónoma dos Açores (16,03 por cento do capital, no montante de 1.145.400 euros).

A frota da subsidiária é composta por cinco navios e embarcações: o “Cruzeiro do Canal” e o “Cruzeiro das Ilhas”, embarcações fretadas à empresa Transmaçor; a lancha “Ariel”, que opera em



exclusivo no transporte de passageiros entre as ilhas das Flores e do Corvo; e ainda os navios “Mestre Simão” e “Gilberto Mariano”, construídos em 2013 nos estaleiros espanhóis Astilleros Armon, e que iniciaram a operação em 2014 nas ligações entre as ilhas do grupo central do arquipélago.

Para o cumprimento do transporte marítimo sazonal de passageiros e viaturas, com cobertura do conjunto das ilhas dos Açores, manteve-se em vigor o contrato de fretamento celebrado em 2013 com as empresas Hellenic Seaways Maritime, S.A. e Hellenic Seaways Management, S.A., o qual havia sido realizado para os anos de 2013 e 2014, relativo aos navios “Expresse Santorini” e “Hellenic Wind”.

Facto importante ocorrido no ano de 2014 foi o recebimento, em setembro, da totalidade da dívida sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), acrescida dos respetivos juros de mora e despesas de contencioso. Enquanto que o valor de 6 milhões de euros ainda em dívida permitiu amortizar dois empréstimos bancários e pagar aos fornecedores, reduzindo o passivo em 57 por cento, os juros de mora recebidos permitiram à Atlânticoline apresentar resultados líquidos substanciais, neste caso pelo segundo ano consecutivo.

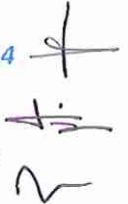
O Volume de negócios da empresa atingiu em 2014 um total de 2.558 milhares de euros, o que compara com os 2.774 milhares de euros de 2013. Tal corresponde a uma variação de -7,77 por cento (-0,68 por cento em 2013).

As variações em apreço encontram justificação na conjuntura económica e social recente, amplamente descrita no capítulo 4, e que se repercute numa menor propensão para viajar, devido a menores níveis em termos de rendimento disponível das famílias, atendendo ao elevado nível de desemprego, bem como à redução de 100 milhares de euros no protocolo do cartão Interjovem. Em termos operacionais, também concorreu para o menor volume de negócios o início tardio da operação e a antecipação do final por questões atmosféricas.

Os “Subsídios à Exploração” atingiram, em 2014, nos 7.000 milhares de euros, inferior em 7,49 por cento ao valor recebido no ano anterior, o qual havia ascendido a 7.567 milhares de euros.

Os “Outros rendimentos e ganhos”, com um total de 2.948 milhares de euros em 2014 (totalizam apenas 590 milhares de euros em 2013), constituíram importante componente no conjunto dos rendimentos da empresa, principalmente a parcela resultante dos juros de mora recebidos em sequência do acordo global de revogação dos contratos de construção com o ENVC. Com menor expressão, mas igualmente importante, foi o montante de 980 milhares de euros, ao abrigo do SIDER, correspondentes à imputação de subsídios ao investimento recebidos para as obras no navio “Cruzeiro do Canal” e para a elaboração do sistema de vendas e construção dos navios de quarenta metros e da Região Autónoma dos Açores para a construção da lancha Ariel e 15 por cento para a construção dos navios de quarenta metros.

Relativamente aos gastos da Atlânticoline, estes atingiram no exercício de 2014 um total de 10.842 milhares de euros (compara com 10.036 milhares de euros em 2013), principalmente justificados pelo aumento em 123 por cento na rubrica “Gastos de Depreciação e de Amortização”. Este aumento encontra justificação na entrada em funcionamento dos dois novos navios já referenciados, “Mestre



Simão” e “Gilberto Mariano”, cujo valor de depreciação conjunta correspondeu a 767 milhares de euros.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” constituem a principal rubrica dos gastos, com um peso relativo de 72,7 por cento. As principais componentes desta rubrica são os “Subcontratos”, onde se inclui o fretamento dos meios de navegação para a operação sazonal e que representam mais de metade dos gastos da rubrica (4.540 milhares de euros em 2014 e 4.418 milhares de euros em 2013) e os “Combustíveis”, que se encontram diretamente relacionados com o número de milhas navegadas (2.288 milhares de euros em 2014 e 2.538 milhares de euros em 2013). Em conjunto, estas duas rubricas representam 86,6 por cento da totalidade dos gastos da empresa.

Os “Encargos com a operação” apresentam igualmente uma relação direta com o ritmo da atividade. Em 2014 registou-se uma diminuição residual em 1 por cento face ao valor despendido em 2013 (menos 5,4 mil euros).

Como resultados dos dados acima apresentados, e conforme já referido no início desta análise, o resultado líquido do período em 2014 foi de 1.643.516 euros, aumentando em 76 por cento relativamente ao ano de 2013.

O modelo de rotas de transporte marítimo de passageiros manteve-se em 2014, com ligações regulares durante todo o ano entre as Ilhas do Triângulo (Faial, Pico e São Jorge), a cargo da Transmaçor, e entre as ilhas do Grupo Ocidental (Flores e Corvo), efetuadas diretamente pela Atlânticoline, que é ainda responsável pelas ligações sazonais entre todas as ilhas no período entre os meses de maio e setembro. Estas ligações sazonais entre todas as ilhas, com exceção do Corvo, são efetuadas ao abrigo de um contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral, celebrado com a Região Autónoma dos Açores e o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, em 2005 e por um período de 10 anos.

A quota de mercado da empresa correspondeu, em 2014, a 14,1 por cento, um ponto percentual inferior à registada no ano anterior (15,1 por cento).

A Atlânticoline transportou em 2014 um total de 108.963 passageiros e 18.933 viaturas. Estes valores correspondem a uma variação negativa de 2,8 por cento a nível dos passageiros e a um acréscimo de 6,05 por cento no que diz respeito a viaturas. Como nota, é de referir que o número de passageiros não coincide como os referidos no capítulo 4 acima, em virtude de corresponderem a um método distinto de contabilização.

Em termos de exploração, observa-se em 2014 um decréscimo de 0,7 pontos percentuais no que respeita à ocupação por passageiros e de mais 1,3 p.p. no que concerne a viaturas, registando-se uma taxa de ocupação de 36,1 por cento e 25,1 por cento, respetivamente. Estas variações em termos de ocupação resultam diretamente das variações registadas na movimentação de passageiros e de viaturas (redução nos passageiros e aumento nas viaturas).

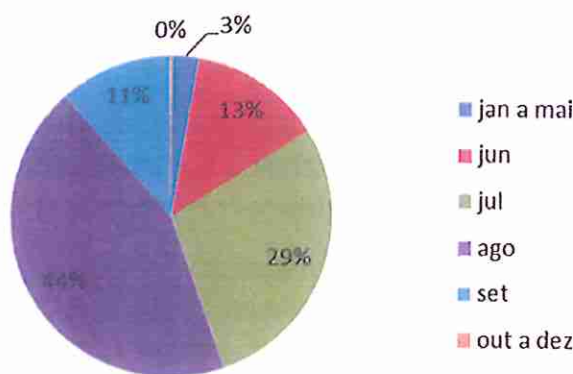
O navio “Express Santorini” é responsável por 64 por cento do total de passageiros transportados, seguindo-se o navio “Hellenic Wind” com 33 por cento. A embarcação “Ariel” movimenta os restantes três por cento. Estas percentagens mantêm-se praticamente constantes nos últimos três anos. Também no que se refere à movimentação de viaturas as percentagens são relativamente da

[Handwritten signatures]

mesma ordem de grandeza: 68 por cento para o navio “Express Santorini” (65 por cento em 2013) e 32 por cento para o “Hellenic Wind” (35 por cento em 2013).

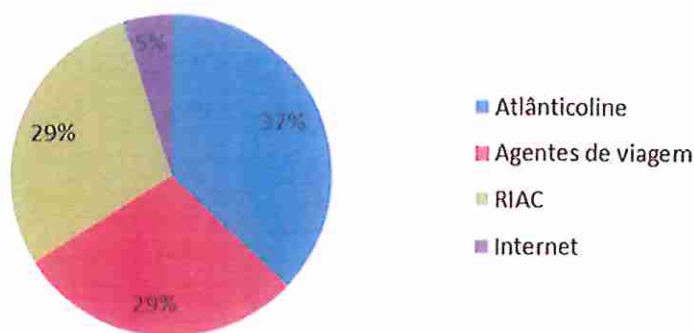
Estas percentagens significativamente diferentes entre os dois navios resultam diretamente da lógica de distribuição das rotas, uma vez que o primeiro navio opera exclusivamente com as rotas de ida e volta do grupo central do arquipélago, enquanto o segundo é sobretudo responsável pelas ligações entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria e as ligações entre São Miguel e Terceira. Adicionalmente, o navio “Express Santorini” tem um período de operação mais longo que o navio “Hellenic Wind”, o que gera necessariamente mais movimento.

Figura 39: Movimento de passageiros em 2014



Em termos de sazonalidade é perfeitamente perceptível a preponderância dos meses de julho (31.148 passageiros) e agosto (47.822 passageiros), representando 72 por cento do volume de passageiros transportados.

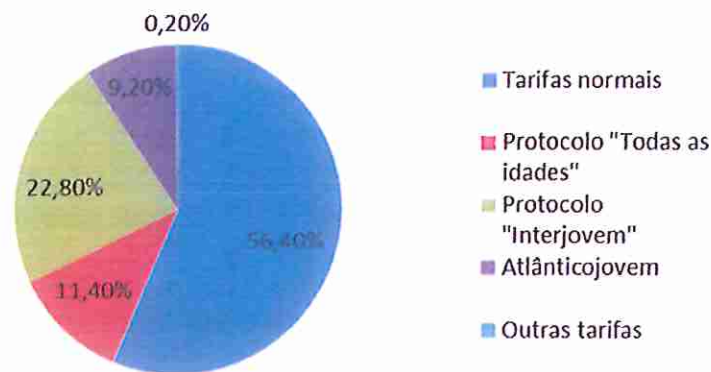
Figura 40: Distribuição de vendas por tipo de canal em 2014



Os canais utilizados para as vendas incidem sobretudo em meios próprios, que garantem cerca de 37 por cento das vendas (41 por cento em 2013), mantendo-se um forte crescimento nas vendas realizadas pela internet, as quais já representam 5 por cento do total. As vendas efetuadas por intermédio de agentes de viagem mantiveram-se, representando 29 por cento em 2014, enquanto as vendas efetuadas na Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC) aumentaram e representam também 29 por cento (26 por cento em 2013).



Figura 41: Distribuição de passageiros por tipo de tarifa em 2014



No conjunto do ano de 2014 foram efetuadas 906 viagens (976 viagens em 2013) e navegadas 28.718 milhas náuticas (30.193 milhas náuticas em 2013), o que corresponde a uma quebra de 7 por cento no número de viagens e de 5 por cento no número de milhas percorridas.

As operações sazonais de verão de 2014 são praticamente iguais às do ano anterior, residindo na lancha "Ariel" a diferença para a variação registada no total anual. O ano de 2014 foi um ano de racionalização do número de viagens, procurando adaptar a oferta de rotas à procura. Assim, os meses de maio e setembro foram considerados de época baixa para a lancha "Ariel", existindo apenas duas viagens de ida e volta, contribuindo também para a redução de viagens o maior número de cancelamento nos meses de inverno fruto das condições meteorológicas.

Referência por último à evolução de algumas componentes do Balanço da empresa, principalmente as relacionadas com o recebimento da já referida dívida dos ENVC, cuja redução da rubrica "Outras contas a receber" do ativo em 5,5 milhões de euros permitiu reduzir as rubricas "Financiamentos obtidos" e "Outras contas a pagar" num total de 6,3 milhões de euros.

Por fim, apresentamos, nas duas tabelas seguintes o Balanço e a Demonstração de Resultados da subsidiária em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Tabela 63: Balanços - Atlânticoline

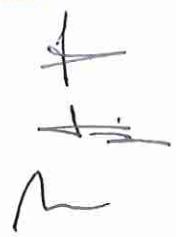
Descrição	Unidade: euro			
	2014	%	2013	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	19.914.661	65,8%	21.087.673	56,8%
Ativos fixos intangíveis	4.668	0,0%	108.522	0,3%
Outros ativos financeiros	26.000	0,1%	26.000	0,1%
Outras contas a receber	0	0,0%	0	0,0%
Ativos por impostos diferidos	0	0,0%	1.113	0,0%
Ativo corrente				
Inventários	27.569	0,1%	31.701	0,1%
Clientes	568.936	1,9%	484.146	1,3%
Estado e outros entes públicos	66.992	0,2%	12.031	0,0%
Outras contas a receber	9.606.777	31,8%	15.131.543	40,7%
Diferimentos	4.401	0,0%	4.320	0,0%
Ativos não correntes detidos para venda	0	0,0%	202.000	0,5%
Caixa e depósitos bancários	36.680	0,1%	53.015	0,1%
Total do ativo	30.256.684	100,0%	37.142.064	100,0%
Capital próprio				
Capital realizado	7.145.400	23,6%	7.145.400	19,2%
Reservas legais	123.902	0,4%	30.494	0,1%
Resultados transitados	96.241	0,3%	(744.430)	-2,0%
Outras variações do capital próprio	15.037.753	49,7%	15.253.050	41,1%
Resultado líquido do exercício	1.643.516	5,4%	934.079	2,5%
Total do capital próprio	24.046.812	79,5%	22.618.593	60,9%
Passivo				
Passivo não corrente				
Fornecedores	0	0,0%	83.445	0,2%
Financiamentos obtidos	79.808	0,3%	439.712	1,2%
Passivos por impostos diferidos	4.028	0,0%	9.917	0,0%
Outras contas a pagar	3.425.546	11,3%	3.816.244	10,3%
Passivo corrente				
Fornecedores	101.637	0,3%	1.117.106	3,0%
Estado e outros entes públicos	16.983	0,1%	72.687	0,2%
Financiamentos obtidos	2.017.121	6,7%	5.484.848	14,8%
Outras contas a pagar	216.032	0,7%	3.054.124	8,2%
Diferimentos	348.717	1,2%	445.388	1,2%
Total do passivo	6.209.872	20,5%	14.523.471	39,1%
Total do capital próprio e do passivo	30.256.684	100,0%	37.142.064	100,0%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

Tabela 64: Demonstrações de resultados - Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro		
	2014	2013	Var. %
Vendas e prestações de serviços	2.558.292	2.773.810	-7,77%
Subsídios à exploração	7.000.000	7.567.023	-7,49%
Custo das mercadorias e matérias consumidas	(73.791)	(79.936)	-7,69%
Fornecimentos e serviços externos	(7.883.779)	(7.903.236)	-0,25%
Gastos com o pessoal	(898.395)	(883.651)	1,67%
Imparidade de dívidas a receber	(28.369)	(20.882)	35,85%
Outros rendimentos e ganhos	2.948.403	590.314	399,46%
Outros gastos e perdas	(108.099)	(67.281)	60,67%
EBITDA	3.514.262	1.976.160	77,83%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(1.385.722)	(621.790)	122,86%
EBIT	2.128.540	1.354.370	57,16%
Juros e rendimentos similares obtidos	11.300	44.709	-74,73%
Juros e rendimentos similares suportados	(369.477)	(385.827)	-4,24%
Resultado antes de impostos	1.770.362	1.013.251	74,72%
Imposto sobre o rendimento do exercício	(126.847)	(79.173)	60,22%
Resultado líquido do exercício	1.643.516	934.079	75,95%

Fonte: Atlânticoline, S.A.



11. Perspetivas futuras

As perspetivas futuras encontram-se particularmente condicionadas pelo comportamento da economia açoriana. Nesse sentido, alguns aspetos são particularmente críticos, nomeadamente o previsível impacto da redução militar americana na Base das Lajes (Ilha Terceira), bem como ainda a extinção por parte da União Europeia do regime de quotas leiteiras. Ambos estes aspetos condicionarão sobremaneira o ritmo da atividade económica da Região Autónoma dos Açores e, conseqüentemente, a evolução no que respeita às operações portuárias nos diversos portos sob gestão da PA.

No que respeita ao primeiro aspeto referido, ou seja, a redução militar americana na Base das Lajes, foi apresentado em janeiro de 2015 o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT), preparado oportunamente pelo Governo dos Açores. O referido Plano contém algumas medidas com impacto direto nas contas da PA, nomeadamente no que se refere à redução de tarifas relativas a cargas e descargas no porto da Praia da Vitória.

Nesse âmbito e de acordo com a Portaria 17/2015, publicada em 6 de fevereiro, procedeu-se a uma redução muito substancial das tarifas relativas à TUP Carga, cujo impacto estima-se possa ultrapassar ligeiramente os 200 milhares de euros anuais para os primeiros três anos de vigência da referida Portaria, ou seja, no período entre 2015 e 2017.

Este é um aspeto não despidendo nas contas futuras da PA, condicionando um conjunto muito significativo de exercícios. O impacto global da medida ultrapassará um milhão de euros no conjunto de anos da respetiva aplicação.

Não obstante tal facto, a PA prevê, para 2015, um volume de investimento de 31 milhões de euros, em que os principais projetos incluem:

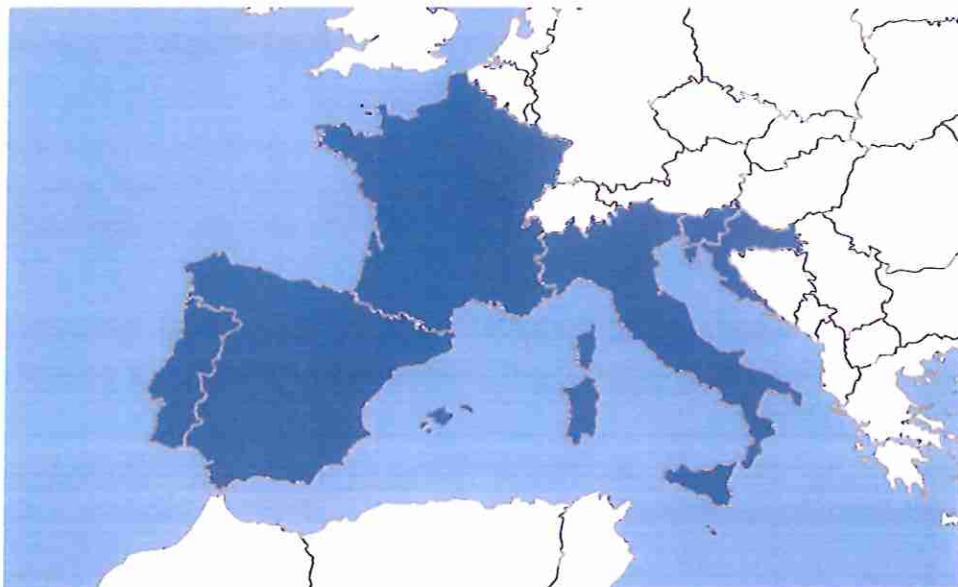
- U** Ampliação do Cais Comercial de Velas, com um custo de 8,9 milhões de euros (num total de 18,9 milhões de euros);
- U** Requalificação e Reordenamento da frente Marítima da Cidade da Horta (2ª fase), com um custo de 3,0 milhões de euros (num total de 12,0 milhões de euros);
- U** Alargamento da Plataforma do Porto da casa na Ilha do Corvo, com um custo de 4,0 milhões de euros (num total de 10,0 milhões de euros);
- U** Reordenamento dos Edifícios e do Cais -6:00 ZH e reforço do Manto de Proteção PDL, com um custo de 1,2 milhões de euros (num total de 3,9 milhões de euros);
- U** Aquisição de Grua Portuária e Equipamento Acessório, com um custo de 3,1 milhões de euros;
- U** Aquisição de 5 Empilhadores Reach-Stackers (SMG=3 e FAI=2), com um custo de 2,0 milhões de euros.

Os investimentos acima referenciados serão financiados em grande parte por Fundos Comunitários, ao abrigo do Programa Operacional para os Açores, sem os quais seria impossível a PA realizar os respetivos investimentos.

O ano de 2015 marcará ainda a participação da PA no projeto GAINN4MoS, o qual, não podendo ser considerado uma continuação do projeto COSTA que terminou em abril de 2014 (a continuação será garantida pelo projeto Green CID, que decorrerá paralelamente), recolherá muitas das conclusões que resultaram deste. Os Açores, através da PA e da Mutualista Açoriana, S.A., integram o consórcio Português e que é constituído por seis países mediterrâneos, a saber, Portugal, Espanha, França, Itália, Eslovénia e Croácia. A candidatura conjunta ao projeto GAINN4MoS foi realizada em fevereiro de 2015 e aguarda aprovação no próximo mês de junho.

A proposta dos Açores visa o “Retrofitting” de um dos navios que efetua o transporte regular de mercadorias entre os Açores e Portugal Continental, consistindo em alterar o combustível utilizado pelo navio atualmente (de origem petrolífera) para Gás Natural Liquefeito (GNL).

Figura 42: Mapa dos Países participantes no projeto GAINN4MoS



Adicionalmente, o projeto, na sua fase de piloto, também prevê a demonstração da implementação de uma logística de abastecimento de GNL a um porto açoriano (neste caso, o porto da Praia da Vitória), previsivelmente através de um pipeline virtual de GNL entre o continente português e a R.A.A..

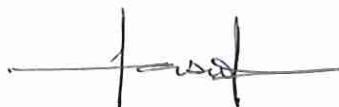
Na sua fase industrial, não incluída no âmbito da candidatura GAINN4MoS, o projeto pressupõe a construção de uma infra-estrutura de armazenamento e comercialização de GNL de média dimensão na R.A.A. (100 a 150 mil/m³).

12. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da PA, considerando o disposto no artigo 20.º dos estatutos da sociedade, propõe que o Resultado Líquido apurado, no montante negativo de 4.332.574,19 euros, seja levado a Resultados transitados.

Horta, 9 de abril de 2015

O Conselho de Administração



(Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento)



(Filipe Mota Fonseca Macedo)



(Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia)

CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS

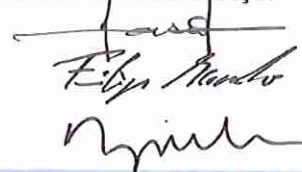
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E 2013

	NOTAS	31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	281.480.081,27	283.521.993,22
Ativos intangíveis	8	87.146,47	125.974,53
Participações financeiras	9	20.983.968,27	19.828.621,84
Outras contas a receber	12	2.845.881,00	4.500.250,00
Ativos por impostos diferidos	10	86.309,83	100.017,54
		<u>305.483.386,84</u>	<u>308.076.857,13</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	34.386,09	23.260,45
Clientes	6 e 12	6.723.860,45	6.799.747,83
Estado e outros entes públicos	13	240.296,03	213.224,78
Outras contas a receber	12	4.858.803,68	9.021.586,54
Diferimentos	14	645.514,27	657.362,64
Caixa e depósitos bancários	4	553.234,35	2.296.269,36
		<u>13.056.094,87</u>	<u>19.011.451,60</u>
Total do ativo		<u>318.539.481,71</u>	<u>327.088.308,73</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 15	40.238.700,00	40.238.700,00
Reservas legais	16	204.200,00	204.200,00
Outras reservas	16	21.403,15	21.403,15
Resultados transitados	16	(8.255.483,91)	(4.530.577,29)
Ajustamentos em ativos financeiros	16	12.878.459,60	12.270.962,16
Outras variações no capital próprio	16	176.943.009,21	177.080.243,97
		<u>222.030.288,05</u>	<u>225.284.931,99</u>
Resultado líquido do período		(4.332.574,19)	(2.912.097,78)
Total do capital próprio		<u>217.697.713,86</u>	<u>222.372.834,21</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	457.766,84	488.729,13
Estado e outros entes públicos	13	188.292,76	84.431,44
Financiamentos obtidos	18	38.151.332,86	29.983.477,38
Outras contas a pagar	19	39.633.501,46	43.993.718,54
		<u>78.430.893,92</u>	<u>74.550.356,49</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	19	2.462.067,59	2.814.133,39
Estado e outros entes públicos	13	817.044,75	1.288.428,69
Financiamentos obtidos	18	12.030.347,78	15.725.435,37
Outras contas a pagar	19	7.024.011,66	10.041.027,52
Diferimentos	14	77.402,15	296.093,06
		<u>22.410.873,93</u>	<u>30.165.118,03</u>
Total do passivo		<u>100.841.767,85</u>	<u>104.715.474,52</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>318.539.481,71</u>	<u>327.088.308,73</u>

O Técnico Oficial de Contas



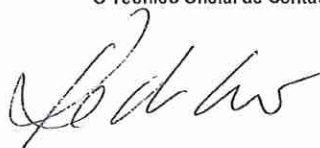
O Conselho de Administração



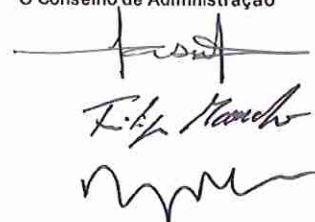
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	20	17.479.394,81	18.267.466,11
Subsídios à exploração	21	81.189,75	-
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	1.380.401,10	764.562,47
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(386.414,98)	(355.232,75)
Fornecimentos e serviços externos	22	(6.563.957,86)	(6.776.869,47)
Gastos com o pessoal	23	(11.363.128,80)	(11.158.973,44)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(165.276,38)	(191.196,20)
Provisões (aumentos/reduções)	17	(371,23)	9.171,97
Outros rendimentos e ganhos	24	5.731.445,93	6.614.228,37
Outros gastos e perdas	25	(477.558,47)	(156.245,92)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.715.725,87	7.016.911,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(7.288.417,08)	(7.290.882,10)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.572.691,21)	(273.970,96)
Juros e rendimentos similares obtidos	26	-	18.181,43
Juros e gastos similares suportados	26	(2.726.903,39)	(2.624.088,98)
Resultado antes de impostos		(4.299.594,60)	(2.879.878,51)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(32.979,59)	(32.219,27)
Resultado líquido do período		<u>(4.332.574,19)</u>	<u>(2.912.097,78)</u>
Resultado por ação básico		<u>(10,77)</u>	<u>(7,24)</u>

O Técnico Oficial de Contas



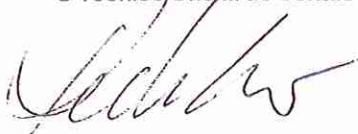
O Conselho de Administração



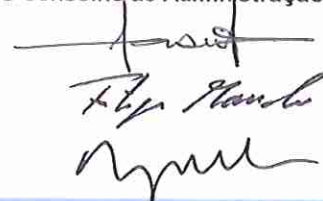
PORTOS DOS AÇORES, SA
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	NOTAS	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		18.210.240,46	19.306.995,81
Pagamentos a fornecedores		(8.410.335,00)	(8.600.955,47)
Pagamentos ao pessoal		(11.849.382,77)	(10.307.238,18)
Caixa gerada pelas operações		<u>-2.049.477,31</u>	<u>398.802,16</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(39.531,27)	(47.552,38)
Outros recebimentos/(pagamentos)	23	(722.441,41)	1.564.307,43
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u><u>-2.811.449,99</u></u>	<u><u>1.915.557,21</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(7.486.949,72)	(10.730.910,99)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-
Ativos intangíveis		0,00	-
Investimentos financeiros		20.000,00	-
Outros ativos		0,00	-
Subsídios ao investimento		6.648.313,23	9.685.469,21
Juros e rendimentos similares		0,00	18.181,43
Dividendos		0,00	10.000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u><u>(818.636,49)</u></u>	<u><u>(1.017.260,35)</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		15.900.000,00	9.437.400,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(11.297.866,00)	(7.179.413,68)
Juros e gastos similares		(2.715.082,53)	(2.345.249,85)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u><u>1.887.051</u></u>	<u><u>(87.263,53)</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes		(1.743.035,01)	811.033,33
Efeito da fusão	4	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.296.269,36	1.485.236,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	553.234,35	2.296.269,36

O Técnico/Oficial de Contas



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

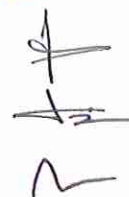
DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio		
Saldo em 1 de janeiro de 2013		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	-188.633,05	1.535.864,70	184.069.479,28	(4.247.123,66)	221.693.690,22
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	0,00	-	-	-	-
Saldo em 1 de janeiro de 2013		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	-188.633,05	1.535.864,70	184.069.479,28	(4.247.123,66)	221.693.690,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas	2	-	-	-	(38.235,85)	-	-	38.235,85	-
Aplicação dos resultados de 2012		-	-	-	(4.208.888,01)	-	-	4.208.888,01	-
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(97.547,78)	97.547,78	-	0,00	-
Ajustamentos em subsídios por impostos		-	-	-	-	-	(816.927,94)	0,00	(816.927,94)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	2.727,40	10.637.749,68	(6.172.307,67)	0,00	4.468.169,41
		-	-	-	(4.541.944,24)	10.735.297,46	-6.989.235,61	4.247.123,86	3.651.241,47
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
								(2.912.097,78)	(2.912.097,78)
RESULTADO INTEGRAL									
								(2.912.097,78)	(2.912.097,78)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(4.590.577,29)	12.270.862,16	177.080.243,67	(2.912.097,78)	222.372.833,91
Saldo em 1 de janeiro de 2014		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(4.590.577,29)	12.270.862,16	177.080.243,67	(2.912.097,78)	222.372.833,91
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contabilísticas	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2013		-	-	-	(2.912.097,78)	-	-	2.912.097,78	-
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(812.808,84)	812.808,84	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	4.360,217	-	4.360,217
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	0,00	(205.311,40)	(4.497.451,84)	-	(4.702.763,24)
		-	-	-	(3.724.906,62)	607.497,44	(137.234,46)	2.912.097,78	-342.545,86
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
								(4.332.574,19)	(4.332.574,19)
RESULTADO INTEGRAL									
								(4.332.574,19)	(4.332.574,19)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16	40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(8.255.483,91)	12.878.459,60	176.943.009,21	(4.332.574,19)	217.697.713,86



CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS

Anexo às demonstrações financeiras

Exercício de 2014 e 2013



1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade está atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor deste diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas por fusão, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais. O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

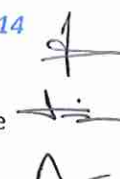
As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas

Internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.



3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição, com exceção dos ativos das empresas incorporadas no processo de fusão que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

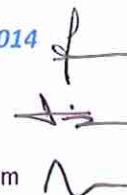
	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 80
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outras activos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.



Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(e) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas associadas são também mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à PORTOS DOS AÇORES do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas do grupo contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser



diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas do grupo, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os financiamentos concedidos são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de financiamentos concedidos a empresas de grupo são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação das participações financeiras são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

(f) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

(g) Ativos e passivos financeiros


Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, em cada data de relato, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

(h) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros



A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(j) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(k) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(l) Financiamentos obtidos

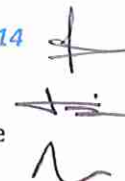
Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(m) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.



A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(n) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

(o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

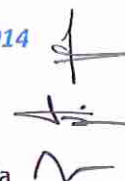
(p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(q) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

(r) Subsídios



As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(s) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

(t) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

(u) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(v) Imposto sobre o rendimento



Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(w) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do período de realização dos clientes e das contas a receber relacionadas com financiamentos dos investimentos, bem como do risco de crédito associado e de despesas elegíveis; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e na integração nas demonstrações financeiras dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração; (iii) na quantificação da provisão para pensões de reforma que não foi baseada em qualquer estudo atuarial; e (iv) nos eventuais ajustamentos que poderão emergir da negociação dos passivos financeiros em situação de não cumprimento contratual.

(x) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam



indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2014	2013
Numerário	11 784	9 741
Depósitos à ordem	540 451	2 285 528
Depósitos a prazo	1 000	1 000
	<u>553 234</u>	<u>2 296 269</u>

Existia um depósito a prazo no montante de 1.000 euros remunerados à taxa nominal de 0,25%, que serve de garantia a favor da Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2013, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

Divulgação da empresa mãe imediata


O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES foram considerados como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2014	2013
Remunerações	179 982	172 019
	<u>179 982</u>	<u>172 019</u>



Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

	Capital detido (%)
Empresas subsidiárias	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
Empresas associadas	
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20

Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2014	2013
Cientes e outras contas a receber		
Empresas subsidiárias		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	24 011	948 681
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	377 507	549 773
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	55 685	41 266
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	21	-
	<u>457 224</u>	<u>1 539 719</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	1 298	-
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	33 968	48 868
	<u>35 266</u>	<u>48 868</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:



	2014	2013
Serviços prestados		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	466 575	462 965
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	733 395	788 250
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 416 180	1 452 857
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	356	-
	<u>2 616 505</u>	<u>2 704 072</u>
Compras de produtos e serviços		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	1 067	322
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	216 521	197 224
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	8 340	1 330
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	4 216	4 480
	<u>230 144</u>	<u>203 356</u>

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2014					
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/Correções	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	264 934 383	32 460	28 667 575	-	293 634 418
Equipamento básico	29 471 816	29 069	357 028	(1 210 221)	28 647 692
Equipamento de transporte	676 071	-	-	(37 296)	638 775
Equipamento administrativo	2 445 704	48 397	41 318	(6 316)	2 529 103
Outros ativos fixos tangíveis	970 075	45 522	-	(712)	1 014 885
Investimentos em curso	29 527 281	5 201 167	(29 065 921)	(154 055)	5 508 473
	<u>346 103 702</u>	<u>5 356 615</u>	<u>-</u>	<u>(1 408 599)</u>	<u>350 051 717</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	38 968 571	5 451 444,85	-	-	44 420 015,35
Equipamento básico	19 917 516	1 600 892,06	-	(1 210 221)	20 308 186,90
Equipamento de transporte	647 026	18 930,72	-	(37 296)	628 660,81
Equipamento administrativo	2 245 416	114 472,33	-	(6 197)	2 353 691,35
Outros ativos fixos tangíveis	803 181	58 612,71	-	(712)	861 081,77
	<u>62 581 709</u>	<u>7 244 352,67</u>	<u>-</u>	<u>(1 254 425)</u>	<u>68 571 636</u>
Valor líquido	<u>283 521 993</u>				<u>281 480 081</u>



31 de dezembro de 2013

	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências/ abates	Saldo final
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	258 805 917	166 184	5 962 282	264 934 383
Equipamento básico	29 138 656	12 773	320 387	29 471 816
Equipamento de transporte	676 071	-	-	676 071
Equipamento administrativo	2 333 312	23 781	88 612	2 445 704
Outros ativos fixos tangíveis	939 990	30 084	-	970 075
Investimentos em curso	27 511 521	8 412 683	(6 396 923)	29 527 281
	<u>337 483 839</u>	<u>8 645 505</u>	<u>(25 641)</u>	<u>346 103 702</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	33 758 544	5 210 027	-	38 968 571
Equipamento básico	18 108 175	1 809 885	(544)	19 917 516
Equipamento de transporte	612 729	34 297	-	647 026
Equipamento administrativo	2 090 312	155 104	-	2 245 416
Outros ativos fixos tangíveis	730 135	73 045	-	803 181
	<u>55 299 895</u>	<u>7 282 358</u>	<u>(544)</u>	<u>62 581 709</u>
Valor líquido	<u>282 183 944</u>			<u>283 521 993</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	29 527 281	27 511 521
Investimento direto	5 201 167	8 412 683
	34 728 449	35 924 204
<u>Menos:</u>		
Transferência para ativos fixos tangíveis e anulações	(29 065 921)	(6 396 923)
Desreconhecimento	(154 055)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>5 508 473</u>	<u>29 527 281</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o custo acumulado dos Investimentos em curso, incluindo os ativos que transitaram das empresas incorporadas, compreende:

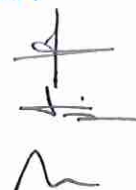


	2014	2013
Reordenamento do porto da Madalena do Pico	-	13 152 472
Rampa Ro Ro do porto das Lajes das Flores	-	1 411 110
Rampa Ro Ro de São Roque do Pico	-	3 480 833
Terminal de passageiros do Porto da Madalena	-	6 368 000
Novas Oficinas Gerais	1 004 064	775 824
Construção Rampa Ro-Ro da Graciosa	-	792 545
Plano Integrado Baía AH-Fase I	2 402 517	1 313 788
Ampliação do Cais Comercial das Velas	238 216	226 500
Reordenamento da Inserção da Avenida Kokpe	437 134	7 500
Outros	1 426 542	1 998 708
	<u>5 508 473</u>	<u>29 527 281</u>

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2014				
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	46 588	5 236	81 246	133 071
Investimento em curso	81 246	-	(81 246)	-
Adiantamentos por conta de ativos Intangíveis	10 461	-	-	10 461
	<u>138 295</u>	<u>5 236</u>	<u>-</u>	<u>143 532</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	12 321	44 064	-	56 385
	<u>12 321</u>	<u>44 064</u>	<u>-</u>	<u>56 385</u>
Valor líquido	<u>125 975</u>			<u>87 146</u>
31 de dezembro de 2013				
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	7 594	15 369	23 625	46 588
Investimento em curso	80 796	450	-	81 246
Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	10 461	-	-	10 461
	<u>98 851</u>	<u>15 819</u>	<u>23 625</u>	<u>138 295</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	3 797	8 524	-	12 321
	<u>3 797</u>	<u>8 524</u>	<u>-</u>	<u>12 321</u>
Valor líquido	<u>95 054</u>			<u>125 975</u>



9. Participações financeiras

O saldo da rubrica "Participações financeiras" encontra-se valorizado com base nos seguintes métodos:

	2014	2013
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	20 963 712	19 808 622
Participações financeiras - método de custo	20 000	20 000
Participações financeiras - método de justo valor	257	-
	<u>20 983 968</u>	<u>19 828 622</u>

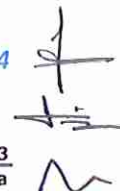
Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras registada pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2014	2013
Saldo inicial	19 808 622	8 451 818
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(10 000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Variação no capital próprio	(205 311)	10 602 241
Resultados do ano	1 380 401	764 562
Saldo final	<u>20 963 712</u>	<u>19 808 622</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

	31 de dezembro de 2014			
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(23 280)	(42 809)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	24 046 812	1 643 516	20 192 133
				<u>20 192 133</u>
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 545 665	11 477	386 416
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	260 193	(57 351)	52 038
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 171 739	191 681	234 348
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	493 878	(49 334)	98 776
				<u>771 578</u>
				<u>20 963 712</u>



Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2013			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	19 529	(26 876)	19 529
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	22 618 593	934 079	<u>18 992 857</u>
				<u>19 012 386</u>
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 632 292	29 658	408 073
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	317 544	(145 084)	63 509
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 080 058	205 237	216 012
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	543 212	(61 765)	<u>108 642</u>
				<u>796 236</u>
				<u><u>19 808 622</u></u>

Participações financeiras – método de custo

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a contribuição de 20.000 euros no património social da Associação Portas do Mar encontra-se registada pelo método de custo.

Participações financeiras - método de custo	2014	2013
Associação Portas do Mar	<u>20 000</u>	<u>20 000</u>

Participações financeiras – método do justo valor

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as participações financeiras reconhecidas e mensuradas através método do justo valor são as seguintes:

Participações financeiras - método de justo valor	2014	2013
Fundo de Compensação do Trabalho	<u>257</u>	<u>-</u>

10. Ativos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:



Em 31 de dezembro de 2014					
	Constituição	Reversão	Alteração de taxa		
	Saldo inicial	Resultados do ano	Resultados do ano	Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Provisões não aceites fiscalmente	97 257	74	(6 235)	(7 324)	83 771
Perdas por imparidade de créditos	2 760	-	-	(222)	2 539
	<u>100 018</u>	<u>74</u>	<u>(6 235)</u>	<u>(7 546)</u>	<u>86 310</u>

Em 31 de dezembro de 2013					
	Constituição	Reversão	Alteração de		
	Saldo inicial	Resultados do ano	Resultados do ano	Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Provisões não aceites fiscalmente	113 330	-	(20 471)	4 399	97 257
Perdas por imparidade de créditos	2 636	-	-	125	2 760
	<u>115 965</u>	<u>-</u>	<u>(20 471)</u>	<u>4 523</u>	<u>100 018</u>

Não foi reconhecido nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis à PORTOS DOS AÇORES, por não existirem expectativas fundamentadas na sua recuperabilidade no período de reporte. (Nota 13)


11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Saldo inicial	23 260	24 361
Compras	397 541	354 133
Inventário final	<u>(34 386)</u>	<u>(23 260)</u>
Custo das vendas	<u>386 415</u>	<u>355 233</u>
Inventário final	34 386	23 260
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>34 386</u>	<u>23 260</u>

12. Clientes e Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica resume-se como segue:



	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Cientes				
Partes relacionadas (Nota 6)	457 224	-	1 539 719	-
Outros	6 266 637	-	5 260 028	-
Cobrança duvidosa	<u>1 216 285</u>	-	<u>1 051 009</u>	-
	7 940 145	-	7 850 756	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(1 216 285)</u>	-	<u>(1 051 009)</u>	-
	<u>6 723 860</u>	-	<u>6 799 748</u>	-
Outras contas a receber				
Acréscimos de rendimentos	18 893	-	37 059	-
Subsídios a receber	4 839 537	2 845 881	8 977 193	4 500 250
Pessoal	<u>374</u>	<u>13 872</u>	<u>7 335</u>	<u>13 872</u>
	4 858 804	2 859 753	9 021 587	4 514 122
Perdas por imparidades acumuladas	-	<u>(13 872)</u>	-	<u>(13 872)</u>
	<u>4 858 804</u>	<u>2 845 881</u>	<u>9 021 587</u>	<u>4 500 250</u>

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, incluindo as parcelas suportadas pela Região Autónoma dos Açores, dos quais destacam-se:

	2014
Novo Parque Oficial do Porto de Ponta Delgada	1 035 940
Plano Integrado Baía AH-Fase I	854 069
Reordenamento do porto de São Roque do Pico	178 032
Terminal de Passageiros do Porto da Madalena	365 143
Resolução 59/2009	1 564 965
Resolução 127/2014	2 819 250
Outros	<u>873 419</u>
	<u>7 690 818</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 existe uma verba de 2.845.881 e 4.500.250 euros, respetivamente, contabilizada por contrapartida de capitais próprios, em que parte poderá ser disponibilizada nos seguintes anos, de acordo com o seguinte reescalamento financeiro:

	2014	2013
2015	-	500 000
2016	2 845 881	1 218 983
2017	-	1 218 983
Prazo indefinido	-	<u>1 562 285</u>
	<u>2 845 881</u>	<u>4 500 250</u>

Os subsídios a devolver às entidades financiadoras que perfazem o montante de 32.243 euros são mostrados em Outras contas a pagar (Nota 19).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as perdas por imparidade acumuladas tiveram os seguintes movimentos:

Em 31 de dezembro de 2014				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes	1 051 009	192 963	(27 686)	1 216 285
Outras contas a receber	13 872	-	-	13 872
	<u>1 064 881</u>	<u>192 963</u>	<u>(27 686)</u>	<u>1 230 157</u>

Em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes	859 812	379 911	(188 715)	1 051 009
Outras contas a receber	13 872	-	-	13 872
	<u>873 684</u>	<u>379 911</u>	<u>(188 715)</u>	<u>1 064 881</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

O montante líquido de 165.276 euros resultante das perdas e das reversões apuradas no ano são registadas em Imparidades de dívidas a receber na demonstração dos resultados (em 2013 – 191.196 euros).

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamento especial por conta	120 490	-	90 622	-
IRC a pagar	-	18 591	-	12 612
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	161 690	-	480 061
Rendimentos profissionais	-	2 495	-	4 080
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	686	-	603	-
IVA - reembolsos pedidos	119 120	-	122 000	-
IMI	-	270 594	-	-
Contribuições sociais	-	551 766	-	876 107
Outros	-	202	-	-
	<u>240 296</u>	<u>1 005 338</u>	<u>213 225</u>	<u>1 372 860</u>



Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 20% (DLR 2/99 A), correspondendo a uma taxa nominal de 18,4%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 20% e acrescida de 1,5% taxa da derrama municipal.

	2014	2013
Taxa nominal IRC do ano seguinte	<u>21,00%</u>	<u>23,00%</u>
Taxa de IRC para a RAA (DLR 2/99-A)	16,80%	18,40%
Derrama Municipal	<u>1,50%</u>	<u>1,50%</u>
Taxa aplicar Imposto diferido	<u>18,3%</u>	<u>19,9%</u>

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresenta se como se segue:

	2014	2013
Retenções efetuadas por terceiros	681	3 659
Estimativa de IRC do ano	<u>(19 272)</u>	<u>(16 271)</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar	<u>(18 591)</u>	<u>(12 612)</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2014	2013	Ano de reporte
2010	34 244	34 244	2015
2011	16 676	16 676	2016
2012	14 298	14 298	2017
2013	25 405	25 405	2018
2014	29 868	-	2021
	<u>120 490</u>	<u>90 622</u>	

O montante de 32.219 euros registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:



	2014	2013
Imposto corrente	(19 272)	(16 271)
Imposto diferido	<u>(13 708)</u>	<u>(15 948)</u>
	<u>(32 979)</u>	<u>(32 219)</u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de cinco anos para os períodos de tributação de 2012 e 2013). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

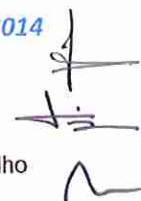
Ano de geração	2014	2013	Ano de reporte
2008	1.933.624	1.933.624	2014
2009	3.224.403	3.224.403	2015
2010	4.284.494	4.284.494	2014
2011	948.215	948.215	2015
2012	3.940.737	3.940.737	2017
2013	3.196.960	3.685.832	2018
2014 (a)	3.645.390	-	2026
	<u>21.173.824</u>	<u>18.017.306</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.



Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de 161.690 euros dizia respeito às retenções na fonte do IRS de trabalho dependente do mês de dezembro de 2014, liquidadas em abril de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 551.766, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2014, às entidades Segurança Social, CGA, ADSE e Ministério da Defesa Nacional. Na presente data, as contribuições não se encontravam ainda liquidadas.

Em 2014, foi celebrado um acordo de dívida com a Segurança Social para pagamento das contribuições referentes aos meses de maio, junho, julho e setembro de 2014, no valor de 329.344, através de um plano prestacional a ser liquidado em 36 prestações das quais 3 foram pagas em 2014. As prestações vincendas serão liquidadas nos seguintes anos:

2015	109.781
2016	109.781
2017	78.511
	<u>298.074</u>

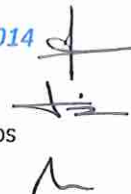
O saldo a pagar do IMI, no valor de 270.594 compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Este imposto foi considerado como uma exigibilidade, não obstante a Administração entendeu que a exigência não se enquadra à natureza dos ativos geridos pela Portos dos Açores.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:

	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	51 225	20 360
Combustíveis	110 360	113 165
Fardamento/EPI	6 655	814
Lubrificantes e outros	25 427	20 629
Máquinas e equipamentos	398 755	447 903
Material de consumo	52 072	54 350
Outros	1 020	142
	<u>645 514</u>	<u>657 363</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	77 402	296 093
	<u>77 402</u>	<u>296 093</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito às aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com período de vigência contratual.



Estão registados em Outros rendimentos a reconhecer as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2014.

15. Capital realizado

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

16. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2014 e 2013 decorreram de:


Resultados transitados

	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	(4 530 577)	(188 633)
Alterações das políticas contabilísticas	-	(38 236)
Aplicação dos resultados do período anterior	(2 912 098)	(4 208 888)
Resultados não atribuídos participadas	(812 809)	(97 548)
Outras variações	-	2 727
Saldo em 31 de dezembro	<u>(8 255 484)</u>	<u>(4 530 577)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 7 de maio de 2014, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2013, no montante de 2.912.098 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros

	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	12 270 962	1 535 665
Variações nos capitais próprios (Nota 9)		
ATLANTICOLINE	603 562	10 650 026
OPERTERCEIRA	21 047	12 250
AGESPI	(17 112)	(24 526)
Resultados não atribuídos	-	97 548
Saldo em 31 de dezembro	<u>12 878 460</u>	<u>12 270 962</u>



O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias.

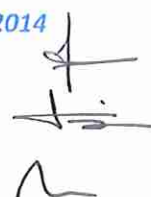
Outras variações em capitais próprios

	Subsídio	Ajustamento subsídio - Impostos	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2013	227 246 270	(43 176 791)	
Subsídios atribuídos (Nota 10 e 12)	1 298 186	(246 655)	
Desreconhecimento de subsídios	(1 916 130)	364 065	
Transferência para resultados (Nota 10 e 24)	(5 554 364)	1 055 329	
Correção de taxa do imposto (Nota 10)	-	(1 989 667)	<u>177 080 244</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>221 073 963</u>	<u>(43 993 719)</u>	
Subsídios atribuídos (Nota 10 e 12)	3 298 590	(656 419)	
Desreconhecimento de subsídios	(2 593 652)	516 137	
Transferência para resultados (Nota 10 e 24)	(5 202 390)	1 035 276	
Correção de taxa do imposto (Nota 10)	-	3 465 224	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>216 576 511</u>	<u>(39 633 502)</u>	<u>176 943 009</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido do imposto a pagar no futuro que é registado no passivo não corrente. Os subsídios são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O saldo da rubrica de Outras contas a pagar assim gerado será subseqüentemente anulado, à medida que esses subsídios sejam imputados a resultados (Nota 19).

17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi o seguinte:



	Em 31 de dezembro de 2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	488 729	371	-	(31 334)	457 767

	Em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	527 473	-	(9 172)	(29 572)	488 729

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

A provisão constituída para esse efeito em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não tem qualquer suporte de um estudo atuarial.

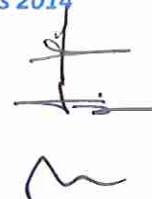
18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Contas correntes cauciona	500 000	-	6 500 000	-
Empréstimos bancários	3 339 173	36 762 915	2 923 553	26 558 477
Contratos de locação finan	14 370	6 830	34 545	-
Incentivos financeiros	8 239 718	1 452 620	6 267 337	3 425 000
	<u>12 093 261</u>	<u>38 222 364</u>	<u>15 725 435</u>	<u>29 983 477</u>
Encargos a pagar	(62 913)	(71 031)	-	-
	<u>12 030 348</u>	<u>38 151 333</u>	<u>15 725 435</u>	<u>29 983 477</u>

As contas correntes caucionadas utilizadas apresentavam as seguintes condições:

Entidade bancária	Montante em dívida	Euribor	Spread	Garantia
Montepio Geral	500 000	3 meses	6,50%	Carta conforto RAA



Em 31 de dezembro de 2014, a Portos dos Açores não tinha linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo podem ser assim resumidas:

Entidade bancária	Montante em dívida	Euribor	Spread	Data fim	Duração	Garantia
DEXIA SABADELL	2 291 667	12 meses	-0,25%	01/08/2019	15 anos	Aval da RAA
BANIF	11 780 815	1 mês	7,00%	16/06/2022	10 anos	Carta conforto da RAA
Montepio Geral	885 541	3 meses	6,50%	23/10/2022	10 anos	Equipamento portuário
Montepio Geral	464 754	3 meses	6,50%	19/12/2022	10 anos	Equipamento portuário
Milennium BCP	445 412	6 meses	0,20%	25/09/2018	10 anos	ITP
Milennium BCP	4 883 898	1 mês	7,00%	10/07/2017	11 anos e 6 meses	Carta conforto da RAA
Milennium BCP	10 000 000	1 mês	3,95%	23/12/2024	10 anos	Aval da RAA
Banco BIC	5 350 000	1 mês	6,00%	06/11/2018	5 anos	Consignação de receitas
Novo Banco	4 000 000	3 meses	3,65%	29/07/2019	5 anos	Carta conforto
	<u>40 102 088</u>					

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Total
2015	3 339 173	8 239 718	14 370	11 593 261
2016	3 389 549	549 477	6 830	3 945 856
2017	5 886 543	361 257	-	6 247 801
2018	5 637 478	361 257	-	5 998 735
2019	6 038 068	180 629	-	6 218 696
2020	1 646 216	-	-	1 646 216
2021 e seguintes	14 165 061	-	-	14 165 061
	<u>40 102 088</u>	<u>9 692 338</u>	<u>21 200</u>	<u>49 815 625</u>

Os financiamentos obtidos (subsídios reembolsáveis) do Turismo de Portugal têm prestações de capital vencidas de 2011 a 2014 que perfaziam o montante de 6.267.337 euros, em 31 de dezembro de 2014, e estão apresentados de acordo com os planos financeiros inicialmente aprovados, todavia, foi apresentado uma proposta de reestruturação financeira, ainda não aprovada, para os quais foram solicitados novas maturidades que, conjuntamente, com a aplicação da carência suplementar prevista na Portaria 1020/2010 e do alargamento de prazo previsto no mesmo diploma, assegure a liquidação das prestações mais atrasadas e, deste modo, possa garantir a passagem destas operações a uma situação regular, abandonando-se assim a hipótese de utilizar as garantias bancárias que asseguram o reembolso dos valores vencidos.

19. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Partes relacionadas (Nota 6)	35 266	-	48 868	-
Fornecedores	2 426 801	-	2 765 265	-
	<u>2 462 068</u>	<u>-</u>	<u>2 814 133</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar				
Pessoal	6 020	-	18 106	-
Fornecedores de investimento	4 866 839	-	7 032 368	-
Remunerações a liquidar	1 005 892	-	986 391	-
Juros a liquidar	89 139	-	93 657	-
Subsídios a devolver (Nota 12)	30 243	-	30 243	-
Ajustamentos em subsídios	-	39 633 501	-	43 993 719
Acrescimos de gastos	96 124	-	78 821	-
Extração da areia	749 074	-	1 411 305	-
Taxas de reestruturação e portuárias	-	-	330 472	-
Cauções recebidas	169 353	-	47 871	-
Outros	11 328	-	11 795	-
	<u>7 024 012</u>	<u>39 633 501</u>	<u>10 041 028</u>	<u>43 993 719</u>

O montante de 330.472 euros referente às taxas de reestruturação portuária das extintas juntas portuárias foram desreconhecidas. A Administração entende que não existe uma efetiva exigibilidade deste montante (Nota 25).

O saldo classificado em não corrente é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento.

20. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis, bem como os seguintes serviços prestados pelas administrações portuárias na respetiva área de jurisdição, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária dos portos:

	2014	2013
Vendas		
Combustível	440 452	381 103
	<u>440 452</u>	<u>381 103</u>
Serviços prestados		
Operações de navios e embarcações	4 845 721	4 882 944
Operações de carga	3 157 577	3 291 842
Utilização de equipamentos	4 892 761	5 267 239
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e eletricidade	1 606 512	1 847 126
Alugueres, ocupações e concessões	1 394 552	1 463 920
Exploração náutica de recreio	807 943	818 612
Outros serviços prestados	333 876	314 681
	<u>17 038 943</u>	<u>17 886 364</u>
Vendas e serviços prestados	<u>17 479 395</u>	<u>18 267 466</u>



21. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2014 e de 2013 a Portos dos Açores reconheceu os seguintes montantes na rubrica "Subsídios à exploração":

	2014	2013
Projeto Macsimar	81 190	-
	<u>81 190</u>	<u>-</u>

Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que servem para compensar a entidade por despesas incorridas no âmbito do projeto Macsimar.

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foi a seguinte:

	2014	2013
Subcontratos - Gestão Portas do Mar	841 843	985 705
Subcontratos - outros	763 689	669 427
Trabalhos especializados	494 340	424 948
Vigilância e segurança	861 008	950 502
Conservação e reparação	982 748	1 092 793
Serviços especializados - outros	214 045	211 399
Materiais	88 850	63 371
Electricidade	588 182	582 427
Combustíveis	570 778	621 699
Energia e fluídos - outros	284 645	262 227
Deslocações, estadas e transportes	117 479	126 438
Serviços diversos	756 351	785 934
	<u>6 563 958</u>	<u>6 776 869</u>

23. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2014 e 2013 detalham-se conforme se segue:



	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	179 982	172 019
Remunerações do pessoal	8 135 445	8 461 741
Benefícios Pós-Emprego	597 950	-
Encargos sobre remunerações	1 857 646	1 679 673
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	101 465	151 035
Gastos de ação social	32 800	14 852
Outros gastos com o pessoal		
Indeminizações	249 879	561 850
Outros	207 962	117 803
	<u>11 363 129</u>	<u>11 158 973</u>

O número médio de pessoal em 31 de dezembro de 2014 é de 263 trabalhadores (em 2013 – 272 trabalhadores).

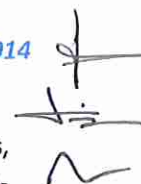
Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica “Benefícios Pós-Emprego” corresponde à reposição em parte do corte salarial imposto pelo Orçamento de Estado de 2014 aos empregados da Empresa, por intermédio de um seguro contratado pela Empresa com a entidade Açoreana Seguros. Decorrente do seguro contratado, o mesmo é pago mensalmente pela Empresa à seguradora, que por sua vez entrega o montante recebido aos empregados da Empresa, não existindo responsabilidades passadas por liquidar pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 para com os seus empregados relativamente à referida reposição.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão registadas na rubrica de Outros os montantes de 249.879 e 561.850 euros, respetivamente, relacionados com indemnizações por cessão do contrato de trabalho.

24. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram como segue:

	2014	2013
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	45 947	13 389
Descontos de pronto pagamento obtidos	46	26
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	38 024	1 102 009
Subsídios ao investimento (Nota 16)	5 202 390	5 497 861
Correções relativas a períodos anteriores	2 038	937
Excesso de estimativa para imposto	323	-
Juros de mora	100 641	6
Taxas de reestruturação	330 472	-
Outros	11 566	-
	<u>5 731 446</u>	<u>6 614 228</u>



Em 23 de julho de 2013 foi atribuído um salário de salvamento marítimo, no montante de 1.070.000 euros, proveniente da participação numa operação de salvação marítima que se consubstanciou na prestação de socorro a um navio, incluindo o frete em risco, que foi finalizada em 22 de maio de 2012.

Como indicado na Nota 16, os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados.

O montante de 330.472 euros referente às taxas de reestruturação portuária das extintas juntas portuárias foram desconhecidas. A Administração entende que não existe uma efetiva exigibilidade deste montante tendo sido desconhecido por contrapartida de resultados.

O montante de 100.641 euros corresponde aos juros debitados aos clientes por atraso nos recebimentos.

25. Outros gastos e perdas

Na rubrica de Outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013
Outros gastos e perdas		
Impostos diretos		
IMI	327 551	6 390
Impostos indiretos	5 600	8 334
Taxas	5 136	2 031
Descontos de pronto pagamento	86	1
Quotizações	14 750	15 883
Donativos	53 071	50 826
Multas e penalidades	4 999	12 371
Juros de mora contratuais	40 451	17 850
Correções relativas a exercício anteriores	17 277	27 510
Outros	8 637	15 050
	<u>477 556</u>	<u>156 246</u>

O saldo da conta de IMI compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos seguintes anos (Nota 13 e 29):

	Coleta
2010	61 572
2011	61 572
2012	61 572
2013	57 174
2014	85 662
	<u>327 551</u>

26. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2014 e de 2013, tinham a seguinte composição:

	2014	2013
Juros e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	-	18 181
	-	18 181
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	2 242 830	2 140 882
Juros de mora e compensatórios	933	-
Outros juros	2 923	5 696
Outros		
Comissões bancárias	343 319	295 530
Imposto de selo	136 799	181 981
Outros juros	100	-
	<u>2 726 903</u>	<u>2 624 089</u>

27. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 36.762.410 euros.

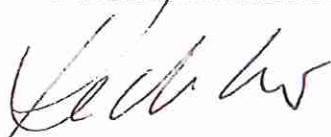
28. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2014 atingiam um valor de 7.577.183 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos.

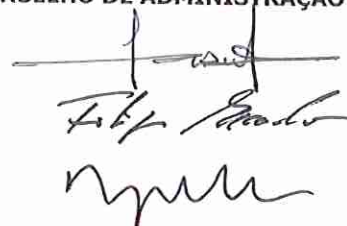
29. Ativos e passivos contingentes

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e, em parte liquidadas, que foram registadas nas demonstrações financeiras (Nota 13 e 25) com exceção dos juros compensatórios. Não obstante, se perspetivar, tendo em não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais, foi entendido reconhecer nas demonstrações financeiras os pagamentos que sejam exigidos a este propósito.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

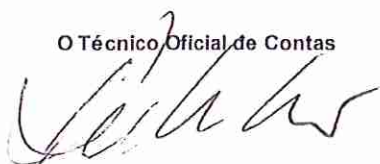


CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS

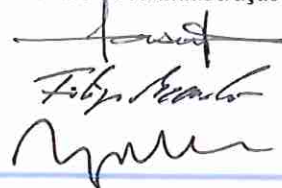
BALANÇO CONSOLIDADO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

ATIVO	NOTAS	2014	2013
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	301.394.742	304.609.666
Ativos intangíveis	8	91.814	234.497
Participações financeiras	9	817.835	861.765
Outras contas a receber	12	2.845.881	4.500.250
Ativos por impostos diferidos	10	86.310	101.131
		<u>305.236.582</u>	<u>310.307.308</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	61.955	54.961
Clientes	12	7.268.786	6.335.213
Estado e outros entes públicos	13	307.288	225.256
Outras contas a receber	12	14.465.581	24.153.130
Diferimentos	14	645.514	657.363
Ativos não correntes detidos para venda	15	-	202.000
Caixa e depósitos bancários	4	589.914	2.349.284
		<u>23.339.038</u>	<u>33.977.207</u>
Total do ativo		<u>328.575.620</u>	<u>344.284.515</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 16	40.238.700	40.238.700
Reservas legais	17	204.200	204.200
Outras reservas	17	21.403	21.403
Resultados transitados	17	(10.643.339)	(7.737.292)
Ajustamentos em ativos financeiros	17	228.562	224.626
Outras variações no capital próprio	17	191.980.762	192.333.294
		<u>222.030.288</u>	<u>225.284.932</u>
Resultado líquido do período		(4.332.574)	(2.912.098)
Interesses minoritários	18	3.854.678	3.625.736
Total do capital próprio		<u>221.552.392</u>	<u>225.998.571</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	19	457.767	488.729
Estado e outros entes públicos	13	188.293	84.431
Financiamentos obtidos	20	38.231.141	30.423.189
Passivos por impostos diferidos	10	4.028	9.917
Outras contas a pagar	21	43.059.048	47.809.963
		<u>81.940.275</u>	<u>78.816.229</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	21	2.539.694	3.066.004
Estado e outros entes públicos	13	834.027	1.361.116
Financiamentos obtidos	20	14.047.469	21.210.283
Outras contas a pagar	21	7.240.043	13.095.152
Diferimentos	14	421.718	737.161
		<u>25.082.952</u>	<u>39.469.715</u>
Total do passivo		<u>107.023.227</u>	<u>118.285.945</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>328.575.620</u>	<u>344.284.515</u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



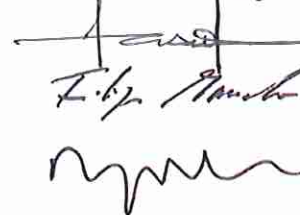
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
 EM 31 DEZEMBRO DE 2014 E 2013

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	22	19.570.836	20.577.989
Subsídios à exploração	23	7.081.190	7.567.023
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	9 e 24	339	(19.784)
Trabalhos para a própria entidade	7	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(460.206)	(435.169)
Fornecimentos e serviços externos	25	(13.980.886)	(14.216.818)
Gastos com o pessoal	26	(12.260.734)	(12.042.625)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(193.645)	(212.079)
Provisões (aumentos/reduções)	19	(371)	9.172
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	15	-	-
Outros rendimentos e ganhos	27	8.679.059	7.204.542
Outros gastos e perdas	28	(585.655)	(223.527)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7.849.926	8.208.724
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(8.674.139)	(7.912.672)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(824.213)	296.052)
Juros e rendimentos similares obtidos	29	11.300	62.890
Juros e gastos similares suportados	29	(3.096.380)	(3.009.916)
Resultado antes de impostos		(3.909.294)	(2.650.974)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(159.826)	(111.392)
Resultado líquido do período		(4.069.120)	(2.762.366)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(4.332.574)	(2.912.098)
Interesses minoritários	18	263.454	149.732
		(4.069.120)	(2.762.366)
Resultado por acção básico		(10,11)	(6,86)

O Técnico Oficial de Contas



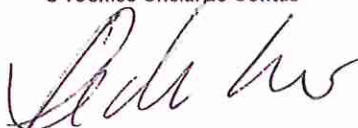
O Conselho de Administração



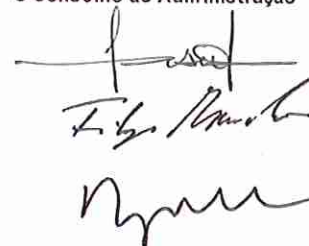
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	NOTAS	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		24.405.138	28.022.399
Pagamentos a fornecedores		(16.323.678)	(16.018.240)
Pagamentos ao pessoal		(12.748.626)	(11.206.593)
Caixa gerada pelas operações		<u>(4.667.166)</u>	<u>797.565</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(270.384)	(105.273)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(294.594)	3.443.687
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>(5.232.144)</u>	<u>4.135.979</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(10.396.405)	(25.752.102)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		6.000.000	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		8.286.631	22.070.636
Juros e rendimentos similares		-	18.181
Dividendos		20.000	10.000
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u>3.910.226</u>	<u>(3.653.285)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		18.900.000	12.222.400
Juros e rendimentos similares		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(16.238.315)	(9.263.335)
Juros e gastos similares		(3.095.861)	(2.745.231)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u>(434.176)</u>	<u>213.834</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		(1.756.094)	696.528
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.346.008	1.649.480
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	589.914	2.346.008

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



PORTOS DOS AÇORES, S.A.
 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

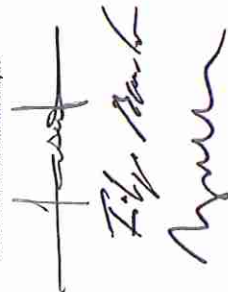
DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do capital próprio		
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Interesses minoritários
Saldo em 1 de janeiro de 2013		40.238.700	204.200	21.403	(1.405.323)	220.656	186.639.414	(4.247.124)	221.071.927	1.449.693	223.121.620
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de janeiro de 2013		40.238.700	204.200	21.403	(1.405.323)	220.656	186.639.414	(4.247.124)	221.071.927	1.449.693	223.121.620
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		-	-	-	(4.208.098)	-	-	4.208.000	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2012		-	-	-	(16.246)	16.246	-	-	-	-	-
Resultados não atribuídos		-	-	-	-	-	(4.001.804)	-	(4.001.804,32)	-	(4.001.804,32)
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	(2.108.834)	(12.276)	9.785.774	38.236	7.704.900	2.026.311	9.731.211
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(6.331.969)	3.971	5.693.860	4.247.124	3.613.005	2.026.311	5.639.317
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	(2.912.098)	(2.912.098)	149.732	(2.762.366)
RESULTADO INTEGRAL		-	-	-	-	-	-	(2.912.098)	(2.912.098)	149.732	(2.762.366)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		40.238.700	204.200	21.403	(7.737.291)	224.626	192.333.294	(2.912.098)	222.372.834	3.625.736	225.998.570
Saldo em 1 de janeiro de 2014		40.238.700	204.200	21.403	(7.737.291)	224.626	192.333.294	(2.912.098)	222.372.834	3.625.736	225.998.570
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		-	-	-	(2.912.098)	-	-	2.912.098	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2013		-	-	-	(28.462)	-	-	-	(28.462)	-	(28.462)
Resultados não atribuídos		-	-	-	-	-	4.752.280	-	4.752.280	-	4.752.280
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	3.936	(5.104.820)	-	(5.066.372)	(34.512)	(5.100.894)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(2.906.048)	3.936	(352.532)	2.912.098	(342.540)	(34.511,94)	(377.038)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	(4.332.574)	(4.332.574)	263.454	(4.069.120)
RESULTADO INTEGRAL		-	-	-	-	-	-	(4.332.574)	(4.332.574)	263.454	(4.069.120)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		40.238.700	204.200	21.403	(10.643.339)	228.562	101.080.702	(4.332.574)	217.697.714	3.884.670	221.582.382

17 e 18

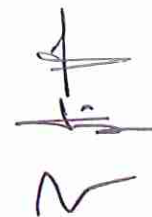
O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



CAPÍTULO V – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas**Exercício de 2014 e 2013****1. Introdução**

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade está atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, a PORTO DOS AÇORES, S.A. incorporou por fusão as sociedades Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A., que detinha a totalidade do capital social. Assim, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor do presente diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais.

O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social e, conseqüentemente, do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

As empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são:



Empresas	Sede	Proporção do capital detido Direta
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
ATLÂNTICOLINE, S.A	Ponta Delgada	83,97%

A NAVAL CANAL não foi incluída na consolidação, pelo método de integração global, por ser imaterial para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo.

O objeto da sua subsidiária ATLÂNTICOLINE é a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque, e a gestão náutica e comercial de navios, podendo explorar navios próprios ou de terceiros, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem.

A proporção do capital social não detido na ATLÂNTICOLINE é da Região Autónoma dos Açores no capital social desta participada.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a seguinte proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Sede	Proporção do capital detido Direta
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nestas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2010 e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às

normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

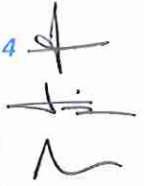
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Princípios de consolidação

A consolidação das participações financeiras em empresas subsidiárias que estão identificadas na Nota 1 efetuou-se pelo método de consolidação integral. As empresas subsidiárias são aquelas em que em que a PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os saldos e transações significativas entre as empresas incluídas na consolidação integral foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado como interesses minoritários.

As empresas associadas identificadas na Nota 1 foram incluídas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.



Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede a quantia escriturada das empresas associadas, essa quantia é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

(c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostradas ao custo de aquisição, com exceção dos ativos das administrações portuárias que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 80
Equipamento básico	2 a 25
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

(d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.



(e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(f) Participações financeiras

As participações financeiras noutras empresas são mensuradas pelo método custo deduzida das perdas por imparidade acumuladas.

(g) Inventários

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

(h) Ativos não correntes detidos para venda

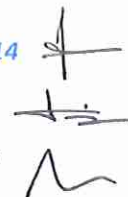
Os ativos não correntes estão classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

As perdas por imparidade relativamente a qualquer redução inicial ou posterior do ativo para o justo valor menos os custos de vender são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou qualquer aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um ativo, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida.

(i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em



cada data de relato, ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

(j) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(k) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(l) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

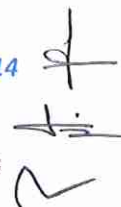
(m) Financiamentos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(n) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações



operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(o) Caixa e seus equivalentes

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no passivo corrente.

(p) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.


A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(q) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

**(r) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(s) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

(t) Subsídios

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

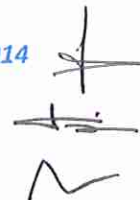
Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(u) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. a PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

O rédito no âmbito do contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo à exploração de navios de transporte de veículos e passageiros entre as ilhas do arquipélago dos Açores assume a natureza de compensação dos gastos não diretamente suportados pelos seus utilizadores e é assegurado mediante transferências a efetuar pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores. O rédito não previsto anualmente no orçamento regional somente é reconhecido quando for provável que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

**(v) Especialização de gastos e rendimentos**

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

(w) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(x) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

**(y) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas**

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existentes à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos subsequentes são as que se seguem:

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do período.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Administração da probabilidade da sua recuperação. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação são analisadas de forma periódica, podendo conduzir a ajustamentos significativos em resultado da variação dos pressupostos utilizados ou pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

Embora sejam apenas reconhecidos quando existam fortes probabilidades de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, os ativos por impostos diferidos são reapreciados periodicamente pela Administração com base na expectativa do desempenho futuro.

(z) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2014	2013
Numerário	12 304	10 185
Depósitos à ordem	576 610	2 338 100
Depósitos a prazo	1 000	1 000
	589 914	2 349 284
Descobertos bancários	-	(3 276)
	589 914	2 346 008

Existia um depósito a prazo no montante de 1.000 euros remunerados à taxa nominal de 0,25%, que serve de garantia a favor da Direção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2013, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

Divulgação da empresa mãe imediata

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.



Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES, foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da empresa.

	2014	2013
Remunerações	179 982	172 019
	<u>179 982</u>	<u>172 019</u>

Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

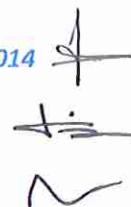
	Capital detido (%)
Empresas subsidiárias	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
Empresas associadas	
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20

Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a PORTOS DOS AÇORES apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2014	2013
Cientes e Outras contas a receber		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	377 507	549 773
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	55 685	41 266
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	21	-
	<u>433 213</u>	<u>591 039</u>
Fornecedores e Outras contas a pagar		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	1 298	-
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	33 968	48 868
	<u>35 266</u>	<u>48 868</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:



	2014	2013
Serviços prestados		
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	733 395	788 250
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 416 180	1 452 857
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	356	-
	<u>2 149 930</u>	<u>2 241 107</u>
Compras de produtos e serviços		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	216 521	197 224
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	8 340	1 330
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	4 216	4 480
	<u>229 077</u>	<u>203 034</u>

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2014				
	Saldo em 01-01-2014	Aquisições Dotações	Transferências/ alienações	Correções/ abates	Saldo em 31-12-2014
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	264 934 383	32 460	28 667 575	(1 210 221)	292 424 197
Equipamento básico	32 807 211	29 069	19 523 028	(37 296)	52 322 012
Equipamento de transporte	723 063	-	(20 515)	(6 316)	673 624
Equipamento administrativo	2 939 300	48 397	41 318	(712)	3 028 303
Outros ativos fixos tangíveis	1 225 904	45 522	-	-	1 271 426
Investimentos em curso	48 614 629	5 310 024	(48 231 921)	(154 055)	5 538 677
	<u>369 322 861</u>	<u>5 465 471</u>	<u>(20 515)</u>	<u>(1 408 599)</u>	<u>373 336 610</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	38 968 571	5 451 445	-	-	44 420 015
Equipamento básico	21 499 759	2 783 401	-	(1 210 221)	23 072 939
Equipamento de transporte	690 226	20 556	(20 515)	(37 296)	630 364
Equipamento administrativo	2 628 056	188 657	-	(6 197)	2 810 516
Outros ativos fixos tangíveis	926 582	82 162	-	(712)	1 008 033
	<u>64 713 194</u>	<u>8 526 221</u>	<u>(20 515)</u>	<u>(1 254 425)</u>	<u>71 941 867</u>
Valor líquido	<u>304 609 666</u>				<u>301 394 742</u>



	31 de dezembro de 2013			
	Saldo em 01-01-2013	Aquisições Dotações	Transferências/ alienações	Saldo em 31-12-2013
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	258 805 917	166 184	5 962 282	264 934 383
Equipamento básico	32 472 050	14 773	320 387	32 807 211
Equipamento de transporte	723 063	-	-	723 063
Equipamento administrativo	2 782 742	74 009	82 548	2 939 300
Outros ativos fixos tangíveis	1 195 820	30 084	-	1 225 904
Investimentos em curso	<u>30 157 666</u>	<u>24 853 885</u>	<u>(6 396 923)</u>	<u>48 614 629</u>
	<u>344 215 630</u>	<u>25 138 936</u>	<u>(31 705)</u>	<u>369 322 861</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	33 758 544	5 210 027	-	38 968 571
Equipamento básico	19 273 976	2 226 327	(544)	21 499 759
Equipamento de transporte	653 772	35 922	533	690 226
Equipamento administrativo	2 401 451	229 772	(3 167)	2 628 056
Outros ativos fixos tangíveis	<u>828 305</u>	<u>98 277</u>	<u>-</u>	<u>926 582</u>
	<u>56 916 048</u>	<u>7 800 324</u>	<u>(3 178)</u>	<u>64 713 194</u>
Valor líquido	<u>287 299 582</u>			<u>304 609 666</u>

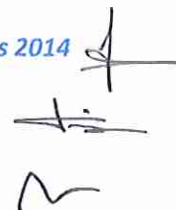
Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	48 614 629	30 157 666
Investimento direto	<u>5 310 024</u>	<u>24 853 885</u>
	53 924 653	55 011 552
Menos:		
Transferência para ativos tangíveis e anulações	(48 231 921)	(6 396 923)
Desreconhecimento	<u>(154 055)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>5 538 677</u>	<u>48 614 629</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:



	2014	2013
Reordenamento do porto da Madalena do Pico	-	13 152 472
Rampa Ro Ro do porto das Lajes das Flores	-	1 411 110
Rampa Ro Ro de São Roque do Pico	-	3 480 833
Terminal de passageiros do Porto da Madalena	-	6 368 000
Novas Oficinas Gerais	1 004 064	775 824
Construção Rampa Ro-Ro da Graciosa	-	792 545
Plano Integrado Baía AH-Fase I	2 402 517	1 313 788
Ampliação do Cais Comercial das Velas	238 216	226 500
Empreitada Avenida Kopke e Pav. Abel Ferin Cou	437 134	7 500
Encargos com a construção de navios	30 204	19 087 348
Outros	1 426 542	1 998 708
	<u>5 538 677</u>	<u>48 614 629</u>

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	2014	2013
Saldo inicial	234 497	293 400
Aquisição de programas informático	86 483	53 444
Transferências/abates	(81 246)	-
Amortizações do ano	(147 919)	(112 348)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>91 814</u>	<u>234 497</u>
Em exploração	81 353	142 790
Investimento em curso	10 461	91 707
	<u>91 814</u>	<u>234 497</u>

9. Participações financeiras

O saldo da rubrica "Participações financeiras" encontra-se valorizado com base nos seguintes métodos:

	2014	2013
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	771 578	815 765
Participações financeiras - método de custo	46 000	46 000
Participações financeiras - método de justo valor	257	-
	<u>817 835</u>	<u>861 765</u>

Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

O movimento ocorrido no ano na rubrica Partes de capital em empresas associadas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:



	2014	2013
Saldo inicial	815 765	857 825
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(10 000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial		
Variação no capital próprio	(24 526)	(12 276)
Resultados do ano	339	(19 785)
Saldo final	<u>771 578</u>	<u>815 765</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

Empresas associadas	31 de dezembro de 2014			
	Capital detido (%)	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, Lda.	100	(23 280)	(42 809)	-
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 545 665	11 477	386 416
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	260 193	(57 351)	52 038
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 171 739	191 681	234 348
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	493 878	(49 334)	98 776
				<u>771 578</u>

Empresas associadas	31 de dezembro de 2013			
	Capital detido (%)	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, Lda.	100	19 529	(26 876)	19 529
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 632 292	29 658	408 073
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	317 544	(145 084)	63 509
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 080 058	205 237	216 012
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	543 212	(61 765)	108 642
				<u>815 765</u>

Participações financeiras – método de custo

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, na rubrica Participações financeiras mensuradas pelo método do custo está registada a participação financeira de 0,28% no capital social da sociedade ILHAS DE VALOR, S.A. no montante de 25.000 euros, bem como a contribuição de 20.000 euros no património social da Associação Portas do Mar e uma jóia de 1.000 euros na Associação de Armadores da Marinha do Comércio.

Os fundos patrimoniais da Associação Portas do Mar eram negativos em 302.926 euros em 31 de dezembro de 2014. Nesta data, existia um saldo devedor de 329.072 euros (em 2013 – 224.873 euros).

Participações financeiras – método do justo valor

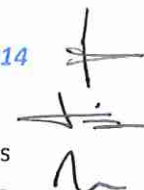
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as participações financeiras reconhecidas e mensuradas através método do justo valor são as seguintes:

Participações financeiras - método de justo valor	2014	2013
Fundo de Compensação do Trabalho	257	-

10. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Em 31 de dezembro de 2014				
	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Alteração de taxa Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Provisões não aceites fiscalmente	97 257	74	(6 235)	(7 324)	83 771
Perdas por imparidade de créditos	2 760	-	-	(222)	2 539
Valores a receber de clientes e outros devedores	1 113	-	(1 359)	246	-
	<u>101 131</u>	<u>74</u>	<u>(7 594)</u>	<u>(7 300)</u>	<u>86 310</u>
Passivos por impostos diferidos					
Valores a pagar à RAA	5 095	-	(2 166)	13	2 941
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	4 822	-	(3 641)	(95)	1 086
	<u>9 917</u>	<u>-</u>	<u>(5 807)</u>	<u>(82)</u>	<u>4 028</u>
	Em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Alteração de taxa Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos					
Provisões não aceites fiscalmente	113 330	-	(20 471)	4 399	97 257
Perdas por imparidade de créditos	2 636	-	-	125	2 760
Valores a receber de clientes e outros devedores	5 187	-	(4 074)	-	1 113
	<u>121 153</u>	<u>-</u>	<u>(24 546)</u>	<u>4 523</u>	<u>101 131</u>
Passivos por impostos diferidos					
Valores a pagar à RAA	5 694	-	(599)	-	5 095
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	-	4 822	-	-	4 822
	<u>5 694</u>	<u>4 822</u>	<u>(599)</u>	<u>-</u>	<u>9 917</u>



Não foi adotada a política de reconhecer nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais, por não existirem expectativas razoáveis na sua recuperação futura.

Na determinação dos ativos e passivos por impostos diferidos está reconhecido o efeito da alteração da taxa de IRC para 2015, que na Região Autónoma dos Açores passará para 16,8%, taxa que foi acrescida da taxa de derrama de 1,5%, correspondendo a uma taxa agregada de 18,3%.

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
Inventário inicial	54 961	59 634
Compras	467 201	430 497
Regularizações	-	-
Inventário final	(61 955)	(54 961)
Custo das vendas	<u>460 206</u>	<u>435 169</u>
Inventário final	61 955	54 961
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>61 955</u>	<u>54 961</u>

12. Clientes e Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes				
Empresas associadas (Nota 6)	433 213	-	591 039	-
Empresas relacionadas				
Transmaçor	305 694	-	152 817	-
Associação Portas do Mar	329 072	-	224 873	-
Outros	7 539 458	-	6 511 490	-
	8 607 438	-	7 480 220	-
Perdas por imparidades acumuladas	(1 338 652)	-	(1 145 007)	-
	<u>7 268 786</u>	<u>-</u>	<u>6 335 213</u>	<u>-</u>
Outras contas a receber				
Pessoal	374	13 872	7 485	13 872
Acréscimos de rendimentos	18 893	-	37 059	-
Subsídios a receber	7 735 234	2 845 881	13 891 763	4 500 250
RAA - Serviço público (Nota 23)	5 980 000	-	3 412 023	-
Outros devedores				
Transmaçor	577 298	-	802 671	-
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	-	-	6 000 000	-
Outros	178 128	-	26 476	-
	14 489 926	2 859 753	24 177 476	4 514 122
Perdas por imparidades acumuladas	(24 346)	(13 872)	(24 345)	(13 872)
	<u>14 465 581</u>	<u>2 845 881</u>	<u>24 153 130</u>	<u>4 500 250</u>

A classificação da quantia escriturada líquida de Clientes e das Outras contas a receber é mostrada no balanço de acordo com os planos previstos.

Os gastos suportados com a reparação com os navios Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do Canal pertencentes à subsidiária ATLÂNTICOLINE foram debitados à TRANSMACOR, tendo esta empresa relacionada um saldo devedor pendente de 830.529 euros. O rendimento com o fretamento destes navios foi de 157.371 euros e de 191.618 euros em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Entretanto, foi aprovada a sua incorporação na ATLÂNTICOLINE através de um processo de fusão a ser concretizado em 2015.

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, incluindo as parcelas suportadas pela Região Autónoma dos Açores, dos quais destacam-se:

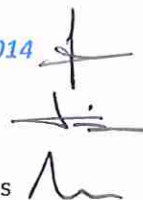
	2014
Novo Parque Oficial do Porto de Ponta Delgada	1 035 940
Plano Integrado Baía AH-Fase I	854 069
Reordenamento do porto de São Roque do Pico	178 032
Terminal de Passageiros do Porto da Madalena	365 143
Resolução 59/2009	1 564 965
Resolução 127/2014	2 819 250
Encargos com a construção de navios	2 895 697
Outros	873 419
	<u>10 586 515</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, existe uma verba de 2.845.881 euros e 4.500.250 euros, respetivamente, contabilizada por contrapartida de capitais próprios, em que parte poderá ser disponibilizada nos seguintes anos, de acordo com o seguinte reescalamento financeiro:

	2014	2013
2015	-	500 000
2016	2 845 881	1 218 983
2017	-	1 218 983
Prazo indefinido	-	1 562 285
	<u>2 845 881</u>	<u>4 500 250</u>

Os subsídios a devolver às entidades financiadoras que perfazem o montante de 30.243 euros (em 2013 era de 30.243 euros) são mostrados em Outras contas a pagar (Nota 21).

Em 23 de dezembro de 2009 a ATLÂNTICOLINE celebrou um acordo com a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA. através do qual revogaram expressamente os dois contratos que tinham por objeto o fornecimento de dois navios e, em consequência, seria ressarcida de 40.000.000 euros, em quatro prestações sucessivas. Em face do não cumprimento integral das condições financeiras acordadas, o ENCV suportou e liquidou juros no montante de 1.813.631 euros, dos quais 346.918 euros venceram durante o período de 2014 (Nota 27), concluindo o processo de regularização da dívida em mora de seis milhões de euros que foi integralmente reembolsada em 4 de setembro de 2014.



No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as perdas por imparidade acumuladas tiveram o seguinte movimento:

	Em 31 de Dezembro de 2014			
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes	1 145 007	315 330	(121 684)	1 338 652
Outras contas a receber	38 218	-	-	38 218
	<u>1 183 224</u>	<u>315 330</u>	<u>(121 684)</u>	<u>1 376 870</u>

	Em 31 de Dezembro de 2013			
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes	932 928	473 909	(261 831)	1 145 007
Outras contas a receber	38 218	-	-	38 218
	<u>971 146</u>	<u>473 909</u>	<u>(261 831)</u>	<u>1 183 223</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação e estão evidenciadas na demonstração dos resultados pelo valor líquido apurado entre as perdas e as reversões que eram de 193.645 euros (perda) e de 212.079 euros (perda) em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
IRC a recuperar/pagar	44 683	18 591	-	68 053
Pagamento especial por conta	120 490	-	90 622	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	168 023	-	486 355
Rendimentos profissionais	-	2 495	-	4 080
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a pagar	-	-	-	-
IVA - a recuperar	22 994	-	12 634	-
IVA - reembolsos pedidos	119 120	-	122 000	-
IVA - liquidações oficiosas	-	-	-	-
Outros impostos	-	270 594	-	-
Contribuições para a segurança social	-	562 416	-	887 058
Outras tributações	-	202	-	-
	<u>307 288</u>	<u>1 022 320</u>	<u>225 256</u>	<u>1 445 547</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 18,4%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Os impostos a pagar são determinados individualmente e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com a seu estado de recuperação ou de liquidação.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes. Deste modo, as declarações fiscais de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser revistas.

A PORTO DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

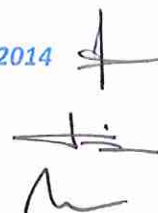
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o montante registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2014	2013
Imposto corrente	(150 895)	(87 147)
Imposto diferido	(8 931)	(24 245)
	<u>(159 826)</u>	<u>(111 392)</u>

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresenta se como se segue:

Ano de geração	2014		2013
	A recuperar	A pagar	
Pagamento por conta	175 412	-	15 434
Retenções na fonte	894	681	3 659
Estimativa de IRC	(131 623)	(19 272)	(87 147)
Imposto sobre o rendimento	<u>44 683</u>	<u>(18 591)</u>	<u>(68 053)</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de pagamentos especiais por conta que poderão ainda ser recuperados apresenta a seguinte composição:



Ano de geração	2014	2013	Ano de reporte
2010	34 244	34 244	2015
2011	16 676	16 676	2016
2012	14 298	14 298	2017
2013	25 405	25 405	2018
2014	29 868	-	2020
	<u>120 490</u>	<u>90 622</u>	

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2012 a 2013, de quatro anos para os períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

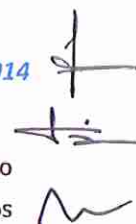
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a empresa-mãe apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	2014	2013	Ano de reporte
2009	3 224 403	3 224 403	2015
2011	948 215	948 215	2015
2012	3 940 737	3 940 737	2017
2013	3 196 960	3 685 832	2018
2014 (a)	3 645 390	-	2026
	<u>14 955 706</u>	<u>11 799 187</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

O valor a recuperar de 44.683 e o valor a pagar de 55.441 euros correspondente ao imposto sobre rendimento determinado pela subsidiária ATLÂNTICOLINE, classificado no ativo e no passivo, resultou de um reconhecimento de uma estimativa de IRC de 131.623 euros e 70.875 euros em 31 de dezembro de 2014 e 2013, que beneficiou do crédito fiscal extraordinário ao investimento, regulamentado pela Lei nº 49/2013, de 16 de julho, obtendo uma poupança fiscal de 239.736 euros e 126.883 euros em IRC no período corrente. Atendendo que não deduziu à colecta o limite máximo de um milhão de euros determinado com base num investimento elegível no valor de 11.237.216 euros (havendo um teto legal de 5 milhões de euros), o crédito fiscal remanescente de 633.381 euros poderá ser utilizado nos quatro períodos de tributação subsequentes; todavia, este montante não foi reconhecido em ativos por impostos diferidos por não estarem disponíveis projeções que demonstrassem a probabilidade que possam ocorrer lucros fiscais que permitam a recuperação futura deste benefício fiscal durante o período de reporte.



Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de 168.023 euros dizia respeito às retenções na fonte do IRS de trabalho dependente do mês de dezembro de 2014, sendo que, 161.690 euros são da empresa mãe e foram liquidados em abril de 2015.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 562.416 euros, compreende:

- a) Prestações vencidas no mês de dezembro de 2014, no montante de 264.342 euros às entidades Segurança Social, CGA, ADSE e Ministério da Defesa Nacional, que a empresa mãe, na presente data, ainda não havia liquidado, no valor de 253.692 euros.
- b) E o remanescente é referente a um acordo de dívida celebrado entre a empresa mãe e a Segurança Social para liquidação das prestações em atraso dos meses de maio, junho, julho e setembro de 2014, no valor de 329.344 euros, através de um plano prestacional a ser liquidado em 36 prestações, das quais, 3 foram pagas em 2014. As prestações vincendas serão liquidadas nos seguintes anos:

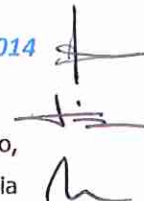
Ano	Valor
2015	109 781
2016	109 781
2017	78 511
	<u>298 074</u>

O saldo a pagar do IMI, no valor de 270.594 compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. A empresa mãe considera que este imposto é devido e irá recorrer desta liquidação por todas as vias legais previstas na lei.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:

	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	51 225	20 360
Combustíveis	110 360	113 165
Fardamento/EPI	6 655	814
Lubrificantes e outros	25 427	20 629
Máquinas e equipamentos	398 755	447 903
Material de consumo	52 072	54 350
Outros	1 020	142
	<u>645 514</u>	<u>657 363</u>
Rendimentos a reconhecer		
Encargos com fretamento e outros	<u>421 718</u>	<u>737 161</u>



Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com o período de vigência contratual.

Estão registados em Outros rendimentos a reconhecer as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2014, bem como, os gastos suportados pela subsidiária ATLÂNTICOLINE com as grandes reparações ocorridas nos navios fretados Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do Canal que foram imputados à TRANSMACOR e serão reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma proporção e ao mesmo ritmo das depreciações associadas a esses ativos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o gasto reconhecido em resultados foi de 96.671.

15. Ativos não correntes detidos para venda

Na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda estava registado um imóvel pelo valor líquido de 202.000 euros, que foi alienado por 190 mil euros, estando a menos valia de 12 mil euros reconhecida na rubrica de Outros ganhos e perdas (Nota 27). Em anos anteriores, foram registadas perdas por imparidade de 127.437 euros para fazer face à desvalorização do seu valor de aquisição.

16. Capital realizado

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

17. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a PORTOS DOS AÇORES é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas nas rubricas a seguir indicadas decorreram de:

Resultados transitados



	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	(7 737 292)	(1 405 323)
Aplicação de resultados	(2 912 098)	(4 208 888)
Alterações das políticas contabilísticas	-	(38 236)
Resultados não atribuídos	(28 462)	(16 246)
Outras variações	34 512	(2 068 599)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(10 643 339)</u>	<u>(7 737 292)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 7 de maio de 2014, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2013, no montante de 2.912.098 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros

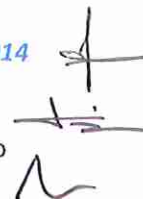
	2014	2013
Saldo em 1 de janeiro	224 626	220 656
Variações nos capitais próprios:		
AGESPI	(17 111)	(24 526)
OPERTERCEIRA	21 047	12 250
Resultados não atribuídos	-	16 246
Saldo em 31 de dezembro	<u>228 562</u>	<u>224 626</u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas associadas.

Outras variações em capitais próprios

	Subsídio	Ajustamentos em subsídios	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2013	230 301 619	(43 662 204)	
Subsídios atribuídos	17 612 955	(3 493 294)	
Transferência para resultados	(5 777 838)	1 099 800	
Desreconhecimento de subsídios	(2 049 343)	291 265	
Outras alterações	-	(1 989 667)	
Saldo em 31 de janeiro de 2014	240 087 393	(47 754 099)	<u>192 333 294</u>
Subsídios atribuídos	3 671 135	(724 595)	
Transferência para resultados	(6 182 593)	1 214 653	
Desreconhecimento de subsídios	(2 593 652)	516 137	
Correção de taxa do imposto	291	3 746 093	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>234 982 573</u>	<u>(43 001 811)</u>	<u>191 980 762</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido dos correspondentes impostos associados a pagar no futuro que são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O ajustamento por impostos que estão



registados em Outras contas a pagar será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios são imputados a resultados (Nota 27).

18. Interesses minoritários

O saldo da rubrica dos interesses minoritários classificado no passivo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 diz respeito à subsidiária ATLÂNTICOLINE, cujo capital social é também detido pela Região Autónoma dos Açores através de uma operação do seu aumento em 1.145.400 euros, realizado em 2009. O saldo desta rubrica nesta data foi assim formado:

	2014	2013
Saldo inicial	3 625 736	1 449 693
Varição no capital próprio	(34 512)	2 033 090
Lucro/(prejuízo) do período	263 454	149 732
Resultados transitados	-	(6 779)
Saldo final	<u>3 854 678</u>	<u>3 625 736</u>

19. Provisões

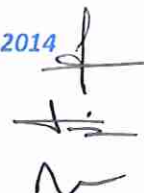
O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Pagamentos	Saldo final
Outras provisões	<u>488 729</u>	<u>371</u>	<u>-</u>	<u>(31 334)</u>	<u>457 767</u>

	Em 31 de dezembro de 2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Pagamentos	Saldo final
Outras provisões	<u>527 473</u>	<u>-</u>	<u>(9 172)</u>	<u>(29 572)</u>	<u>488 729</u>

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão constituída para esse efeito não está baseada num estudo atuarial.



20. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	Corrente		Não corrente	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos bancários	3 339 173	5 500 125	36 762 915	26 922 354
Conta corrente caucionada	2 510 000	9 405 000	-	-
Incentivos financeiros	8 246 839	6 267 337	1 532 428	3 500 835
Contratos de locação financeira	14 370	34 545	6 830	-
Descobertos bancários	-	3 276	-	-
	<u>14 110 382</u>	<u>21 210 283</u>	<u>38 302 172</u>	<u>30 423 189</u>
Encargos a pagar	(62 913)	-	(71 031)	-
	<u>14 047 469</u>	<u>21 210 283</u>	<u>38 231 141</u>	<u>30 423 189</u>

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo podem ser assim resumidas:

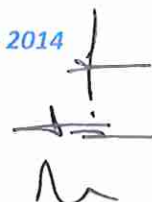
Entidade bancária	Montante em dívida	Euribor	Spread	Data fim	Duração	Garantia
DEXIA SABADELL	2 291 667	12 meses	-0,25%	01/08/2019	15 anos	Aval da RAA
BANIF	11 780 815	1 mês	7,00%	16/06/2022	10 anos	Carta conforto da RAA
Montepio Geral	885 541	3 meses	6,50%	23/10/2022	10 anos	Equipamento portuário
Montepio Geral	464 754	3 meses	6,50%	19/12/2022	10 anos	Equipamento portuário
Millennium BCP	445 412	6 meses	0,20%	25/09/2018	10 anos	Instituto Turismo de Portugal
Millennium BCP	4 883 898	1 mês	7,00%	10/07/2017	11 anos e 6 meses	Carta conforto da RAA
Millennium BCP	10 000 000	1 mês	3,95%	23/12/2024	10 anos	Aval da RAA
Banco BIC	5 350 000	1 mês	6,00%	06/11/2018	5 anos	Consiguação de receitas
Novo Banco	4 000 000	3 meses	3,65%	29/07/2019	5 anos	Carta conforto da RAA
	<u>40 102 088</u>					

As contas correntes caucionadas totalmente utilizadas apresentavam as seguintes condições:

Entidade bancária	Montante em dívida	Euribor	Spread	Garantia
Novo Banco	1 000 000	3 meses	4,00%	Carta conforto PORTOS DOS AÇORES
Montepio Geral	500 000	3 meses	6,50%	Carta conforto RAA
Millennium BCP	1 010 000	1 mês	4,75%	Carta conforto PORTOS DOS AÇORES
	<u>2 510 000</u>			

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte

forma (por anos):



	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Total
2015	5 849 173	8 246 839	14 370	14 110 382
2016	3 389 549	563 264	6 830	3 959 643
2017	5 886 543	374 460	-	6 261 003
2018	5 637 478	373 900	-	6 011 378
2019	6 038 068	192 737	-	6 230 805
2020	1 646 216	11 593	-	1 657 809
2021 e seguintes	14 165 061	16 475	-	14 181 536
	<u>42 612 087</u>	<u>9 779 268</u>	<u>21 200</u>	<u>52 412 554</u>

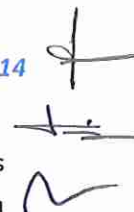
Os financiamentos obtidos do Turismo de Portugal têm prestações de capital vencidas de 2011 a 2014 que perfaziam o montante de 6.267.337 euros, em 31 de dezembro de 2014, e estão apresentados de acordos com os planos financeiros inicialmente aprovados, para os quais foram solicitados novas maturidades ainda não aprovadas, prevalecendo o risco de serem utilizadas as garantias bancárias que asseguram o reembolso dos valores vencidos e exigibilidade imediata da totalidade dos subsídios.

21. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Empresas associadas (Nota 6)	35 266	-	48 868	-
Empresas relacionadas				
Transmaçor	4 091	-	146	-
Associação Portos do Mar	-	-	4 972	-
Outros	2 500 337	-	3 012 017	-
	<u>2 539 694</u>	<u>-</u>	<u>3 066 004</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar				
Pessoal	6 020	-	18 106	-
Fornecedores de investimento	4 984 153	57 237	9 977 785	55 864
Remunerações a liquidar	1 080 709	-	1 061 754	-
Juros a liquidar	94 195	-	108 876	-
Outros acréscimos de gastos	114 873	-	96 944	-
Subsídios a devolver	30 243	-	30 243	-
Ajustamentos em subsídios	-	43 001 811	-	47 754 099
Taxas de reestruturação e portuárias	-	-	330 472	-
Extração de areia	749 074	-	1 411 305	-
Cauções recebidas	169 353	-	47 871	-
Outros credores	11 424	-	11 795	-
	<u>7 240 043</u>	<u>43 059 048</u>	<u>13 095 152</u>	<u>47 809 963</u>

Na rubrica de Fornecedores de Investimento está registado o saldo devido à empresa ILHAS DE VALOR, que transita de anos anteriores e resulta da aquisição do navio ARIEL, que foi classificado como um passivo não corrente em 2011. Este saldo foi reduzido em 120.000 euros e a parte remanescente será integralmente liquidada em 2015 e 2016.



O montante de 330.472 euros referente às taxas de reestruturação portuária das extintas juntas portuárias foram desreconhecidas. A Administração entende que não existe uma efetiva exigibilidade deste montante (nota 27).

22. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis e outros produtos, bem como os seguintes serviços prestados pela PORTOS DOS AÇORES, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária e, também, o serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores:

	2014	2013
Vendas		
Combustível	436 400	381 103
Produtos a bordo e outros	32 436	31 002
	<u>468 836</u>	<u>412 105</u>
Serviços prestados		
Atividade portuária		
Operações de navios e embarcações	4 459 121	4 499 595
Operações de carga	3 157 575	3 291 799
Utilização de equipamentos	4 878 420	5 250 564
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e	1 577 851	1 826 834
Alugueres, ocupações e concessões	1 358 866	1 427 604
Exploração náutica de recreio	807 943	818 612
Outros serviços prestados	332 593	308 068
	<u>16 572 368</u>	<u>17 423 076</u>
Atividade de transporte marítimo e carga		
Transporte de passageiros e carga	2 196 453	2 365 306
Outros	333 179	377 502
	<u>2 529 631</u>	<u>2 742 808</u>
Vendas e serviços prestados	<u>19 570 836</u>	<u>20 577 989</u>

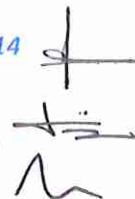
23. Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a rubrica Subsídio à exploração, apresentava os seguintes saldos:

	2014	2013
RAA - Serviço Público	7 000 000	7567023
Projeto Macsimar	81 190	-
	<u>7 081 190</u>	<u>7 567 023</u>

Em 2014, para assegurar este serviço público, para além da receita própria resultante da exploração direta dos navios, a ATLÂNTICOLINE obteve também uma compensação financeira de 7.000.000 euros (7.567.023 euros em 2013), dos quais 3.880.000 euros ainda não foram recebidos (3.412.023 euros do período anterior), que são evidenciados na rubrica de Outras contas a receber (Nota 12), incluindo 2.100.000 euros do ano 2012.

E são reconhecidos nesta rubrica os subsídios que serve para compensar a entidade por despesas incorridas, no âmbito do projeto Macsimar.



24. Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas

Os ganhos e perdas em empresas de grupo e associadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

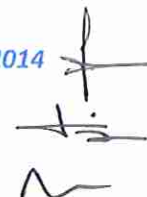
	2014	2013
Empresas do grupo		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	(19 529)	(26 876)
Empresas associadas		
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	(11 470)	(29 017)
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	2 869	7 414
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	38 336	41 047
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	(9 867)	(12 353)
	<u>19 868</u>	<u>7 092</u>
	<u>339</u>	<u>(19 784)</u>

25. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foi a seguinte:

	2014	2013
Subcontratos		
Gestão Portas do Mar	841 843	985 705
Aluguer de navios	4 540 000	4 418 161
Outros	763 689	669 627
Serviços especializados		
Vigilância e segurança	862 509	950 647
Conservação e reparação	1 002 814	1 112 643
Outros	927 073	807 957
Material		
Energia e fluídos		
Eletricidade	588 725	581 623
Combustíveis de navios	2 851 292	3 147 629
Outros	284 932	266 422
Deslocações, estadas e transportes	150 946	160 915
Serviços diversos		
Seguros	333 404	297 541
Limpeza, higiene e conforto	353 847	363 374
Outros	384 283	383 785
	<u>13 980 886</u>	<u>14 216 818</u>

Os encargos com o aluguer dos navios, durante o ano de 2014 e 2013, foram assim distribuídos:



	2014	2013
Expresso Santorini	2 650 000	2 528 161
Hellenic Wind	1 890 000	1 890 000
Outros	-	200
	<u>4 540 000</u>	<u>4 418 361</u>

26. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2014 e 2013 detalham-se conforme se segue:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	318 346	294 900
Remunerações do pessoal	8 673 864	9 010 746
Benefícios pós emprego	597 950	-
Encargos sobre remunerações	2 009 309	1 829 169
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	112 645	156 485
Gastos de ação social	32 800	14 852
Outros	515 821	736 474
	<u>12 260 734</u>	<u>12 042 625</u>

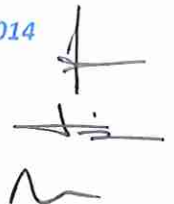
O número médio de pessoal em empresas cujas demonstrações financeiras são consolidadas pelo método integral é de 302 trabalhadores (em 2013 - 308 trabalhadores).

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Benefícios Pós-Emprego" corresponde à reposição em parte do corte salarial imposto pelo Orçamento de Estado de 2014 aos empregados da Empresa, por intermédio de um seguro contratado pela Empresa com a entidade Açoreana Seguros. Decorrente do seguro contratado, o mesmo é pago mensalmente pela Empresa à seguradora, que por sua vez entrega o montante recebido aos empregados da Empresa, não existindo responsabilidades passadas por liquidar pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 para com os seus empregados relativamente à referida reposição.

Em 31 de dezembro de 2014 estão registadas na rubrica de Outros 249.879 euros (em 2013 - 561.850 euros) relacionados com indemnizações por cessão do contrato de trabalho.

27. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:



	2014	2013
Rendimentos suplementares	153 405	141 890
Descontos de pronto pagamento obtidos	46	26
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	41 024	1 103 458
Outros rendimentos e ganhos		
Subsídios ao investimento	6 181 803	5 721 335
Benefícios e penalidades	-	227 069
Juros de mora	1 918 872	6
Taxas de Reestruturação Portuárias	330 472	-
Outros	53 437	10 757
	<u>8 679 059</u>	<u>7 204 542</u>

Em 2014, os principais valores incluídos na rubrica de Rendimentos Suplementares respeitam ao reconhecimento, na proporção das amortizações, do valor das obras efetuadas nos navios Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do canal e debitadas à Transmaçor - Transportes Marítimos Açorianos, Lda no montante de 96.671 euros (96.671 euros em 2013).

Em 23 de julho de 2013 foi atribuído um salário de salvamento marítimo, no montante de 1.070.000 euros, proveniente da participação numa operação de salvação marítima que se consubstanciou na prestação de socorro a um navio, incluindo o frete em risco, que foi finalizada em 22 de maio de 2012.

Os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados (Nota 17).

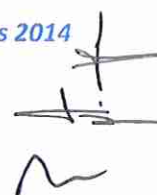
Os benefícios por penalidades contratuais em 2013 resultaram da imobilização do navio Expresso Santorini durante uma semana.

Os juros de mora registados são, na sua maioria, provenientes da dívida dos ENVC que foi integralmente liquidada neste ano de 2014 (Nota 12).

O montante de 330.472 euros referente às taxas de reestruturação portuária das extintas juntas portuárias foram desreconhecidas. A Administração entende que não existe uma efetiva exigibilidade deste montante tendo sido desreconhecido por contrapartida de resultados.

28. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram como segue:



	2014	2013
Impostos	372 753	43 876
Descontos pronto pagamentos concedidos	86	1
Dívidas incobráveis	-	69
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	12 000	-
Outros gastos e perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	55 721	33 782
Donativos	53 300	51 227
Multas e penalidades	45 460	30 221
Outros	46 336	64 351
	<u>585 655</u>	<u>223 527</u>

O saldo da conta dos Impostos inclui o IMI liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos seguintes anos:

Coleta	
2010	61 572
2011	61 572
2012	61 572
2013	57 174
2014	85 662
	<u>327 551</u>

A rubrica Correções relativas a períodos anteriores incluiu a liquidação de uma dívida da ATLÂNTICOLINE à Autoridade Tributária no valor de 52.858 euros, que foi alvo de uma reclamação graciosa ainda não apreciada por aqueles serviços.

29. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2014 e de 2013, tinham a seguinte composição:

	2014	2013
Juros e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	4 472	18 183
Juros - valor descontado	6 828	44 707
	<u>11 300</u>	<u>62 890</u>
Gastos e perdas de financiamento		
Juros de financiamentos obtidos	2 519 248	2 483 977
Mora e compensatórios	933	3 839
Juros - valor descontado	29 183	3 011
Outros juros	2 923	5 696
Outros gastos e perdas de financiamento		
Comissões bancárias	343 319	295 530
Imposto selo	136 799	181 981
Outros	63 976	35 882
	<u>3 096 380</u>	<u>3 009 916</u>

30. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 36.762.410 euros.

31. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2014, atingiam um valor de 7.577.183 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos.

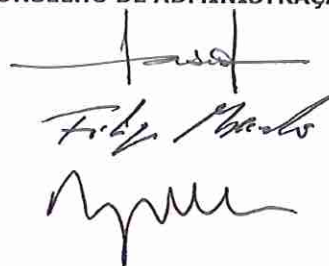
32. Ativos e passivos contingentes

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e, em parte liquidadas, que foram registadas nas demonstrações financeiras (Nota 13 e 25), com exceção dos juros compensatórios. Não obstante se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, recorrendo-se através da via judicial e de outras vias legais, foi entendido reconhecer nas demonstrações financeiras os pagamentos que sejam exigidos a este propósito.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CAPÍTULO VI - GOVERNO DA SOCIEDADE



1. Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa

Nos termos legais, mais precisamente de acordo com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, a PA tem por objeto a administração dos portos de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, da Praia da Vitória e Pipas, na ilha Terceira, da Praia, na ilha Graciosa, da Horta, na ilha do Faial, de São Roque, da Madalena e das Lajes, na ilha do Pico, de Velas e da Calheta, na ilha de São Jorge, das Lajes e Santa Cruz, na ilha das Flores, e da Casa, na ilha do Corvo, e de outros que lhe venham a ser atribuídos, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária (artigo 3.º do anexo I do Decreto Legistivo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto).

Assim, e de acordo com os seus estatutos, a PA assegurará o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos portos sob sua jurisdição nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias (artigo 4.º do anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto).

É nesse contexto que os trabalhos já desenvolvidos no âmbito da elaboração do Plano Estratégico contemplam estes elementos orientadores, na tentativa de corporização de uma perspetiva estratégica de desenvolvimento empresarial a longo prazo, elemento fundamental numa empresa cuja constituição é relativamente recente e que carece de elementos fundamentais para a consolidação do processo de fusão das administrações portuárias extintas.

O referido Plano Estratégico não registou desenvolvimentos muito substanciais, continuando em fase de discussão interna. De qualquer modo, foram identificados e validados já um conjunto de elementos relevantes, de acordo aliás com o mencionado na secção 2 do capítulo I, na qual é apresentado também o Mapa Estratégico.

Assim sendo, apresentam-se de seguida, os seguintes tópicos fundamentais da estratégia da empresa, constantes também do Plano Estratégico:

Visão

A Visão de uma empresa traduz, de uma forma abrangente, um conjunto de intenções e aspirações para o futuro da mesma. De qualquer forma, não são especificados os meios como serão atingidos. Nestes termos, a Visão tem um papel essencialmente motivador, procurando servir de inspiração para todos os seus membros tirarem o máximo partido das suas capacidades.

No caso da PA, a Visão proposta é a seguinte:



“Fazer da PA uma referência em termos de gestão e organização, potenciando a localização geográfica das suas estruturas, nomeadamente portos e marinas sob sua jurisdição.”

Missão

A explicitação de uma Visão dará origem à definição da Missão da empresa, que é uma declaração escrita que procura traduzir os ideais e orientações globais da organização para o futuro.

A criação de uma Missão visa sobretudo difundir o espírito da empresa por todos os seus membros e congregar esforços para a prossecução dos seus objetivos gerais. Nestes termos, a Missão deverá acentuar o domínio das competências centrais mais relevantes. Outro aspeto crítico prende-se com a necessidade de possuir um carácter simultaneamente estratégico e operacional.







A Missão da PA será:

“Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.”

Valores




Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na PA.

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

-  Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expectativas;
-  Transparência e ética;
-  Busca da excelência no desempenho das funções;
-  Valorização das pessoas e do conhecimento;
-  Responsabilidade social e ambiental;
-  Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

Eixos estratégicos

Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia da PA para o período 2013-2015 serão os seguintes:

-  Orientação para o cliente e para o mercado;
-  Eficiência;
-  Criação de valor e equilíbrio financeiro;



U Sustentabilidade e meio envolvente.

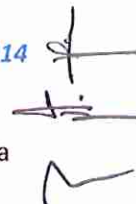
2. Regulamentos

Apresentado o enquadramento legal e económico da PA, procede-se à enumeração dos principais regulamentos externos e internos a que a empresa está sujeita, que abrangem matérias muito diversas e díspares, com particular relevância para áreas como sejam as relativas a ambiente, segurança, operações portuárias, tarifas, financiamentos comunitários, contratação pública, entre outras.

U Regulamentos externos

Os regulamentos externos principais a que a empresa se encontra obrigada a observar, são os seguintes:

- U** **Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto:** procede à fusão por integração das três administrações portuárias regionais (Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A.), bem como à modificação do objeto social da Portos dos Açores, SGPS, S.A., de modo a que esta possa desempenhar as funções de administração e gestão dos portos que lhes são confiados, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento;
- U** **Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março:** consagra o regime jurídico do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores;
- U** **Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro:** estabelece as condições aplicáveis em termos de avaliação de impacte ambiental em projetos de construção de novas estruturas portuárias e ampliação das existentes;
- U** **Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto:** estabelece o quadro jurídico das operações portuárias;
- U** **Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio:** aplica à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária;
- U** **Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002, de 12 de abril:** aprova o regulamento do sistema tarifário dos portos da Região Autónoma dos Açores, estabelecendo as normas e procedimentos para a elaboração dos regulamentos de tarifas dos portos da Região Autónoma dos Açores;
- U** **Regulamentos de tarifas:** publicado em anexo à Portaria n.º 35/2012, de 20 de março, que aprovou o regulamento de tarifas dos diferentes portos geridos pela sociedade;
- U** **Portaria n.º 17/2015,** referente a reduções da TUP Carga no porto da Praia da Vitória;
- U** **Regulamentos de tarifas específicas:** publicados pelos seguintes diplomas, relativos aos diferentes portos geridos pela sociedade:
 - U** Portaria n.º 33/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 41/2008, de 15 de maio;
 - U** Portaria n.º 34/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 39/2008, de 14 de maio;
 - U** Portaria n.º 35/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 77/2005, de 20 de outubro e Portaria n.º 37/2008, de 13 de maio;
- U** **Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 de agosto:** relativo aos meios portuários de receção de resíduos gerados nos navios;



- ⌘ Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março: atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- ⌘ Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março: aprova o regulamento geral do serviço de pilotagem, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da prestação de serviços de pilotagem nos portos portugueses;
- ⌘ Diretiva 2005/65/CE, de 26 de outubro: relativo ao reforço da segurança nos portos;
- ⌘ Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro: transpõe para o direito interno o Regulamento (CE) n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março, que consagra um conjunto de normas no âmbito do transporte marítimo, nomeadamente no que respeita à proteção contra ameaças terroristas no caso de navios e instalações portuárias, previstas no Código ISPS (Código Internacional de Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias), da Organização Marítima Internacional (OMI);
- ⌘ Regulamento de tarifas das marinas sob jurisdição
 - ⌘ Portaria n.º 19/2008, de 20 de fevereiro (Horta)
 - ⌘ Portaria n.º 20/2008, de 21 de fevereiro (SM);
 - ⌘ Portaria n.º 21/2008, de 21 de fevereiro (portos de Terceira e Graciosa)
- ⌘ Regulamento de exploração e utilização das marinas dos Açores: aprovado em 29 de janeiro de 2008 pelo Secretário Regional da Economia;
- ⌘ Regulamento de tarifas específicas para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas: Portaria n.º 89/2010, de 16 de setembro;

⌘ Regulamentos internos

Os regulamentos internos principais e que a empresa tem por obrigação fazer cumprir são os seguintes:

- ⌘ Regulamentos de Exploração: conjunto de normas e regras relativas às atividades operacionais relacionadas com o ciclo do navio, da carga e dos passageiros em porto. Trata-se de regulamentos de aplicação geral a todas as entidades que estão autorizadas a exercer uma atividade dentro do porto. Os regulamentos em vigor nos diferentes portos foram aprovados pelo Secretário Regional da Economia em 21 de junho de 2006;
- ⌘ Plano de Receção e Gestão de Resíduos: aprovado pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, em 27 de agosto de 2010,
- ⌘ Regulamento de exploração e utilização do empreendimento Portas do Mar: publicado no Jornal Oficial n.º 26, II Série, de 7 de fevereiro de 2011;
- ⌘ Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

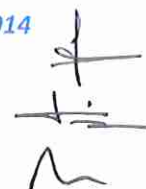
3. Modelo de governo

⌘ Órgãos de Governo


A gestão da PA é da responsabilidade dos seus órgãos sociais, nomeados para o período 2011-2014, e cuja composição a 31 de dezembro de 2014 era a seguinte:

⌘ Assembleia Geral

- ⌘ Presidente: Dr. Frederico Alberto Silva de Oliveira
- ⌘ Secretário: Eng. João Paulo Carreira Mendes
- ⌘ Membro da Mesa Suplente: Sr. José Leonardo Goulart da Silva




Conselho de Administração

 Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento


 Vogal: Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo

 Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia

Conselho Fiscal

 Presidente: Dr. José Mancebo Soares

 Vogal: Sr. Alberto Manuel Rodrigues Cardoso de Medeiros




 Vogal: Dr. Manuel Luís Fernandes Branco

Revisor Oficial de Contas

 UHY & Associados, SROC, Lda.

Competências dos membros do órgão de gestão e administração

As competências dos membros do Conselho da PA na coordenação direta das áreas de gestão estão distribuídas do seguinte modo:

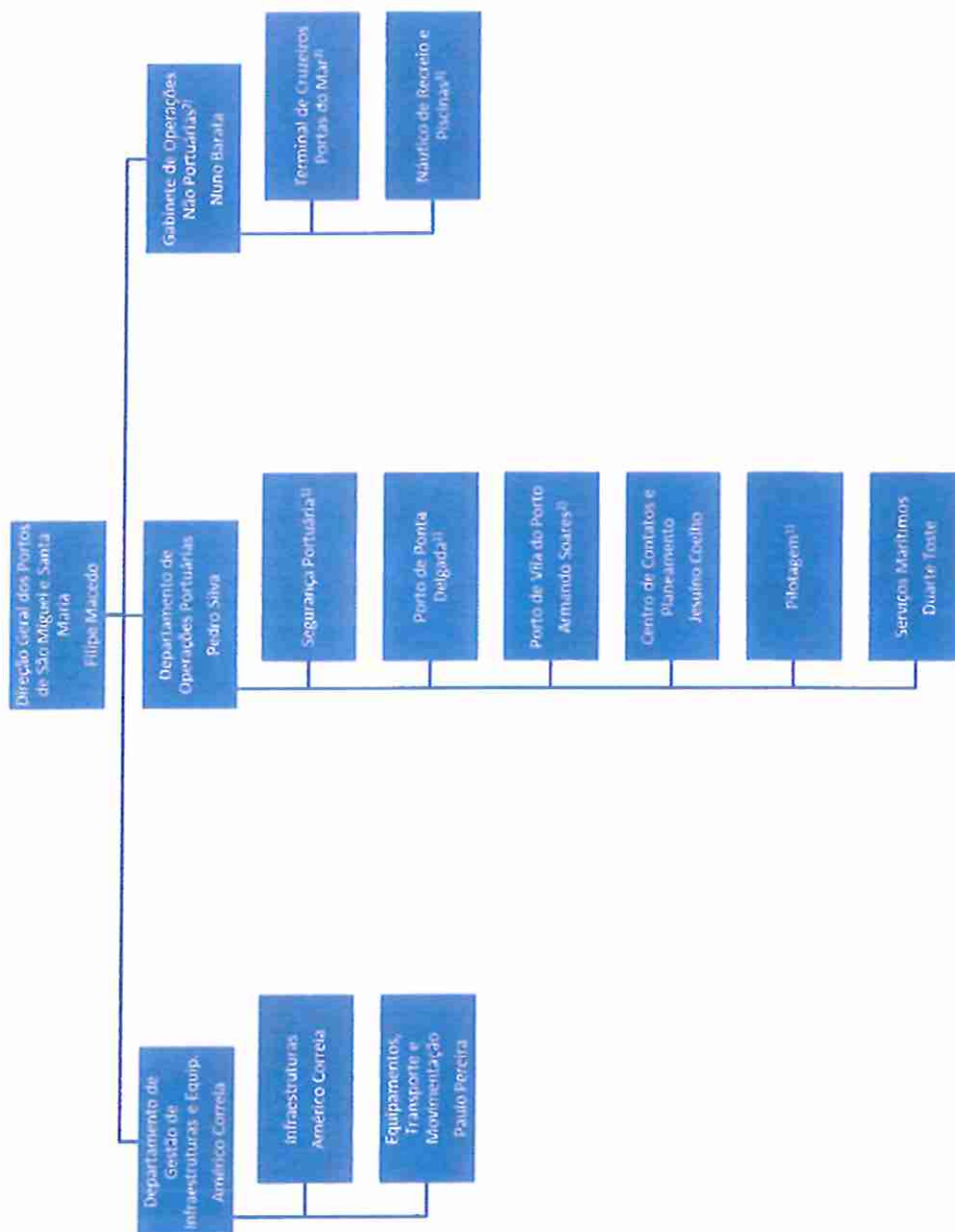
-  **Presidente Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:** Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), com responsabilidade sobre os portos da Horta, de São Roque, da Madalena, das Lajes do Pico, de Velas, da Calheta, das Lajes e Santa Cruz das Flores e da Casa, no Corvo, bem como pelos pelouros de “Infraestruturas”, “Recursos humanos” e “Jurídico, Administrativo e Comunicação”;
-  **Vogal Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia:** Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), com responsabilidade sobre os portos da Praia da Vitória, Pipas e da Praia da Graciosa, bem como pelos pelouros de “Manutenção e Logística”, “Auditoria Interna”, “Gestão Ambiental, Higiene e Segurança no Trabalho” e “Incentivos ao Investimento”;
-  **Vogal Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo:** Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com responsabilidade sobre os portos de Ponta Delgada e Vila do Porto; bem como pelos pelouros “Financeiro”, “Planeamento e Controlo de Gestão” e “Sistemas de Informação”.

Em resumo, a administração da PA é exercida por um conselho de administração, composto por três membros, eleitos em assembleia geral em 26 de Setembro de 2011 para um mandato de três anos. Cada membro, incluindo o presidente, assume cumulativamente a Direcção-Geral da geografia onde se localiza, com autonomia e independência operacional, a que acrescem os pelouros de responsabilidade transversal, assim distribuídos:

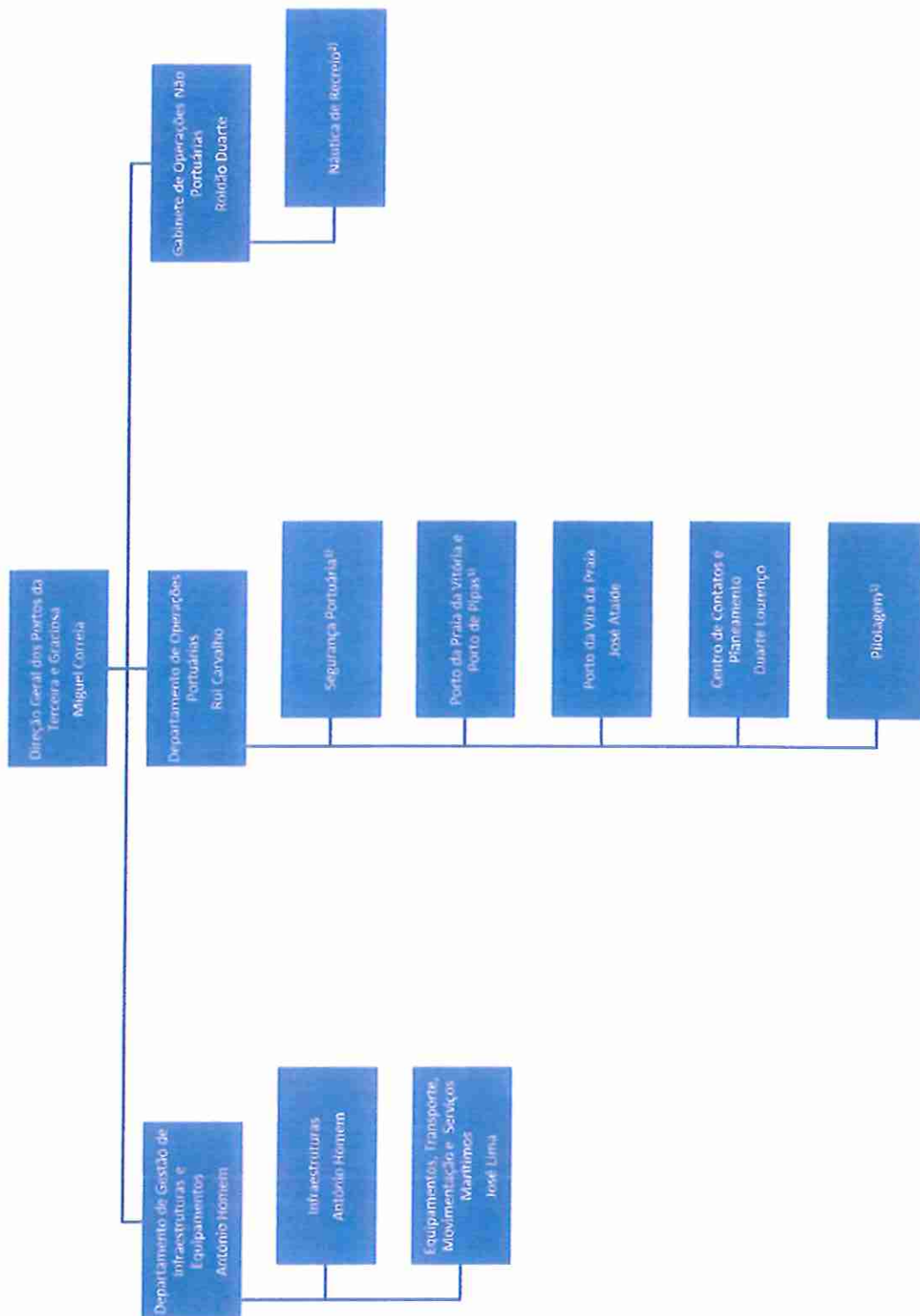
Organograma

A estrutura orgânica da empresa PA é a que se encontra nos organogramas que seguir se apresentam, sendo o primeiro relativo a toda a empresa e os três seguintes com o detalhe correspondente a cada Direção-Geral.

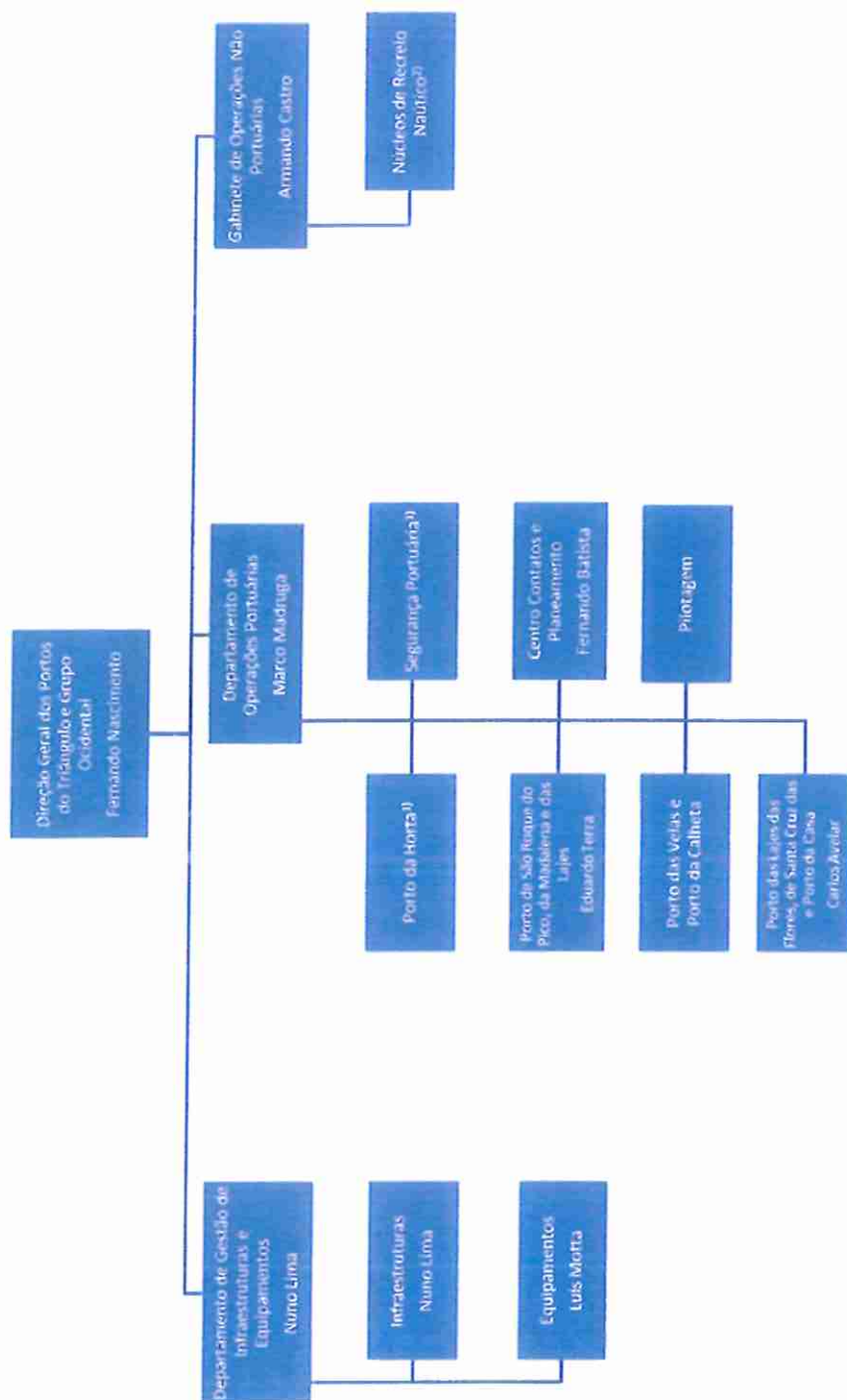
Three handwritten signatures in black ink are located in the top right corner of the page.

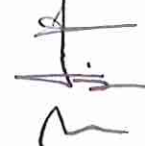



- 1) Relatório an Regional do Departamento de Operações Portuárias
- 2) Marina, Gares Marítimas e Áreas Comerciais em Vila do Porto reportem hierarquicamente ao diretor geral mantendo uma relação funcional com o Gabinete Operações Não Portuárias.
- 3) Relatório an Regional do Gabinete de Operações Não Portuárias



- 1) - Reporte ao Responsável do Departamento de Operações Portuárias
- 2) - Reporte ao Responsável do Gabinete de Operações Não Portuárias





ⓧ Elementos curriculares dos membros do órgão de gestão e administração

Em termos curriculares, apresentam-se abaixo os principais elementos relativos a cada membro do Conselho de Administração da PA, à data de 31 de dezembro de 2013:

- ⓧ Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento**
 - ⓧ Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;
 - ⓧ Técnico Superior da Secretaria Regional do Equipamento Social, entre 1983 e 1991;
 - ⓧ Responsável pelo Alvará de Empresa de Construção Civil, entre 1991 e 1997;
 - ⓧ Delegado de Ilha da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, acumulando funções de Coordenador do Centro de Promoção da Reconstrução, entre 1997 e 2005
 - ⓧ Vice Presidente da Junta Autónoma do Porto da Horta, entre 1998 e 2003;
 - ⓧ Presidente da Assembleia Geral da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estrutura e Habitação, S.A, entre 2003 e 2005;
 - ⓧ Presidente do Conselho de Administração da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estruturas e Habitação, S.A., entre 2005 e 2009;
 - ⓧ Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A., entre 2009 e 2011;
 - ⓧ Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio, desde 2009;
 - ⓧ Presidente do Conselho de Administração da PA desde 2011.

- ⓧ Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia**
 - ⓧ Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa;
 - ⓧ Diretor Administrativo e Financeiro do Grupo Assírio & Alvim (editores, distribuidores e livreiros), entre 1997 e 1999;
 - ⓧ Assessor do Departamento de Edições da Biblioteca Nacional, nas áreas de gestão da livraria e do controlo de custos de produção da Gráfica da Instituição, entre 1999 e 2000;
 - ⓧ Diretor Administrativo e Financeiro da Construtora Ideal da Terceira, Lda., durante o ano de 2001;
 - ⓧ Diretor Financeiro e Administrativo das Empresas Açorvias – Sociedade de Empreitadas, Lda. e Açorbuilt – Indústria e Engenharia, Lda., entre 2002 e 2005;
 - ⓧ Sócio-Gerente da Empresa Amarcord – Investimentos Imobiliários, Lda., entre 2005 e 2007;
 - ⓧ Administrador da Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamento da Saúde dos Açores, S.A., entre 2007 e 2008;
 - ⓧ Secretário Regional da Saúde do X Governo Regional dos Açores entre 2008 e 2012;
 - ⓧ Vogal do Conselho de Administração da PA desde janeiro de 2013;
 - ⓧ Presidente do Conselho de Gerência da OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda., desde janeiro de 2013;
 - ⓧ Vogal da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, desde janeiro de 2013.



⌘ Vogal: Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo

- ⌘ Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, e pós-graduado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, pela Universidade dos Açores/Instituto Superior Técnico;
- ⌘ Técnico Superior da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A., entre 2003 e 2006;
- ⌘ Coordenador na APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E. entre 2006 e 2009;
- ⌘ Vogal do Conselho de Administração da Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., entre 2009 e 2011;
- ⌘ Vogal do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.G.P.S., S.A., entre 2010 e 2011
- ⌘ Presidente do Conselho de Gerência da OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda., desde 2011;
- ⌘ Presidente do Conselho Fiscal da APM – Associação Portas do Mar, desde 2011.

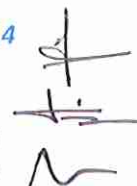
⌘ Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O estatuto remuneratório fixado é:

1. Mesa da Assembleia Geral: os membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal exercerão as suas funções a título gratuito com a exceção do Revisor Oficial de Contas, cuja remuneração mensal corresponde a 954,17€.

2. Conselho de Administração:

- ⌘ **Presidente:** Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de €3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho, no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 800,00, com o limite anual de doze;
- ⌘ **Vogal:** Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos da Terceira e da Graciosa, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze;
- ⌘ **Vogal:** Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos dos Portos de São Miguel e Santa Maria, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao



nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze.

Os membros do Conselho de Administração nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público da Região Autónoma dos Açores, Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de Maio, optaram pelos benefícios sociais do lugar de origem.

Outras funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:

- Presidente da Assembleia Geral da OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.;**
- Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio – Por inerência de cargo.**

Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia:

- Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.;**
- Vogal da Direção da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira.**

Vogal: Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo:

- Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.;**
- Presidente do Conselho Fiscal da APM – Associação Portas do Mar.**

No ano de 2014 o Conselho de Administração da PA reuniu 39 vezes, tendo deliberado sobre diversos assuntos, destacando-se os seguintes:

- Empreitada de Reordenamento da Inserção da Avenida Kopke com o Cais Comercial de Ponta Delgada e Lado Sul do Forte de São Brás – Aprovação da Minuta do Contrato;**
- Participação da Portos dos Açores em Salões Náuticos internacionais no ano de 2014;**
- Ajuste Direto com convite a uma entidade para adjudicação de prestação de serviços de manutenção e apoio técnico ao sistema de informação “Janela Única Portuária” e respetivas aplicações complementares – Aprovação da minuta do contrato;**
- Reestruturação da Portos dos Açores – Proposta de Organigramas;**
- Reestruturação cargos de Chefia OPPSM e GIESM;**
- Candidatura ao Projeto COSTA;**
- Projeto COSTA – Apresentação Parlamento Europeu;**
- OPERTRI – Nomeação de Novos Corpos Gerentes;**
- Chefias – Exoneração e Novas Nomeações – Departamento de Operações Portuárias da DGPTO e Departamento de Operações Não Portuárias da DGPTO;**

- ☒ Concurso Público para a Concessão de Exploração do Bar da Gare de Passageiros do Porto da Praia da Vitória;
- ☒ Rede de Combate a Incêndios do Porto da Praia da Vitória na ilha Terceira – Abertura do Procedimento;
- ☒ Aquisição de Grua de 5 toneladas e empreitada de construção de maciço para implantação de grua no porto da Praia da Vitória, ilha Terceira;
- ☒ Informação n.º 3/ AUDIQ Deliberações no âmbito do SGQAS – Aprovar os manuais;
- ☒ Aprovação do Relatório e Contas 2013;
- ☒ Venda da embarcação HACINI HAMET;
- ☒ Concurso Público para Concessão da Gestão de Resíduos no porto de Ponta Delgada – Autorizar o novo concurso;
- ☒ Docagem do Rebocador Pêro de Teive – Autorizar a abertura do Procedimento;
- ☒ Remuneração complementar – Pagamento de retroativos de Janeiro a Março 2014;
- ☒ Concurso Público para prestação de serviços de docagem para manutenção dos rebocadores “Ilha de São Luis” e “O Bravo” – Autorizar a adjudicação;
- ☒ Abertura do Procedimento para Concurso Público para os Serviços de Videovigilância para o NTP do porto da Madalena;
- ☒ Seguro de Acidentes de trabalho da Portos dos Açores;
- ☒ Reestruturação do parque de impressões e cópias;
- ☒ Concurso Público – Fiscalização da empreitada de reparação do porto da Praia da Vitória e Pavimentação do Acesso ao parque de combustíveis do porto da Praia da Vitória;
- ☒ Concurso Público – Fiscalização da empreitada de Instalação da Rede de Incêndios do porto da Praia da Vitória na ilha Terceira;
- ☒ Concurso Público da empreitada de Reparação do Cais do porto da Praia da Vitória e Pavimentação de Acesso ao Parque de Combustíveis do porto da Praia da Vitória – Adjudicação;
- ☒ Aquisição de Serviços de Elaboração de Estudos das Condições de Manobra do NTP do porto de São Roque do Pico – Decisão de contratar e abertura do procedimento;
- ☒ Relatório da Proposta de alteração do Regulamento de Tarifas Específicas do Empreendimento Portas do Mar e Complexo de Piscinas da PA;
- ☒ Proposta de alteração da Estrutura Organizacional da PA;
- ☒ Aquisição de Serviços para o Levantamento Multifeixe e Varrimento Lateral do Quebra Mar exterior do porto de Ponta Delgada;
- ☒ Empreitada de Execução do Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas – Relatório Final;
- ☒ Regulamento de Alcoolémia – Aprovação
- ☒ Concurso Público para a Adjudicação de Prestação de Serviços de Gestão de Resíduos na área de jurisdição da DGPSM – Decisão de contratar;
- ☒ Proposta de harmonização e atualização dos regulamentos de tarifas das marinas – aprovar;
- ☒ Tarifas Específicas – aprovar;
- ☒ Proposta 5 AUDIQ 011220214 – Revisão do Sistema de Qualidade – Aprovar;
- ☒ Processo e Relatório de Averiguações de incidente de trabalho (sem danos físicos);
- ☒ Cruzeiros - Açores de Promoções 2015 – Autorizar as deslocações;
- ☒ Plano e Orçamento 2015/2017 – Aprovar.

CAPÍTULO VII – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS INDIVIDUAIS

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

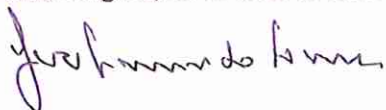
Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo da **Portos dos Açores, S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, vem o Conselho Fiscal submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Conselho Fiscal acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Empresa tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Conselho Fiscal considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Empresa.
4. O Conselho Fiscal tem realçado a importância de se estabelecer níveis de equilíbrio entre a componente de investimento e de financiamento que terão ser desenhados com base numa criteriosa gestão de risco a que a Empresa se encontra sujeita. Os desvios que tem ocorrido nesta relação provocaram que a estrutura financeira da Empresa se encontre desajustada, de tal forma que tem tido dificuldades em cumprir com regularidade as suas obrigações financeiras e fiscais. Este desequilíbrio financeiro não tem sido compensado por um nível de resultados operacionais positivos e, por isso, impõe-se adoção de diversas medidas que possam inverter esta situação, nomeadamente a contenção de custos e, em particular, a reformulação do tarifário em vigor que deverá responder às necessidades da Empresa.

5. O Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e
 - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

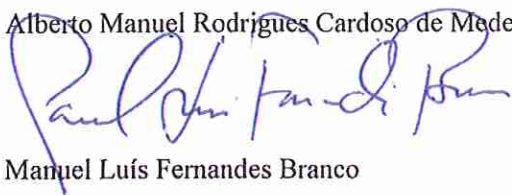
Ponta Delgada, 28 de abril de 2015



José Mancebo Soares



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso de Medeiros



Manuel Luís Fernandes Branco

CAPÍTULO VIII – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – CONTAS INDIVIDUAIS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Portos dos Açores, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de balanço de 318.539.482 euros e um total de capital próprio de 217.697.714 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.332.574 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas



contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. A Empresa tem a responsabilidade de pagar as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais que ocorreram até 31 de dezembro de 2004 e também os complementos de sobrevivência a determinados graus de parentescos de empregados falecidos antes da idade da reforma. Não existindo disponível um estudo atuarial que quantifique estas responsabilidades em 31 de dezembro de 2014, não podemos ajuizar se a provisão constituída para esse efeito cobre a totalidade dessas responsabilidades.
8. A Administração Tributária tem vindo a proceder à emissão de notas de liquidação para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos últimos quatro anos. A Empresa entende que os imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores e que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. No entanto, reconheceu nas presentes demonstrações financeiras o montante de 327.551 euros do imposto exigido em 31 de dezembro de 2014, independentemente de continuar a recorrer através das vias legais previstas. Neste quadro, desconhecemos qual o montante de responsabilidades que deveriam estar registados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.
9. As imparidades das contas a receber de 1.230.156 euros em 31 de dezembro de 2014 destinam-se a cobrir os saldos que potenciam elevados riscos de cobrabilidade, subsistindo uma diferença de cerca de 600.000 euros se fossem também contemplados, numa ótica de prudência, os saldos devedores que ultrapassam os prazos normais de cobrança, muito embora alguns deles possam vir a ser recuperados.

Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos 7 e 8 acima e exceto o assunto referido no parágrafo 9 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Portos dos Açores, S.A.**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

12. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 10 acima, salientamos que, conforme mencionado na nota 7 do anexo às demonstrações financeiras, os ativos fixos tangíveis nas avaliações independentes reportadas a 31 de dezembro de 2003 foram mensurados no montante máximo de cerca de 397 milhões de euros. Como foram excluídos os ativos afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, os ativos reconhecidos nessa data nas demonstrações financeiras perfeitamente o valor líquido de 27.588.600 euros. No entanto, a Empresa tem realizado investimentos em infraestruturas nesse domínio público, que estão reconhecidos ao custo deduzidos de depreciações acumuladas e suportado adicionalmente encargos com a sua conservação e manutenção, cuja sustentabilidade nem sempre é garantida através de uma política de financiamento pública apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montantes significativos nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada, sendo o passivo corrente superior ao ativo corrente, situação que decorre do baixo nível dos fluxos de caixa das atividades operacionais para

cobrir a totalidade das necessidades financeiras, de tal forma que nem sempre tem cumprido pontualmente as suas obrigações financeiras e fiscais que poderão ter consequências nas condições inicialmente acordadas nos financiamentos obtidos. A inversão destas situações está dependente do apoio financeiro do acionista e do estabelecimento de medidas financeiras apropriadas para as atividades de investimento, do apoio das entidades financiadores em renovar e reforçar as linhas de financiamento e da obtenção, no futuro, de resultados operacionais adequados.

Horta, de 28 abril de 2015

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por



António Tavares da Costa Oliveira (ROC nº 656)

**CAPÍTULO IX – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
– CONTAS CONSOLIDADAS**

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

(Contas consolidadas)



Senhor acionista,

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório e parecer sobre a fiscalização das contas consolidadas da **Portos dos Açores, S.A.** em referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as quais, em conjunto com o Relatório de gestão, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Empresa, como empresa consolidante, e que nos seus aspetos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas em vigor.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação, apreciamos o respetivo Relatório do Conselho de Administração e, quando aplicável, o Parecer e o Relatório e a Certificação Legal das Contas emitidos pelo seu órgão de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Certificação Legal das Contas emitida nesta data fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Relatório de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas consolidadas.

PARECER

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspeto que afecte materialmente a

imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, somos de parecer de que aproveis o relatório de gestão e as contas consolidadas da **Portos dos Açores, S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

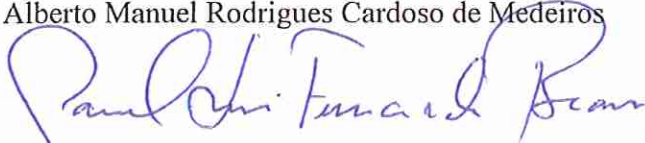
Ponta Delgada, 28 de abril de 2015



José Mancebo Soares



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso de Medeiros



Manuel Luís Fernandes Branco

CAPÍTULO X – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – CONTAS CONSOLIDADAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
(Contas consolidadas)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Portos dos Açores, S.A.**, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de balanço de 328.575.620 euros, um total de interesses minoritários de 3.854.678 euros e um total de capital próprio de 221.552.392 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.332.574 euros, as Demonstrações dos resultados consolidados, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa consolidados e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidadas e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem



sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. A Portos dos Açores tem a responsabilidade de pagar as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais que ocorreram até 31 de dezembro de 2004 e também os complementos de sobrevivência a determinados graus de parentescos de empregados falecidos antes da idade da reforma. Não existindo disponível um estudo atuarial que quantifique estas responsabilidades em 31 de dezembro de 2014, não podemos ajuizar se a provisão constituída para esse efeito cobre a totalidade dessas responsabilidades.
8. A Administração Tributária tem vindo a proceder à emissão de notas de liquidação para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) dos últimos quatro anos. O Conselho de Administração entende que os imóveis da Portos dos Açores, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores e que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. No entanto, reconheceu nas presentes demonstrações financeiras o montante de 327.551 euros do imposto exigido em 31 de dezembro de 2014, independentemente de continuar a recorrer



através das vias legais previstas. Neste quadro, desconhecemos qual o montante de responsabilidades que deveriam estar registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

9. As imparidades das contas a receber destinam-se a cobrir os saldos que potenciam elevados riscos de cobrabilidade, subsistindo uma diferença de cerca de 600.000 euros se fossem também contemplados, numa ótica de prudência, os saldos devedores que ultrapassam os prazos normais de cobrança, muito embora alguns deles possam vir a ser recuperados.

Opinião

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 7 e 8 acima e exceto o assunto referido no parágrafo 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Portos dos Açores, S.A.**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

12. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 10 acima, chamamos a atenção do seguinte:
 - (i) Os ativos fixos tangíveis da Portos dos Açores nas avaliações independentes reportadas a 31 de dezembro de 2003 foram mensurados no montante máximo de cerca de 397 milhões de euros (Nota 7 do Anexo). Como foram excluídos os ativos afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, os ativos reconhecidos nessa data nas demonstrações financeiras da

empresa-mãe perfez o valor líquido de 27.588.600 euros. No entanto, a Empresa tem realizado investimentos em infraestruturas nesse domínio público, que estão reconhecidos ao custo deduzidos de depreciações acumuladas, e suportado encargos com a sua conservação e manutenção, cuja sustentabilidade teria de ser garantida através de uma política de financiamento pública apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montante significativo nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada com o passivo corrente superior ao ativo corrente, que decorre do baixo nível dos fluxos de caixa das atividades operacionais, o que tem provocado o não cumprimento das suas obrigações financeiras e fiscais, com possíveis consequências nas condições inicialmente acordadas nos financiamentos obtidos. A inversão destas situações está dependente do apoio financeiro do acionista e do estabelecimento de medidas financeiras apropriadas para as atividades de investimento, do apoio das entidades financiadores em renovar e reforçar as linhas de financiamento e da obtenção, no futuro, de resultados operacionais adequados (Nota 7). Salientamos também que, como explicado na Nota 23 do Anexo às demonstrações financeiras, as compensações financeiras atribuídas à subsidiária ATLÂNTICOLINE apresentam, em algumas situações, uma antiguidade razoável e estão classificadas em ativo corrente, originando igualmente pressão sobre a sua tesouraria de exploração; e

- (ii) A dívida em mora de seis milhões de euros foi integralmente regularizada pela ENVC – Estaleiros Navais de Viana Castelo, S.A., que suportou e liquidou juros vencidos no ano e anos anteriores, no montante de 1.813.631 euros, que foram, na sua totalidade, reconhecidos neste período na rubrica de Outros rendimentos e ganhos (Nota 27).

Horta, 28 de abril de 2015

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por


António Tavares da Costa Oliveira (ROC nº 656)

